



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CAROLINE SILVA DA CUNHA

**UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA
VILA LUIZÃO, SÃO LUÍS/MA**



São Luís

2019

CAROLINE SILVA DA CUNHA

**UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA
VILA LUIZÃO, SÃO LUÍS/MA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do título de Mestre em Geografia

Linha de Pesquisa: Dinâmica da natureza e conservação

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques

São Luís

2019

Cunha, Caroline Silva da.

Um olhar participativo sobre as questões socioambientais na Vila Luizão, São Luís/MA / Caroline Silva da Cunha. – São Luís, 2019.

142 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques.

1. Educação ambiental. 2. Questão ambiental. 3. Gestão ambiental participativa. 4. Pesquisa-ação. I. Título.

CDD 363.7

CAROLINE SILVA DA CUNHA

**UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA
VILA LUIZÃO, SÃO LUÍS/MA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 23/08/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão



MARTA LÍDIA BUENO FERNANDES, UnB

Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno Fernandes
Universidade de Brasília



Prof.^a Dr.^a Hermeneilce Wasti Aires Pereira
Universidade Estadual do Maranhão

*Dedico a Deus, autor e consumidor da fé.
Aos meus avós maternos, Benedito
Rodrigues da Silva e Maria Pereira da Silva
(in memoriam).
Ao meu pai, Abdon da Cunha (in
memoriam).
A minha mãe, Maria Pastora Pereira da
Silva.*

AGRADECIMENTOS

À Deus. Autor da vida e Criador do Universo, toda honra, glória e louvor.

Aos meus queridos avós, Benedito Rodrigues da Silva e Maria Moraes de Araújo Silva (*in memoriam*), queria estar com vocês aqui realizando e compartilhando esse sonho, sorrindo e se alegrando comigo, mas foram pra Deus eternamente, sempre acreditaram em mim, eu sempre os admirei e os seus sorrisos me motivaram a nunca desistir, saudades das nossas conversas, das suas companhias... Sua neta mais velha formou na Pós-Graduação, a primeira da família. Um dia vou (re) encontrá-los e vamos comemorar para sempre. Eu amo vocês e tenho muitas saudades. Dedico de coração essa vitória a vocês, meus incansáveis guerreiros, lutadores, nobres e sábios.

Ao meu pai, meu rei, meu grande amigo, Abdon da Cunha (*in memoriam*) na realização desse sonho; pelos seus investimentos e confiança desde criança, nos inúmeros presentes - “livros” que fizeram parte do nosso cotidiano. Obrigada, meu velho, por acreditar em mim, agora você está nos braços do Pai. Perto da minha Qualificação, você partiu, mas deixou seu legado: - “Te cuida.” Cantor, poeta, professor, incentivador, formou-se na Faculdade da vida. Nunca vou esquecer dos seus conselhos, alegria e sua força motora. Muitas saudades de tudo, meu velho! Te amo muito! Um dia a gente se encontra e mata essa saudade danada, desse sorriso largo, que desde a sua partida – há 8 meses – não vejo.

Agradeço a minha mãe: você é linda, mais que demais, meu norte, Maria Pastora Pereira da Silva, e sua luta incansável para nos manter sempre estudando, com toda humildade e simplicidade. Mulher de poucas palavras, mas de um exemplo grandioso. Obrigada por lutar e somar comigo na concretização desse sonho (que ainda não acabou!). Minha rainha, te amo demais.

Aos meus irmãos, Anderson Cunha – pela companhia desde criança nos caminhos da escola - e na ajuda sempre, meu caro, estou com você, meu amigo. Andreilson Cunha (Piu), obrigada por estar comigo sempre, fazendo parte da minha história. Sucesso! Davi Cunha, irmão caçula, obrigada pelo apoio nas viagens, na companhia e alegria, por me fazer responsável e materna.

À família Silva, vocês foram a razão para manter a “bateria carregada” em meio ao tenso - e denso cotidiano. Desculpem-me pela ausência e pelo isolamento em virtude do sacrifício nessa etapa.

Às minhas tias Milagre, Cida, Marta, Graça e Hosana, por estarem do meu lado desde criança, quando moraram comigo. Foi muito bom crescer ao lado de vocês. Amo muito. Foi bom ver seus filhos crescerem e poder compartilhar muitos momentos bons em família: conversas, confraternizações, viagens, cultos, orações e louvores. Obrigada por ensinarem o caminho do bem e, sobretudo, o de Deus, o melhor lugar.

Aos meus tios Reis, Luís, Daniel, Noé, Tiago e Milson: amei crescer ao lado de vocês. Todos os nossos momentos juntos foram alimento para minha formação.

Aos primos Débora, Sara, Gabriel, Tácia, Alana, Lara, Samuel, Elias, Elane, Elisandra, Raquel, Isaque, Lucas, Luana, Emillyn e Evellyn: vou sonhar com vocês e vamos realizar juntos mais conquistas familiares, em especial nesta geração. Amo vocês!

À Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Rocha Ferreira, agora aposentada do DEGEO/UFMA: você é um exemplo para mim, obrigada pela dedicação, conversas sábias, e pela coordenação nos projetos de Extensão.

Ao Professor Arnaldo Júnior, no Ensino Médio, e meu mestre na disciplina Introdução a Geografia, surpresa boa na UFMA, você me incentivou e eu consegui!

Aos professores do curso de Geografia da UFMA pela dedicação e força.

À FAPEMA, pelo financiamento deste projeto de pesquisa, que foram de grande relevância para o amadurecimento desse trabalho. Foram experiências incríveis e permeadas de muito conhecimento, os quais ficarão marcados na memória. Muito obrigada!

Ao IBGE, pelas informações e dados concedidos com gentileza.

À equipe da Unidade de Segurança Comunitária e ao Major Holanda, pela recepção e informações concedidas.

À Associação de Moradores da Vila Luizão e ao Presidente, Sr. Murilo pelas informações e apoio a pesquisa.

À Rádio Geração Jovem pelo apoio e divulgação.

À GRAFMAIA pelos serviços gráficos e empenho.

À ACIMAVIL e ao Presidente, Sr. Sousa pelo apoio a pesquisa.

À comunidade da Vila Luizão, em especial as lideranças que nos acolheram de coração e participaram do processo nas informações e dados do estudo, grata.

Ao corpo docente do PPGEO/UEMA, parabéns pelo excelente trabalho, ao Coordenador do Programa, Prof^o Dr^o Cláudio Eduardo de Castro, e ao Vice-

Coordenador Prof. Dr. Luiz Carlos Araújo dos Santos, sucesso sempre, agradeço a oportunidade e incentivo neste processo.

A minha Banca Examinadora neste trabalho, Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno Fernandes (UNB) e Prof.^a Dr.^a Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha (UEMA/PPGEO) por todas as considerações à pesquisa. Parabéns pelo excelente trabalho!

À Prof.^a Dr.^a Edilea Dutra Pereira (DEGEO/UFMA/PPGEO/UEMA) pela mediação do círculo de diálogo “Água e saúde” durante nossos campos e pela alegria.

Aos amigos Osmar Vasconcelos (Engenheiro Agrônomo/UEMA/UFPR) e Marco Aurélio (Ambientalista e Presidente/ONG LIBERTAS), pela contribuição ao círculo de diálogo “Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto”, e pelo apoio no processo da pesquisa, pela troca de conhecimentos, incentivo às lutas e apoio nas causas socioambientais.

À minha adorável orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques pelo apoio e pelos constantes encontros na Universidade e na comunidade – sem esquecer das inúmeras vezes em seu lar, pela força durante todo o processo, obrigada pela paciência, equilíbrio, luz, amizade e bondade. Sucesso!

À turma de Mestrado 2017.2, por todas as experiências e vivências: Augusto, Deuzanir, Jefferson, Cícero, Danyella, Kelly, Jucelia, Elza, Gizele, e em especial a Alex Nunes, Renata Castro, Rejane Moraes, Jean Carlos e Josiane, pelas constantes conversas, orações, louvores, risos, estadias em campos e companheirismo.

À secretária mais resiliente que conheci no PPGEO/UEMA, Nana Alves. Deus realize seus sonhos, grande administradora!

Agradeço ao meu noivo, Wekley Frazão, por todo apoio, companheirismo, amizade. Você merece mais que a poesia mais bonita, meu amor. Obrigada. Te amo!

As minhas adolescentes da Igreja Assembleia de Deus, em Vila Litorânea-Área 57: Rafaelly, Carol, Camila, Ruth, Raquel, Emilly e Débora pelas companhias de domingo, por me fazerem rir e esquecer o cansaço na EBD.

À amiga Silveli Brusaca (Sil-Sil), que conheci na prova do vestibular para Geografia e que me acompanhou com seus saberes, sua amizade, seus sorrisos.

À Alexandra Maryllen Falcão, desde os tempos de UFMA, pela trajetória, sorrisos, cafés e poesias, leituras, forças - e amizade acima de tudo.

Aos amigos da UFMA, Lanyhara, Antônia Suely, Juan, Jean Carlos e Jamil.

À Thaynara, melhor estagiária do PPGEQ/UEMA. Linda!

Ao casal Denuilce Campos e Adriano Amorim pela amizade.

À Jaciane Sousa pelo companheirismo, cafés, passeios e conversas.

Aos meus sogros, Domingas Frazão e Sebastião Frazão, pelo carinho e amor.

À toda equipe do Centro de Convivência, em especial as coordenadoras Selmira Lisboa e Deury Cléa (CRAS-Turu), que desenvolvem um trabalho lindo na comunidade, à Prof.^a Marília e a seu Luís Gonzaga, morador e trabalhador da Vila Luizão, que apoiaram a pesquisa. Sucesso, meninos lindos.

“[...] gostaria que, assim como a pintura, a música e o teatro, as teorias e os saberes históricos ultrapassassem as formas tradicionais e impregnassem com profundidade a vida cotidiana. E gostaria de proceder de maneira que as pessoas pudessem utilizá-los e empregá-los livremente para seu prazer, para as suas necessidades de suas vidas, para regular os problemas como os quais se defrontam e para suas lutas”. (FOUCAULT, 2011 [1976]: 66-67)

[...] “Pegue a tua rede e volte para o mar alto”. (LIMA, 2019).

RESUMO

Este trabalho de pesquisa ocorreu na ilha do Maranhão, município de São Luís, na Vila Luizão, área que surgiu no início da década de 1990 como alternativa de moradia no contexto da segregação socioespacial vivenciada na capital maranhense. Tal processo regido pela lógica de produção capitalista, aliada à atuação controversa do Estado, determinou o surgimento de ocupações espontâneas lideradas por comunidades de baixa renda. Tem-se como objetivo geral analisar os principais problemas socioambientais da área por meio da Educação Ambiental participativa amparada pela abordagem fenomenológica e seguindo indicações da pesquisa-ação por meio círculos de diálogos comunitários. Os fundamentos teóricos perpassam por: Thiollent (2004), Haesbaert (2004; 2014), Souza (2013), Saquet (2013), Diniz (1999), Ferreira (1999) e Maricato (1996), seguindo o princípio de que a natureza da questão ambiental baseia-se na compreensão de que sociedade e o meio são inseparáveis, visto ser o mundo material recortado por sujeitos que constroem projetos distintos de uso e significação do espaço. Como resultados, destacamos o processo de círculos de diálogos com as lideranças comunitárias nos quais foram discutidos problemas socioambientais quanto ao: diagnóstico socioambiental, saneamento básico, água e saúde, resíduos sólidos (descarte ecologicamente correto); bem como quanto a coleta seletiva do lixo e compostagem na Vila Luizão. Neste âmbito participativo, constatamos diversos problemas socioambientais que a comunidade tem enfrentado em seu território, como a carência de serviços públicos, diversos pontos de lixões a céu aberto e ausência de saneamento básico. Observa-se, desta feita, que o espaço urbano afirma-se como referência singular para a compreensão e minimização da problemática socioambiental de forma coletiva com a discussão e potencialização de ações a partir da pesquisa-ação, a qual revelou um cotidiano que envolve as relações de poder no território, e também, a exposição aos graves problemas de saúde – provocados pela falta de infraestrutura e qualidade ambiental.

Palavras-chave: Vila Luizão. Problemas socioambientais. Educação Ambiental. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

This research work took place in Maranhão Island, São Luís, Vila Luizão, an area that emerged in the early 1990s as a housing alternative in the context of the socio-spatial segregation experienced in the capital of Maranhão. This process governed by the logic of capitalist production, coupled with the controversial performance of the state, determined the emergence of spontaneous occupations led by low-income communities. The general objective is to analyze the main social and environmental problems of the area through participatory Environmental Education supported by the phenomenological approach and following indications of action research through circles of community dialogues. The theoretical foundations run through: Thiollent (2004), Haesbaert (2004; 2014), Souza (2013), Saquet (2013), Diniz (1999), Ferreira (1999) and Maricato (1996), following the principle that nature. The environmental issue is based on the understanding that society and the environment are inseparable, since it is the material world cut by subjects who construct distinct projects for the use and meaning of space. As a result, we highlight the process of dialogue circles with community leaders in which socio-environmental problems were discussed regarding: socio-environmental diagnosis, basic sanitation, water and health, solid waste (ecologically correct disposal); selective waste collection and composting in Vila Luizão. In this participatory context, we found several social and environmental problems that the community has faced in its territory, such as the lack of public services, several points of open dumps and lack of sanitation. This time, it is observed that the urban space is affirmed as a singular reference for the understanding and minimization of the social and environmental problematic in a collective way with the discussion and potentiation of actions from the action research, whose revealed a daily involving the relationships of power in the territory and also exposure to serious health problems – caused by the lack of infrastructure and environmental quality.

Keywords: Vila Luizão. Social and environmental problems. Environmental education. Action research.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | – Carta de Localização da Vila Luizão | 36 |
| Figura 2 | – Líder Luizão em frente ao primeiro poço da comunidade | 38 |
| Figura 3 | – Ausência de serviços básicos de saneamento na área | 39 |
| Figura 4 | – Área mais recente de ocupação denominada Recanto da Vila Luizão | 50 |
| Figura 5 | – Convite para o lançamento do Projeto de Pesquisa | 52 |
| Figura 6 | – Espaço dos círculos de Diálogo - Centro de Convivência..... | 53 |
| Figura 7 | – 1º Círculo de Diálogo “Diagnóstico socioambiental”..... | 55 |
| Figura 8 | – Matriz do Diagnóstico socioambiental..... | 56 |
| Figura 9 | – Matriz de prioridades durante o círculo Diagnóstico socioambiental.... | 57 |
| Figura 10 | – Cartaz de divulgação do círculo de Diálogo “Saneamento Básico”..... | 58 |
| Figura 11 | – Avenida Siqueira Campos, na Vila Luizão, interditada..... | 60 |
| Figura 12 | – Convite do círculo “Água e saúde” | 61 |
| Figura 13 | – Círculo “Água e saúde” | 62 |
| Figura 14 | – Convite do círculo “Resíduos sólidos” | 65 |
| Figura 15 | – Participantes do círculo sobre Resíduos sólidos..... | 66 |
| Figura 16 | – Convite para o círculo Coleta seletiva e Compostagem..... | 68 |
| Figura 17 | – Círculo da Coleta seletiva e Compostagem | 69 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Relação das entrevistas | 45 |
| Quadro 2 – Círculos realizados..... | 54 |
| Quadro 3 – Resumo do Círculo Diagnóstico Socioambiental | 57 |
| Quadro 4 – Resumo do Círculo Saneamento Básico..... | 60 |
| Quadro 5 – Resumo do Círculo Água e Saúde..... | 62 |
| Quadro 6 – Resumo do Círculo Resíduos Sólidos..... | 67 |
| Quadro 7 – Resumo do Círculo Coleta Seletiva e Compostagem | 69 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ACIMAVIL | – Associação do Comércio da Vila Luizão |
| ALUMAR | – Consórcio de Alumínio do Maranhão |
| BNH | – Banco Nacional da Habitação |
| CAEMA | – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão |
| CEAPOC | – Centro de Apoio à Organização Comunitária |
| CIETA | – <i>Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales</i> |
| COHAB | – Cooperativa Habitacional Brasileira |
| COHAFUMA | – Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão |
| COHAJOLI | – Conjunto Habitacional Jardim das Oliveiras |
| COHAMA | – Cooperativa Habitacional do Maranhão |
| COHAPAM | – Conjunto Habitacional dos Profissionais Autônomos do Maranhão |
| CRAS | – Centro de Referência Social |
| CVRD | – Companhia Vale do Rio Doce |
| DEGEO | – Departamento de Geografia |
| EA | – Educação Ambiental |
| EBD | – Escola Bíblica Dominical |
| FAPEMA | – Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão |
| GEDERS | – Grupo de pesquisa em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade |
| GETERR | – Grupo de Estudos Territoriais |
| IBGE | – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IMESC | – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos |
| INCID | – Instituto das Cidades |
| IPEM | – Instituto de Previdência do Estado do Maranhão |
| IPH | – Instituto de Pesquisas Hidráulicas |
| MDM | – Movimento em Defesa da Moradia |
| MMA | – Ministério do Meio Ambiente |
| OMS | – Organização Mundial da Saúde |
| ONG | – Organizações não Governamentais |
| PPGEO | – Programa de Pós-Graduação em Geografia |

| | |
|----------|--|
| PROEX | – Pró-Reitoria de Extensão |
| SCFV | – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SEMA | – Secretaria do Meio Ambiente |
| SEMCAS | – Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social |
| SEMGOV | – Secretaria Municipal de Governo |
| SEMOSP | – Secretaria Municipal de Obras e Serviços |
| SFH | – Sistema Financeiro da Habitação |
| SINFRA | – Secretaria de Estado de Infraestrutura |
| SSP | – Secretaria de Segurança Pública |
| UEMA | – Universidade Estadual do Maranhão |
| UFAM | – Universidade Federal do Amazonas |
| UFMA | – Universidade Federal do Maranhão |
| UFPR | – Universidade Federal do Paraná |
| UFRGS | – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | – Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UnB | – Universidade de Brasília |
| UNESP | – Universidade Estadual Paulista |
| UNILA | – Universidade Federal da Integração Latino-Americana |
| UNIOESTE | – Universidade Estadual do Oeste do Paraná |
| UPA | – Unidade de Pronto Atendimento |
| USC | – Unidade de Segurança Comunitária |
| USP | – Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 | REDISCUINDO O TERRITÓRIO | 21 |
| 2.1 | Diálogos territoriais: da construção do território ludovicense | 24 |
| 3 | POSSIBILIDADES DO TERRITÓRIO: UMA LINHA HISTÓRICA LUDOVICENSE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS DA VILA LUIZÃO | 29 |
| 3.1 | Breve histórico e as transformações socioespaciais e ambientais da Vila Luizão | 35 |
| 4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOB OLHAR DA PESQUISA-AÇÃO | 40 |
| 4.1 | Procedimentos Metodológicos | 40 |
| 4.1.1 | <i>Observação participante</i> | 43 |
| 4.1.2 | <i>Entrevistas e história de vida</i> | 43 |
| 4.1.3 | <i>Pesquisa-ação enquanto processo investigativo no Território</i> | 45 |
| 4.1.4 | <i>O uso da Educação Ambiental como ferramenta na sócio-investigação</i> | 46 |
| 4.1.5 | <i>O processo da Pesquisa-ação via Círculos de Diálogos</i> | 47 |
| 4.1.6 | <i>Desenvolvimento do Processo de Pesquisa-ação por meio dos Círculos de Diálogos na Vila Luizão</i> | 48 |
| 4.1.6.1 | <i>Círculo I: “Diagnóstico Socioambiental ”</i> | 53 |
| 4.1.6.2 | <i>Círculo II: “Saneamento Básico na Vila Luizão”</i> | 56 |
| 4.1.6.3 | <i>Círculo III: “Água e saúde na Vila Luizão”</i> | 60 |
| 4.1.6.4 | <i>Círculo IV: “Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto”</i> | 64 |
| 4.1.6.5 | <i>Círculo V: “Coleta seletiva do lixo e Compostagem na Vila Luizão”</i> | 67 |
| 4.1.6.6 | <i>O olhar participativo como instrumento de transformação na Vila Luizão</i> | 70 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 72 |
| | REFERÊNCIAS | 74 |
| | APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista | 81 |
| | APÊNDICE B – Programação do Círculo de Diálogo | 83 |
| | APÊNDICE C – Ficha de Inscrição “A vila que eu quero” | 85 |
| | APÊNDICE D – Ficha de avaliação escrita “como estou chegando” | 86 |
| | APÊNDICE E – Ficha de avaliação escrita “Como estou saindo” | 87 |
| | APÊNDICE F – Termo de autorização de uso de imagem | 88 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICE G – Ficha de Frequência- Círculo Diagnóstico Socioambiental | 89 |
| APÊNDICE H – Ficha de Frequência- Círculo Saneamento Básico I | 90 |
| APÊNDICE I – Ficha de Avaliação- Círculo Saneamento Básico | 91 |
| APÊNDICE J – Ficha de Frequência- Círculo Água e saúde..... | 92 |
| APÊNDICE K – Avaliação do Círculo Água e saúde | 93 |
| APÊNDICE L – Ficha de Frequência- Círculo Resíduos Sólidos: descarte ecologicamente correto | 94 |
| APÊNDICE M – Avaliação do Círculo Resíduos Sólidos: descarte ecologicamente correto | 95 |
| APÊNDICE N – Ficha de Frequência do Círculo de Diálogo “Coleta seletiva do lixo e Compostagem | 96 |
| APÊNDICE O – Ficha de avaliação do Círculo de Diálogo “Coleta seletiva do lixo e Compostagem | 97 |
| APÊNDICE P – Folder distribuído no 5º Círculo sobre Compostagem | 98 |
| ANEXO A – Ofício encaminhado ao Centro de Referência Social (CRAS/Turu) | 100 |
| ANEXO B – Ofício encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) | 101 |
| ANEXO C – Ofício encaminhado ao Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano (INCID) | 102 |
| ANEXO D – Ofício encaminhado à Unidade de Segurança Cidadã (USC) | 103 |
| ANEXO E – Ofício encaminhado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) | 104 |
| ANEXO F – Ofício encaminhado ao Centro de Convivência para solicitação de espaço para os círculos de diálogo | 105 |
| ANEXO G – Ofício encaminhado ao Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) | 106 |
| ANEXO H – Primeira Ata de Eleição da União dos Moradores da Vila Luizão | 107 |
| ANEXO I – Relatório de atividades – Promotoria Comunitária itinerante | 109 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela área Vila Luizão, bairro cuja origem remete a uma formação espontânea de São Luís/Maranhão, surgiu pela experiência particular de morar nesta região: uma comunidade de baixa renda, que expõe as contradições inerentes às mazelas do urbano, e além disto, perceber, através dos fenômenos, o esquecimento dessa área por parte do Poder Público e as lutas dos moradores por espaços de diálogos destinados a eles, atores sociais do território em questão.

O processo de urbanização ludovicense (ou seja, do município de São Luís) foi caracterizado pela apropriação do mercado imobiliário em áreas consideradas “as melhores” da cidade, e pela ausência de áreas destinadas à moradia popular. Assim, a população de baixa renda foi (e é) induzida a ocupar áreas precárias e desprezadas pelo mercado imobiliário, as quais se caracterizam-se pela ausência de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto. É neste contexto que os problemas ambientais crescem nas cidades.

Com o crescimento populacional do espaço urbano e o avanço das ocupações espontâneas, agravaram-se os inúmeros problemas socioambientais em São Luís, o que se materializou na Vila Luizão, carente de serviços básicos de infraestrutura, tornando-se mais uma área de ocupação da região metropolitana de São Luís. De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (2013, p. 28):

[...] observa-se que, embora a maioria da população brasileira, em 2010, tivesse acesso a condições adequadas de abastecimento de água potável e de manejo de resíduos sólidos, o déficit ainda é bastante significativo em todos os componentes do saneamento básico e representa milhões de pessoas vivendo em ambientes insalubres e expostos a diversos riscos que podem comprometer a sua saúde. Em uma perspectiva histórica, as políticas públicas não foram capazes de propiciar a universalização do acesso às soluções e aos serviços públicos de saneamento básico de qualidade, que teriam contribuído para melhorar as condições de vida desse contingente populacional, reduzindo as desigualdades sociais, e a qualidade ambiental do País.

A Vila Luizão encontra-se neste contexto, pois segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social e parte ativa dela. À dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldades de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição a ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de empregos formais

(menos oportunidades de profissionalização, maior exposição a violência (marginal ou policial), discriminação (racial e contra mulheres e crianças), difícil acesso à Justiça Oficial e ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 1996).

A partir deste contexto foi formulado um projeto de pesquisa para esta área em questão intitulado “Um olhar participativo sobre as questões socioambientais na Vila Luizão, São Luís/MA”. As principais indagações do projeto diziam respeito à origem da Vila, seus primeiros (e mais influentes) moradores. Questionou-se mais especificamente também sobre aspectos relacionados ao meio ambiente, impactos positivos e negativos, a relação direta da comunidade com a natureza e seus componentes e de que maneira esta estava sendo mantida dentro de perspectivas futuras.

Tivemos como objetivo geral analisar as principais implicações socioambientais para as mudanças de hábitos e atitudes na Vila Luizão. Dentre os objetivos específicos, buscou-se compreender o processo de construção socioespacial da Vila Luizão, identificar o perfil socioeconômico dos moradores do local em estudo e investigar junto à comunidade as vulnerabilidades socioambientais presentes no bairro, e, principalmente como vetor transformacional, desenvolver Círculos de Diálogos de sensibilização socioambiental junto à comunidade.

Seguindo a dinâmica da pesquisa, no Capítulo 2, “Rediscutindo o território”, abordamos o diálogo do território enquanto espaço-múltiplo-vivido, no ritmo da apropriação e dominação, bem como os conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização no campo de poder e dos fenômenos, relacionando com a construção do território ludovicense.

O Capítulo 3 aborda “Possibilidades do Território” e traça em linha histórica as transformações socioespaciais e ambientais do município de São Luís e do território Vila Luizão, à luz de teóricos do assunto, entrevistas abertas e semiestruturadas a lideranças e moradores antigos, bem como análise de documentos-chave (Atas e Relatórios da comunidade).

O Capítulo 4, denominado “Procedimentos metodológicos e abordagens teóricas e práticas sob o olhar da pesquisa-ação”, aborda os procedimentos metodológicos quanto a observação participante, entrevistas e histórias de vida, bem como a pesquisa-ação sob a ótica de investigação do território com uso da ferramenta Educação Ambiental para a compreensão do processo participativo como instrumento de transformação.

Utilizou-se o método fenomenológico nesta pesquisa atrelado a metodologia qualitativa da pesquisa-ação no processo investigativo no Território Vila Luizão. Por meio de Círculos de Diálogos com as lideranças comunitárias acerca das temáticas: a) Diagnóstico e matriz de prioridades na Vila Luizão; b) Saneamento básico; c) Água e saúde; d) Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto, e a e) Coleta seletiva do lixo e Compostagem na Vila Luizão-

O uso da ferramenta Educação Ambiental na sócio-investigação foi fundamental para a compreensão do problema e a busca de possíveis encaminhamentos de forma coletiva. Cabe ressaltar que, de acordo com o planejamento das ações do processo, os círculos sofreram alterações conforme o processo e o diálogo na comunidade.

O processo da pesquisa-ação via Círculos de Diálogo propiciou analisar os problemas socioambientais de forma participativa sob a ótica dos fenômenos observados e vivenciados na vila, ao avaliar os resultados das discussões com a comunidade. Além da história de vida a partir de entrevistas com os atores sociais (lideranças e comunidade). Desta maneira, o estudo trata-se de um processo de difusão de conhecimentos úteis a minimização de problemas reais.

2 REDISCUTINDO O TERRITÓRIO

O território, categoria de caráter complexo, o qual demonstra diferentes abordagens e concepções, que interage socialmente dinamizando-o em um processo multiescalar, desta forma, torna-se essencial entender os conceitos que permeiam essa categoria geográfica e onde está inserido as diversas territorialidades. Desta forma, concordou-se com as ideias de Haesbaert (2004, p. 87) quando este afirma:

[...] compreender um conceito é buscar seus caminhos e descaminhos, sua história ao longo da ou das áreas do conhecimento em que ele foi concebido e moldado- reconhecendo, assim, toda a herança que ele carrega em termos de construção conceitual. Além disso, todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço. Por isso, quando se fala em enfraquecimento dessa relação, em perda de “valor” do espaço na mediação das relações sociais, mais importante se torna rediscutir o território e suas transformações, seja para legitimar os discursos da desterritorialização, seja para, de uma forma mais coerente, identificar novas formas de territorialização.

Nesta perspectiva, ao longo da história, legitimaram-se algumas dicotomias acerca desta categoria, através das novas formas e manifestações, elencadas a seguir:

– Sociedade e natureza, como se o território não incorporasse uma base natural; – Sociedade e espaço, como se pudesse existir sociedade sem espaço; – Espaço e tempo, como se território, como espaço num sentido mais estático, pudesse ser separado do tempo, dos fluxos e do movimento; – Materialidade e imaterialidade, como se território fosse apenas a dimensão material da realidade; – Político- Econômico e Simbólico-Cultural, como se território dissesse respeito apenas à dimensão política da sociedade; – Território e Rede, como se território não fosse composto, obrigatoriamente, por redes (o que mudou foi o grau de relevância deste elemento na composição do territórios) (HAESBAERT, 2004, p. 87).

Assim, sociedade e natureza, são elementos totalmente interligados. O território tem sua base natural, e, dentro da esfera do que estamos estudando, é muito utilizado e de forma intensa devido a sua construção por ocupações espontâneas, sem nenhum tipo de planejamento e carente de infraestrutura básica de saneamento.

Sendo assim, as discussões acerca do território e territorialidade seguem, desde a década de 1960, em um viés material e imaterial, quanto a sua múltipla dimensão, ou seja, em sua relação sociedade-natureza. Ainda, hoje dialoga junto

ao conceito da amplitude do território enquanto categoria geográfica. Para compreender melhor as interfaces do território, cabe discutir sua origem e conceito. Nesse âmbito, Haesbaert (2004, p. 20) ressalta:

[...] desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto do *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com denominação, ficam alijados da terra, ou “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira positiva e a efetiva apropriação).

Nesta perspectiva, conceituar território é um ato reflexivo, pois ele apresenta duas dimensões, material e simbólica. Seu significado vai além da apropriação, quanto a natureza ideológica, pois território e espaço geográfico não são sinônimos, principalmente quando se refere à abrangência política. Nesse sentido, para Souza (1995, p. 78), “[...] o território é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Essas relações de poder nos ajudam na compreensão do território, sendo que o conceito de poder, comumente confundido com a ideia de força, violência e dominação, segundo autores como Weber e Foucault. Porém, para Hannah Arendt (1983, p. 212): “[...] o poder não é uma ‘coisa’, algo que possa ser estocado; ele não pode ser armazenado, mantido e reservado para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação”. A autora ainda acrescenta:

[...] o poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam.[...] um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e populosos impérios [...] por outro lado, a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores (ARENDR, 1983, p.212-213).

Segundo o exposto, o poder aqui abordado, refere-se ao agir coletivamente e em comum acordo e de forma uníssona. A força se caracteriza pelo agir individual. Contrapondo-se ao poder, temos a violência, usada como coerção. Para Arendt (1985, pág. 29-30), “[...] a violência sempre é dado destruir o poder. [...]. O poder e violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”. Desta forma, o entendimento mútuo é essencial para compreender o que é poder e violência.

Portanto, com base no entrelace de poder, surge o território, este a ser considerado por Souza (1995, p. 78-79):

[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...] O território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina quem ou influencia quem nesse espaço, e como?

Nesta perspectiva, abordam-se os jogos ideológicos acerca do território, que é muito confundido com espaço geográfico, com fronteiras e limites, atrelado a definição de poder. Souza (2013, p. 89) acrescenta que “[...] os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim campos de força [...]” e ocorrem no processo de relações sociais. Essas relações de poder no território são facilmente perceptíveis na cidade¹, onde a urbanização ocorreu de forma espontânea, pois à medida que em determinados lugares públicos são melhor “cuidados” em detrimento de outros que visivelmente não possuem cuidado algum.

Em relação a estes jogos de poder, o processo de produção do território de São Luís ocorreu de forma espontânea. A capital maranhense esteve inserida em um sistema excludente desde o início. Podemos afirmar que a vida urbana incitou interesses para o sistema capitalista, induzindo, por exemplo, a instalação de grandes projetos industriais. Ocorreram diversas modificações na conjuntura espacial da cidade, levando o Estado a desempenhar suas funções no que concerne a estruturação e organização do espaço. De acordo com Lojkine (1997, p.191) “[...] a intervenção do Estado permitiu resolver em curto prazo problemas insolúveis para os agentes capitalistas industriais”.

De acordo com as ideias de Sack (1986) o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros. O autor elenca o que seriam as estratégias espaciais usadas para obter o controle. Nesse âmbito, são três aspectos essenciais, os quais correspondem a condição de classificação da área junto a forma de controle de acesso, além de um modo de comunicação.

1 A cidade é, antes de mais nada, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o “construído” (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o “não construído” (o natural) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias (CARLOS, 2007, p. 8).

Ao enfatizar que a territorialidade seria uma forma de se fazer uma classificação de área, o autor refere-se ao fato de que, ao se exercer uma estratégia de controle de uma área, cria-se instantaneamente uma limitação para o contato com quaisquer objetos ou pessoas dentro dos limites em questão, sem a necessidade de enumerá-los. Portanto, é possível estabelecer um controle direto de acesso, seja por barreiras físicas ou simbólicas, (como guaritas ou placas). A terceira e última característica da territorialidade está presente na sua necessidade de comunicar o controle exercido, envolvendo uma declaração de posse ou exclusão e, às vezes, também de direção no espaço.

2.1 Diálogos territoriais: da construção do território ludovicense

Dialogando a territorialidade com as ideias de Diniz (1999), percebe-se que a produção do espaço urbano de São Luís organizou-se em função do preço do solo. Os terrenos urbanos têm seu preço regulado pela lei de oferta e da procura. Nesse sentido, assemelham-se a todas as demais mercadorias. Um terreno bem localizado é um passaporte viável para o seu proprietário: ele tem acesso à cidade, ou seja, às infraestruturas públicas, empurrando todos os demais pretendentes para terrenos de pior localização que têm preços inferiores. Em consequência, o território ludovicense avançou em meio a posse e exclusão.

Seguindo uma linha histórica, Saquet (2013) analisa o território sob quatro tendências, sobre as quais podemos destacar alguns períodos históricos desta categoria considerada complexa, multiescalar e dinâmica, o que se tornou uma preocupação para os geógrafos, pois os conceitos de território e territorialidade são fundamentais para a compreensão dos sujeitos e processos na perspectiva socioespacial.

A partir dos anos 1950-70, [...] identificou-se em diferentes países quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos: a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2013, p. 15).

Com efeito, o conhecimento experienciado suscita o desafio da interdisciplinaridade na relação território *versus* territorialidade, apesar de serem escassos os estudiosos desta temática, o que pode ser verificado na própria literatura brasileira, ainda tímida. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai de dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. (HAESBAERT, 2004:95-96)

O autor afirma que a pluralidade de territórios indica sua multiplicidade: “[...] a superfície terrestre como suporte está sujeita a um processo permanente de organização/diferenciação, processo central para a reprodução sistêmica”. Nesta perspectiva, “[...] multiterritorialidade aparece como uma resposta ao processo identificado por muitos como “desterritorialização” (HAESBAERT, 2005, p. 6774). Ainda em suas palavras:

[...] a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (Haesbaert, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (Haesbaert, 1994, p. 214) Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam (HAESBAERT, 2005. p. 6774).

Para Corrêa (2004), o território significa a apropriação e o controle político de um segmento do espaço (área), um revestimento afetivo ou ambos; já a territorialidade, a partir da reflexão de Sack (1986), corresponde a um conjunto de práticas e suas manifestações, *materiais e simbólicas*, efetivas para garantir a apropriação e o controle do território. Essas práticas são de um agente social, do Estado, de agentes sociais e de empresas. [...] Andrade (1994) faz uma abordagem mais real e histórica, com ênfase político-administrativa: o território significa o domínio ou gestão de uma área, pelo Estado ou por grandes empresas. Nesse viés, a territorialidade tem sentido de pertencimento e refere-se a nacionalidade.

Badie (1996 [1995]) leva para uma redefinição do Estado, constituído historicamente no âmbito estável de territorialidade. Com ênfase política, sendo o território *usado* enquanto construção social, considerado instrumento de ação e produto de processo histórico. Portanto, o fim do território e do princípio da territorialidade é visto como fruto da desterritorialização.

Nesse seguimento, a territorialidade, além de abordar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Sack (1986, P. 219) afirma também:

[...] a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Santos (2000, p. 12) distingue o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemônizados”. Nessa perspectiva, Haesbaert (2014) analisa a legalidade e a ilegalidade do território enquanto campo de poder:

[...] tanto dinâmicas ligadas aos grupos subalternos podem fazer uso desse jogo entre o legal e o ilegal, estando ora dentro de um território “legal”, ora dentro de um território “ilegal” (num trânsito que podemos denominar de transterritorialidade), quanto dinâmicas ligadas aos grupos hegemônicos. (HAESBAERT, 2014, p.10)

As relações, os processos, a vida são materiais e ideários ao mesmo tempo. Ideia e matéria também estão em unidade, uma está na outra, constantemente, “objetividade-subjetividade”. (SAQUET, 2007, p. 17). Vale ressaltar que os problemas socioespaciais e socioambientais se alavancaram no território ludovicense, iniciando o processo de segregação junto à produção do espaço ou território-rede dando origem a muitos conflitos em relação ao uso do solo aliado ao capital, pois as camadas mais populares não tinham como pagar pela terra. A saída foi, logicamente, essa população se deslocar para as áreas de ocupações inadequadas.

Assim, o espaço favelado constitui sua referência primeira, pois foi ali que realizaram a maior parte de suas relações. Destarte, a favela enquanto conjunto, carrega seus estigmas, em sua precarização, que também é simbólica. [...] Tais tramas das múltiplas configurações territoriais do processo adquirem toda uma especificidade quando lido em um viés espacial (HAESBAERT, 2014, p.188-189).

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo - muitas vezes temporário - do que uma condição ou um estado objetivo e

espacialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através dos quais, os “excluídos” tenham a todo instante que se afirmar (se territorializar) (HAESBAERT, 2004, p. 27).

Em uma visão macro do território, no que tange ao ordenamento, são as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contiguidade que se sobrepõem a qualquer manifestação pontual do território (MORAES, 2005, p. 45).

Ao abordar sobre espaço-processo, tratamos do espaço socialmente construído. Coadunando-se com as ideias de Lefebvre (1986), o espaço, em sua tríplice constituição, em se tratando de espaço concebido, percebido e vivido, é sempre socialmente produzido.

Com diferenças de grau e intensidade, as cidades brasileiras exibem problemáticas semelhantes. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc., são elementos de diferenciação, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas (SANTOS, 2005).

Pautando-se na questão da terra como mercadoria, o que impede o acesso daqueles que não podem pagar por ela, consideramos que a favela ou ocupação “irregular” é uma forma de garantir o acesso à cidade e ocorre, em grande parte, em locais menos “valorizados” do ponto de vista imobiliário, ou seja, comumente acontece na periferia pobre, em áreas usualmente consideradas inadequadas para outros agentes envolvidos na produção do espaço. Esses lugares são vistos, por muitos, como alternativa para suprir a necessidade de morar (CALIXTO, 2008).

Segundo as ideias de Corrêa (2004), no processo de evolução da favela, a urbanização avança até o bairro se tornar popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, melhoram suas residências e implantam atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros.

Ainda de acordo com Corrêa (2004), é na produção da favela em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.

No contexto aqui focado, é de se esperar que no processo de ocupação, apareçam indivíduos que se considerem proprietários das terras, como abordado anteriormente. Neste sentido, segundo afirma Carlos (2003, p.108), as lutas pela apropriação “[...] do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sobre a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação”.

3 POSSIBILIDADES DO TERRITÓRIO: uma linha histórica ludovicense e as transformações socioespaciais e ambientais da Vila Luizão

Trazendo luz à historicidade e as transformações socioespaciais e ambientais, em uma linha histórica, o processo de urbanização contribui para a expulsão e segregação de significativa parcela da sociedade sem acesso ao solo. Nesse contexto, para Carlos (2003, p. 102):

P[...] a periferia se produz, em si, de forma contraditória, se constituindo de imensas áreas ocupadas por autoconstrução, em que as favelas e as 'ocupações' mostram, de forma dramática, a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção da moradia.

Dentro desse raciocínio, o uso do solo não se dará sem conflitos, porquanto sejam contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 2003).

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas públicas situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de risco, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e a ausência de fiscalização definem a desvalorização) (MARICATO, 1996).

As transformações socioespaciais do espaço urbano de São Luís foram marcadas por dois períodos históricos diferentes, porém, articulados, um deles é a presença do capital no campo e a desarticulação da pequena produção. Foi nesse cenário que ocorreram os primeiros fluxos migratórios provocados pela modernização no campo. O segundo momento caracterizou-se pela implantação de grandes projetos industriais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). À vista disso, a ilha do Maranhão exerceu papel relevante no cenário nacional e tornou-se um promissor polo de desenvolvimento e atração. De acordo com Ferreira (1999, p.139), “[...] a implantação desses empreendimentos industriais elevou o poder de atração da cidade”. Isso acarretou,

consequentemente uma série de “[...] modificações no panorama urbano da grande São Luís”, salienta Diniz (2007, p. 170).

A população de São Luís que somava “apenas” 50 mil habitantes no ano de 1940, apresentou uma explosão demográfica de 243,5% em 1970 (passou para 124 mil habitantes). No ano de 1996, a população da ilha contava com 941 mil habitantes, sendo que 781 mil concentravam-se na capital do estado. De acordo com os resultados do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2000, a população da Ilha era de aproximadamente 1.068 mil habitantes e, destes, 866 mil residiam em São Luís (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2018). Hoje o município conta com um pouco mais de 1 milhão de habitantes, indicando que o aumento populacional no período analisado levou a uma ininterrupta incorporação de espaços (MASULLO, 2010).

No período de 1960 a 1970, a construção de grandes empreendimentos na capital maranhense atraiu uma gama da população oriunda principalmente, do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Neste quadro, avançaram as ocupações espontâneas na cidade. De acordo com Ferreira (1999, p.146), “[...] entre os anos de 1974 e 1998, foram registradas 49 áreas de ocupação espontânea em São Luís”.

A cidade de São Luís – em seu processo histórico – foi marcada por interesses capitalistas de grupos dominantes. Nesta perspectiva, no século XX, devido às transformações as quais o Estado do Maranhão sofria, a capital enfrentou uma série de mudanças em seu território. Conforme destaca Santos (2013, p.43), a economia maranhense “[...] tornou-se mais dinâmica, isto é, explicada pelo projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado nessa época, o Projeto Grande Carajás”. Nesse viés, Ribeiro Júnior (2004, p. 129) relata: “[...] a capital maranhense sofreria modificações, pois o grande capital, [...] atingi-la-ia”.

A respeito da implantação de grandes projetos industriais aliados ao setor siderúrgico e que contribuíram na reprodução do espaço urbano da capital maranhense pode-se destacar o uso e ocupação do solo que foi reservado para a implantação do Distrito Industrial baseado no Decreto Industrial nº 7.632/80. Tal evento contribuiu na valorização do espaço no entorno do Distrito. Além deste, a localização da área favoreceu a reprodução do capital.

Dentro deste contexto, ocorreram modificações na economia maranhense no que se refere às atividades industriais, principalmente na cidade de São Luís, em

que se concentraram o maior número de indústrias entre 1970 e 1981. Nesse sentido, pode-se elencar o Projeto Ferro Carajás, desenvolvido no ano de 1985 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Assim, pode-se destacar que a CVRD no estado do Maranhão:

[...] e ainda criaria na terceira fase 5.290 empregos diretos em São Luís. Outro empreendimento criado na capital maranhense se refere a implantação da Alumar, criada no ano de 1984. Nesse período, foram gerados 2.440 empregos diretos e 2.000 indiretos.

Vale ressaltar que:

[...] de acordo com relatório do início dos anos noventa, a refinaria desse consórcio já produzia 1 milhão de t/ano de alumina e 350 mil t/ano de alumínio, o que a tornou um dos maiores complexos integrados de alumina e alumínio do mundo, o que no todo, relevou a posição da matriz no mercado internacional de alumínio e alumina (FERREIRA, 1999, p. 136).

Tais projetos industriais contribuíram para o impacto da industrialização dessa forma, os problemas urbanos foram agravados pelos grandes empreendimentos que atraíam mão de obra barata vinda do campo, por melhores condições de vida na cidade, tais moradores vitimados pelo subemprego e desemprego buscaram a sobrevivência nos setores secundários e terciários. Vale ressaltar o que aborda Gistelinck (1988, p. 32):

[...] em 1984, o governo estadual entregou mais de 3.000 ha à CVRD, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos Pescadores e do Povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas habitacionais para os moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 há foram entregues à ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias, perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca. Nos dois casos, as famílias foram indenizadas pelas benfeitorias, muitas vezes de maneira arbitrária, mas não foram criadas condições de trabalho, adaptadas a capacidade da população.

Por conseguinte, a cidade de São Luís encontrava-se desaparelhada quanto ao contingente populacional, pois os grandes projetos tais como CVRD e ALUMAR contribuíram para o aumento demográfico de tal forma que no período correspondente a 1980-1991 a capital maranhense obteve o maior crescimento demográfico do território brasileiro. Nesta perspectiva, junto a tal crescimento, atribuiu-se a demanda por equipamentos públicos, tais como a moradia. A população que em 1980 era estimada em 449.433 aumentou para 695.199 no ano de 1991, ou seja, em uma década a população cresceu com 245.766 novos habitantes inseridos no espaço da cidade.

Seguindo esta lógica de raciocínio, cresceu a procura por novos espaços para habitação, assim como aumentou a valorização das terras, crescendo também a oferta de loteamentos no ano de 1982, principalmente nos espaços que ressalta Ferreira (1999, p. 140):

[...] entre o Calhau e Olho d' Água: Bela Vista, Boa Vista, Master Incosa, Jardim Primavera, Jardim Atlântico, Loteamento Brasil, Jardim Paulista, Jardim Eldorado [...] bem como áreas rurais de São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Destarte, os conjuntos habitacionais até então valorizados dispunham de equipamentos urbanos fornecidos pelo BNH/SFH, contraditoriamente, as áreas de ocupação começavam a crescer. Vale registrar que ainda segundo Ferreira (1999, p.141) “[...] em 1988, a Cohab implantou o Conjunto Cidade Operária, equivalendo a 7.500 unidades [...] e gerou 30.000 empregos”.

A questão da organização do espaço urbano destacou-se como um dos principais problemas da capital maranhense, ainda que com a criação de áreas residenciais pelo BNH/SFH através das COHAB'S, IPEM e cooperativas, grande parte da população ainda se encontrava desabrigada. Dentro desse contexto, os movimentos de reivindicação por moradias eclodiram, sendo no ano de 1986 criado o Movimento em Defesa da Moradia (MDM),

[...] composto por mais de cem entidades comunitárias, dentre elas, a Pró-Federação de Associações e Uniões de Moradores e Similares do Maranhão; Movimento de Defesa dos Palafitados e Favelados (1980); A associação de Mutuários do Estado do Maranhão (1983) (CEAPOC, 1988).

Por outro lado, áreas de ocupações erguiam-se nas proximidades dos conjuntos habitacionais dentre as quais pode-se destacar as vilas Menino Jesus de Praga (COHAMA), Vicente Fialho (COHAMA/COHAJOLI), Bom Jesus (COHAPAN), João de Deus (Planalto/COHAPAM), Independência (COHAFUMA). (FERREIRA, 1999, p. 147).

Cabe acrescentar que, embora o MDM fosse um movimento pacífico e sem fins eleitoreiros, os políticos tentaram barganhar com movimento. Neste contexto, no final do ano 1988, eclodiram em São Luís as invasões. Nestas situações, apareciam os “donos” que tomavam posse de lotes grandes que em sua maioria não eram utilizados para a moradia, mas, concomitantemente para a especulação. Com o apogeu do MDM e o desinteresse do estado em conceder moradia à população de

baixa renda que não preenchia o pré-requisito para ingresso nos conjuntos habitacionais, ao lado do espaço urbano valorizado as vilas avançavam em São Luís.

Portanto, a instalação desses grandes projetos industriais exerceu grande influência no processo de expansão de São Luís, e, em decorrência disso, o crescimento demográfico desta cidade. Desta maneira, pode-se afirmar que a capital maranhense sofreu, e ainda hoje sofre, os reflexos negativos, desta expansão devido à falta de um planejamento que disciplinasse a ocupação da sua área urbana.

Talvez a maior contribuição que a concepção de “aglomerados de exclusão” pode nos dar é a de questionar e complexificar a relação rede-território que vem predominando nas análises geográficas. Enfatizando que tão fundamental quanto os processos relativamente ordenados manifestados pelo espaço geográfico através de territórios e redes são os processos mais propriamente “desordenados” e aparentemente sem lógica, produto da crescente exclusão econômica, política e cultural do mundo contemporâneo (HAESBAERT, p.196).

Desta maneira, como ressalta Ferreira (1999, p. 119) a reprodução do espaço urbano “[...] continua a ocorrer por intermédio da incorporação de novas áreas, o que se processa de duas formas em que uma é espontânea, enquanto a outra é induzida”. Como exemplo da ocupação espontânea podemos citar o parcelamento do solo concernente ao aumento de lotes isolados, como as áreas do Turu e Olho d’Água. Em se tratando da forma induzida pode-se citar os loteamentos do Calhau e Ponta d’Areia.

Apesar da viabilização de ações no que tange a solução para os problemas referentes ao uso do solo para habitação, tais medidas não foram suficientes para atender a demanda de ocupações no território ludovicense, como pode-se verificar na Vila Luizão. É notória a ausência de equipamentos urbanos, assim como o agravamento dos problemas socioambientais. Aliadas a lógica capitalista, as contradições espaciais na cidade refletem a atuação de um sistema puramente excludente e segregador.

Em linha histórica, a partir da década de 1970, a situação socioespacial se agravou em decorrência das transformações sofridas pelo processo de urbanização, oriundo principalmente da combinação entre migrações promovidas pelo êxodo rural e o processo de industrialização na capital do Maranhão. Nesse contexto, São Luís foi palco de inúmeras mudanças, visto que a infraestrutura e serviços públicos de qualidade não acompanharam tal transformação que ocorreu de forma acelerada. “O

crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares” (DINIZ, 2007, p.169). Neste contexto, no ano de 1990 surgiu a ocupação denominada Vila Luizão.

Ferreira (1999, p.150) reafirma que, na década de 1990, as áreas de ocupação começaram a florescer, a justificativa é sempre a ausência do Estado quanto à habitação da população de baixa renda. Nesse quadro, as áreas de ocupação em São Luís emergiram em função do conjunto habitacional Primavera (por exemplo, Vila Brisa do Mar), da valorização de áreas próximas da Praia do Olho D'Água (Vilas Sol e Mar e Luizão), Praia do Calhau (Vila Conceição), imediações do Conjunto São Raimundo (Vilas Luizão II, Ayrton Senna, e Vitória) e no entorno do Anjo da Guarda (Vilas São João, e, Argola e Tambor).

A ocupação do espaço ocorreu mediante interesses de grupos capitalistas dominantes que fizeram da cidade o campo de materialização de seu poder. Tais grupos, aliados ao Estado, omisso e negligente, com atuações tendenciosas privilegiaram objetivos de uma minoria em detrimento das necessidades da totalidade. Desta forma, intensificou-se a segregação e promoveu-se a exclusão. Nesse arcabouço histórico, a capital maranhense foi palco de concentração de riqueza para alguns grupos, logo, os conflitos de classes pelo direito à cidade, acirraram-se.

Ao contrário do que poderiam ser, as áreas de ocupação espontânea em São Luís só aumentaram nas últimas décadas, ainda que com vários projetos imobiliários implantados na capital, os quais não foram a melhor medida para a solução da questão habitacional para as camadas populares. Desta forma, intervenções urgentes precisam ser realizadas levando-se em conta o espaço em sua totalidade no que se trata de serviços públicos de saneamento e saúde na metrópole, comumente contraditória e maquiada.

Diante da atração do elevado contingente populacional, oriundos principalmente do campo, houveram sérios agravos, a exemplo da expansão das periferias com habitações completamente precárias. O Poder Público, com sua atenção voltada para interesses capitalistas não prestou a devida assistência à população, principalmente, os segmentos mais carentes.

O solo urbano passou a ser uma mercadoria pouco acessível às camadas sociais de menor poder aquisitivo à procura de habitação, pois, não se enquadravam no perfil exigido pelo mercado imobiliário. Tal situação induziu a população menos favorecida a ocupar áreas periféricas, principalmente localidades de espaços públicos

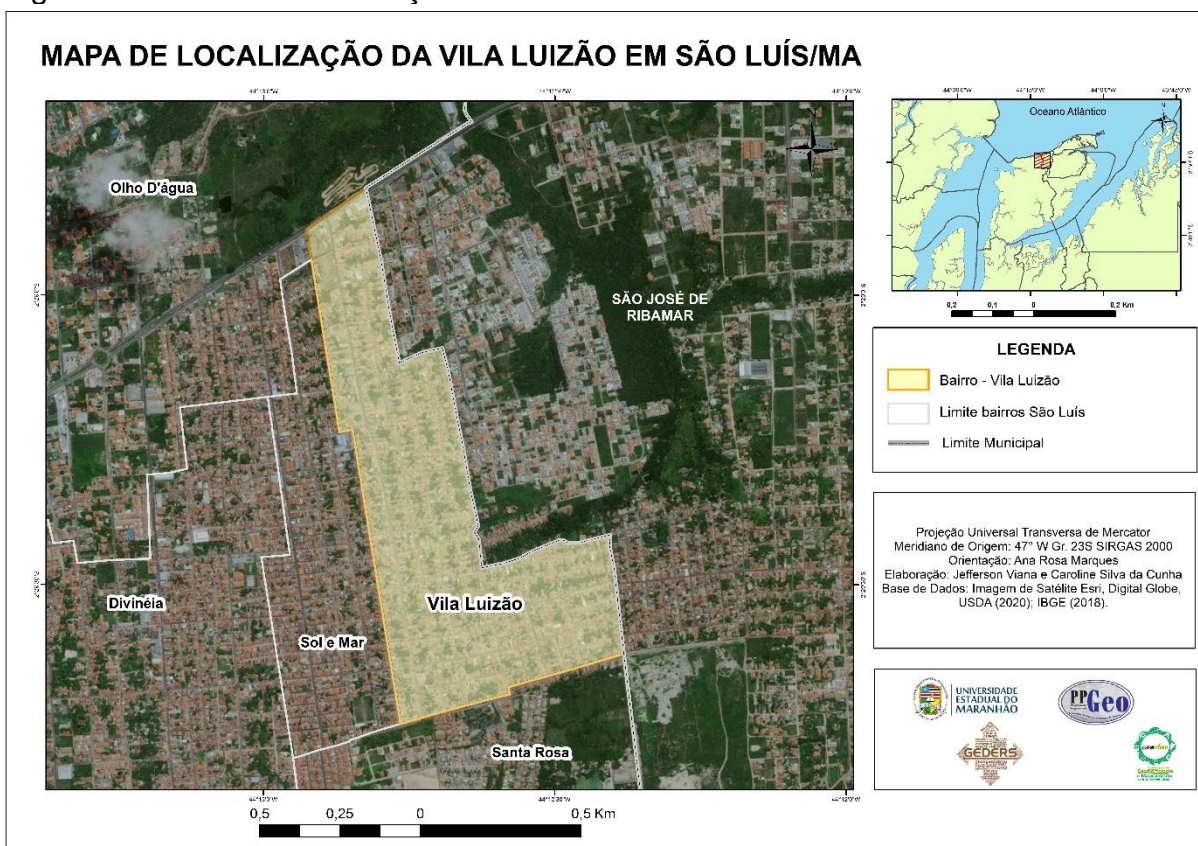
ou privados desabitados, as quais originaram as chamadas “ocupações espontâneas”, caracterizadas de um modo geral pela ausência de serviços básicos de saneamento - comprometendo o bem-estar dos cidadãos.

A partir desse fenômeno, o déficit habitacional foi reflexo da situação enfrentada por boa parte dos migrantes que chegaram à cidade com expectativas principalmente de melhoria na condição socioeconômica. A capital maranhense avançou de forma desigual, os elevados valores dos terrenos e imóveis bem localizados impediram o acesso da população carente, que passou a ocupar áreas periféricas da cidade, carentes de infraestrutura e saneamento básico.

3.1 Breve histórico e as transformações socioespaciais e ambientais da Vila Luizão

A Vila Luizão se originou seguindo a conjuntura de ocupação espontânea do espaço ludovicense no ano de 1995, materializando as relações sociais, espaciais e ambientais (objetiva e subjetivamente), e reproduz o material e o imaterial no arcabouço da produção do território em movimento e contraditório, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Carta de Localização da Vila Luizão



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Localiza-se no limite de município de São Luís com São José de Ribamar, uma área de formação espontânea como descrito anteriormente. Faz limite com as comunidades: Sol e Mar, Turu (município São Luís) e Santa Rosa, Araçagy e Vila Alonso Costa (municípios de São José de Ribamar).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a Vila Luizão possui nove setores censitários, 2.887 domicílios ocupados e 10.785 moradores, o que demonstra constante expansão. A partir dos vários campos de observação, visualizou-se o avanço das ocupações de forma precária, bem como a ausência de saneamento básico, além de áreas de alagamento e conflitos socioambientais constantes. Segundo o mesmo IBGE (2010):

[...] o Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Segundo relatos da entrevistada 01 (concedida em 12/03/2019), moradora e líder comunitária, ligada a União de Moradores da Vila Luizão, a ocupação teve início no ano de 1994 pelo líder Luís Gonzaga Ferreira (Figura 2), o Luizão, assassinado em 20 de janeiro de 1995. Após seu falecimento, sua esposa, Maria Lucia Correa Pestana assumiu como presidente União de moradores da Vila Luizão, até o ano de 2001, até então não foi registrado em ata.

A primeira eleição para direção executiva da entidade registrada em Ata, foi realizada no dia 21 de abril de 2004. O documento registra o estabelecimento estatutário de mandato diretivo pelo período de três anos, sendo passível de reeleição. O mandato desta primeira gestão eleita se deu entre o período de 21 de abril de 2004 a 21 de abril de 2007."Assim, assumiu a presidência o Sr. Antônio Ivaldo Rodrigues e a vice-presidência a Sra. Conceição Glória de Oliveira Santos. Logo após, assumiu (de 11 de fevereiro de 2007 a 11 de fevereiro de 2010) como presidente eleito o Sr. Murilo de Melo Oliveira, tendo a Sra. Cledite da Conceição Teixeira Nunes como sua vice, a chapa foi empossada em junho de 2011 e assumiu o mandato por um curto período devido ao afastamento do presidente por motivo de problemas de saúde. Cabe relatar que a chapa permaneceu no período de 11 de fevereiro de 2010 a 11 de fevereiro de 2013, pois apenas esta estava regularmente registrada para concorrer ao pleito.

A diretoria seguinte da União de moradores assumiu o mandato de três anos para o período entre 27 de outubro de 2013 a 27 de outubro de 2016, tendo sido eleitas Tânia Maria Cutrim Moreira, como presidenta, e Cledite da Conceição Teixeira Nunes, como vice-presidente. A última diretoria foi eleita em 27 de outubro de 2016, tendo como presidente Murilo de Melo Oliveira e como vice, Dassilva Castro Pereira, encerrou sua gestão em 27 de outubro de 2019, segundo a informação que consta no documento registrado em cartório. A sede da União de moradores continua situada em seu endereço original, na rua Luís Eduardo, nº 15, Vila Luizão. (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DA VILA LUIZÃO, 2019)

Figura 2 – Líder Luizão em frente ao primeiro poço artesiano da comunidade



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A entrevistada 1 nos relatou detalhes da foto acima: “O registro foi feito horas antes de seu assassinato, no plano de fundo encontra-se o primeiro poço de água da comunidade, localizado na Travessa Rio Branco, Vila Luizão, e que até hoje está em funcionamento”.

Trazendo luz a história de vida da comunidade a partir de entrevistas, no início da ocupação e agora com o assassinato do fundador da vila, a situação era bem simples:

[...] os primeiros moradores foram Carmé, que [...] era tia de Maranhão e Sibazinho que morava ali perto da primeira caixa d’água que Luizão fez, [...] porque só tinha duas caixas d’água, tinha a de cimento que ficava dentro do conjuntinho [...], que até hoje tá lá. [...] e o Sibazinho morava perto dessa caixa d’água que Luizão tirou a foto que tem até assim Vila Luizão, que era desse poço que foi inaugurado aqui, depois da associação. [...] e Elesbão e Noemia foram os primeiros moradores que moraram na Vila Luizão, e depois foi chegando outros e mais outros, e mais outros, e toda área era localizada só aqui na rua da associação pra cá. [...] Seu Chico e seu Milton foram os primeiros comerciantes, [...] depois foi crescendo mais [sic.] (Entrevistada, 2. Entrevista concedida em 17/04/2019).

A Vila se expandiu e os moradores foram se organizando. Os primeiros equipamentos foram chegando, outros ocupantes foram povoando o território, as casas foram ganhando novas formas. No início da ocupação da área:

[...] as casas eram de taipa e palha, haviam apenas “caminhos”. Os primeiros equipamentos que surgiram foram pequenos comércios chamados de “quitandas”, logo depois chegou a iluminação pública, poço artesiano, asfaltamento e transporte público, o ambiente natural era composto de córregos, rios, vegetação. [...] o tratamento do lixo era realizado por incineração. Nós destruímos tudo. (Entrevistada 1, responsável por um dos poços da comunidade e ex-líder comunitária, entrevista concedida em 20/04/2017).

Dentre os principais problemas ambientais, destacamos os serviços de saneamento básico que são distribuídos de forma segregada nas cidades, não somente os dejetos da periferia são lançados nos corpos hídricos, mas todos os efluentes, o que compromete a qualidade ambiental. Pode-se destacar que segundo o Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (2013, p. 20) “[...] em todas as bacias de São Luís há problemas relativos ao despejo de esgotos domésticos e industriais”. Além disso, em todas as bacias há deposição de resíduos sólidos junto às margens e no leito dos rios, mesmo havendo coleta regular de lixo na maioria dos bairros. Neste cenário, a comunidade da Vila Luizão, localizada em áreas impróprias para moradia, convive com o canal de esgoto exposto na área denominada pelos moradores de “Granja”. Podemos ver na imagem abaixo (Figura 3) uma parte de nova ocupação, ocorrida no bairro após a década de 2000, em que há esgoto exposto. Essa situação contribui para facilitar a transmissão de doenças, prejudicando a qualidade ambiental e de vida dos moradores desta área.

Figura 3 – Ausência de serviços básicos de saneamento na área



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nessa perspectiva, na Vila Luizão foi observado um crescente e desordenado processo de ocupação, refletindo o descaso das autoridades públicas, pois a situação se agrava ainda mais pela deficiente infraestrutura relacionada à rede de esgotos, pavimentação, problemas relacionados ao lixo e outros. Nesta linha de raciocínio, podemos afirmar que nesse espaço em escala temporal foram testemunhadas novas áreas de ocupação mais recentes. Na Vila Luizão ocorreu um processo de:

[...] ocupação que é cada vez mais comum nas áreas urbanas denominado de 'indústria de invasão'. Esse processo se caracteriza por não ser baseado na necessidade de moradia e sim na venda ou aluguel de terrenos irregulares em proveito próprio. Geralmente, a área ocupada se transforma em um bem de troca, objetivando o lucro e sendo apenas mais uma área entre outras áreas, invadidas. Prova disto é a rápida transformação no que concerne ao padrão das residências (DINIZ, 1999).

Tornou-se essencial o envolvimento ativo no processo de execução de políticas públicas no que se refere a fiscalização e participação para a qualidade na execução dos serviços públicos. Em suma, a Vila Luizão reflete mais uma das áreas de descaso do sistema excludente aliado ao Estado, em que ambos reproduzem desigualdade e segregação"

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOB OLHAR DA PESQUISA-AÇÃO

4.1 Procedimentos Metodológicos

O ir além refere-se a envolver-se com a comunidade pesquisada para absorver o que se encontra no avesso do visível, alavancar o aparente, inserir-se no subsolo dos sujeitos sociais. O método fenomenológico, idealizado por Edmund Husserl (1859-1938), buscou investigar os fenômenos através da experiência. Tal método nos ajudou a conduzir a dinâmica descritiva e cotidiana da comunidade estudada, seus processos, atores e ações no território.

Este percurso pode ser acompanhado no que concerne aos desdobramentos das investigações de Husserl acerca da consciência, resumidos em três partes: a redução fenomenológica, a descrição dos vetores internos ao fenômeno e a explicitação das experiências. Nesse sentido, para o autor, o uso deste método

“[...] consiste em ir às coisas mesmas quando se pretende investigar um fenômeno”. Desta forma, encontrou “[...] a essência da intencionalidade como espaço de dação dos objetos, ou seja, os fenômenos” (FEIJOO; MATTAR, 2014).

Segundo as ideias de Heidegger (1995; 1997, p. 65), a fenomenologia poderá ser estabelecida a partir da “própria coisa” que deve ser descrita, ou seja, só poderá ser determinado cientificamente segundo o modo com que os fenômenos vêm ao encontro, sendo as evidências, manifestações de si mesmas. A fenomenologia, considerada ciência das essências, em uma relação sujeito-objeto, busca o sentido dos fenômenos enquanto essência, instiga a manifestação do que está escondido.

A fenomenologia, no que tange à interpretação dos fenômenos foi um método escolhido pela valorização da essência, a descrição do processo experienciado para compreender como a comunidade analisa a questão socioambiental vivenciada e propiciar os encaminhamentos, incentivando e provocando a sociedade ao protagonismo comunitário e participativo em seu diagnóstico.

Ao enfatizarmos junto ao método fenomenológico, o uso da pesquisa qualitativa nesse estudo, em âmbito geral, nossa intenção é esclarecer as situações que favorecem a sensibilização dos pesquisadores e as condições que geram o problema. Segundo Chizotti (2003, p.105):

[...] esse tipo de pesquisa pode ser resumida nas seguintes proposições: 1. O conhecimento conduz a uma ação, e a pesquisa pode ser uma oportunidade de formar os pesquisados a fim de que transformem os problemas que enfrentam; 2. Os pesquisados têm uma capacidade potencial de identificar suas necessidades, formular seus problemas e organizar sua ação; 3. A eficácia desse processo de decisão depende da participação ativa dos envolvidos na descoberta de suas necessidades e na organização adequada dos meios para modificar as situações consideradas insatisfatórias.

A pesquisa qualitativa não precisa obter um padrão de paradigmas, mas, valoriza a criatividade e resulta em decisões coletivas e estratégicas de pesquisa bem como possibilita a implementação de ações ativas e participativas voltadas à solução de problemas. Pode-se descobrir ao longo das etapas, situações prioritárias e ações para transformação da realidade. Pesquisas descritivas limitam-se a revelar e avaliar os problemas, trabalhar encaminhamentos necessários e intervenções essenciais às situações indesejadas. Ainda em relação à pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 21-22) relata:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No campo transdisciplinar, a pesquisa qualitativa avançou como vasto movimento de ideias, práticas e técnicas de pesquisa, envolvendo as ciências humanas e sociais, através de análises multiparadigmáticas decorrentes do positivismo, fenomenologia, hermenêutica, marxismo, teoria crítica e construtivismo, adotando uma gama de métodos investigativos para o estudo, interpretação e significação dos fenômenos.

Sob o viés qualitativo, seguem “[...] diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas, inscrevem-se como direções de pesquisa”, advogando os mais variados métodos de pesquisa tais como “[...] entrevista, observação participante, história de vida, análise do discurso, estudo de caso, qualificando a pesquisa como pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação” (CHIZOTTI, 2003).

Cabe ressaltar que com bases qualitativas,

[...] alguns estudos esforçaram-se em descrever as precárias condições de vida mundiais de trabalhadores urbanos e rurais, no período da industrialização, recorrendo a registros e documentações das recorrentes condições dos operários, (Le Play, 1806-1982), as condições dos trabalhadores ingleses (Engels, 1845/1986), levantamentos estatísticos e descritivo dos pobres londrinos (Booth, cf. Webb, 1926) e os estudos ilustrativos da pobreza (Mayhew, 1851/1862). Na apresentação de suas buscas, apropriavam-se das novas questões teóricas e metodológicas mostradas pelo mundo dramático da vida desses personagens. As descrições das mazelas de vidas ignoradas ou exploradas constituem denúncias das condições vividas e preconizavam urgentes ações saneadoras das adversidades reveladas (CHIZOTTI, 2003).

É necessário avaliar uma distinção retirada das análises sociológicas de fundamentos empíricos de Fernandes (1959, p.13):

[...] de um lado, métodos técnicos ou métodos de investigação, ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada, ou ainda, as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos.

Os pesquisadores que adotaram essa orientação se subtraíram à verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas

relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão (CHIZOTTI, 2003).

A conduta participante do pesquisador partilha da cultura, práticas, percepções e experiências relacionadas aos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, o conhecimento é tratado como construção coletiva, onde os envolvidos na pesquisa identificam e analisam de maneira crítica as necessidades e buscam alternativas de ação. Nesse termo, o pesquisador experencia o espaço com os sujeitos e o tempo vivido, o que pode gerar em alguns momentos certos conflitos. Contudo, é necessário mediar e pontuar os objetivos sociais dos atores da pesquisa.

O problema, na pesquisa qualitativa, não é uma definição apriorística, fruto de um distanciamento que o pesquisador se impõe para extrair as leis constantes que o explicam e cuja frequência e regularidade pode-se comprovar pela observação direta e pela verificação experimental. O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos (CHIZOTTI, 2003).

4.1.1 Observação participante

A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista (CHIZOTTI, 2003).

A técnica da observação é uma das técnicas mais utilizadas nas áreas de Antropologia, Psicologia, Etologia (estudo do comportamento animal), Marketing, entre outras. Trata-se de entrar em contato diretamente com o fenômeno estudado, utilizando-se, para isso, os órgãos dos sentidos como ferramentas essenciais para a exploração de uma determinada realidade (APPOLINÁRIO, 2012).

4.1.2 Entrevistas e história de vida

Uma entrevista é um procedimento de coleta de dados que envolve o encontro de duas pessoas – entrevistador e entrevistado. Trata-se de um

procedimento relativamente comum nas investigações sociais, podendo ser realizado face a face ou a distância. Há três tipos de entrevistas: estruturadas (o pesquisador segue um roteiro de perguntas previamente estipuladas, não estando livres para adaptação ou coleta de informações não-solicitadas; semiestruturadas: há um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para elucidação de elementos que surjam de maneira imprevista ou espontânea fornecidos pelo entrevistado; não estruturadas, não há roteiro preestabelecido, o entrevistador tem a liberdade de explorar o tema em um contexto informal) (APPOLINÁRIO, 2012).

A história de vida ou relato de vida pode ter a forma autobiográfica, na qual o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto da sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer a fontes documentais para fundamentar as afirmações e relatos pessoais (CHIZOTTI, 2003).

O relato de vida consiste na história de vida ou acontecimento tal qual a pessoa vivencia ou vivenciou. Assim, não é necessária a alteração da autenticidade absoluta dos fatos, pois o que interessa é o ponto de vista do sujeito (ABREU, 2004). Desta forma, a história de vida trata-se de instrumento de pesquisa que valoriza as informações pessoais, podendo ser literária, tradicional, memórias crônicas, ou retratos vividos de uma pessoa, abordando a oralidade, vidas cultas e testemunhos vivos em determinadas épocas ou períodos históricos.

Com base nestes conceitos, buscou-se os moradores-chave para contar a história de vida na comunidade em Vila Luizão, pertencentes ao processo inicial de ocupação, para que fosse construída em linha histórica como vivem os residentes desta ocupação. Procurou-se ser mais fiel possível à realidade observada e pesquisada para relatar mais profundamente a geo-história desse território de acordo com os relatos dos 13 entrevistados conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Relação das entrevistas

| | |
|----------------|---|
| Entrevistada 1 | Moradora há 25 anos e liderança comunitária |
| Entrevistada 2 | Ex-Liderança comunitária ligada a Associação de moradores |
| Entrevistada 3 | Liderança comunitária ligada a associação de moradores |
| Entrevistada 4 | Liderança religiosa ligada à Igreja católica e participante do círculo de diálogo |
| Entrevistada 5 | Moradora antiga há 20 anos da comunidade |
| Entrevistada 6 | Liderança social ligado ao Centro de convivência |
| Entrevistada 7 | Moradora antiga há 25 anos e liderança ligada à igreja evangélica |
| Entrevistada 8 | Moradora antiga há 25 anos e liderança educacional e religiosa |
| Entrevistada 9 | Moradora recente e participante do círculo de diálogo |

| | |
|-----------------|--|
| Entrevistada 10 | Morador antigo há 23 anos e participante do círculo |
| Entrevistada 11 | Moradora recente e participante do círculo |
| Entrevistada 12 | Morador antigo e liderança comunitária e comercial |
| Entrevistada 13 | Morador antigo, líder de poço particular da comunidade e participante do círculo |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.1.3 Pesquisa-ação enquanto processo investigativo no Território

O processo da pesquisa-ação consiste em discutir vários temas com base na metodologia social, no que tange a pesquisa científica associada às formas coletivas para a resolução de problemas. Nesta linha de atuação participativa, foi desenvolvido um processo investigativo e ativo, conjuntamente com a comunidade da Vila Luizão, buscando refletir e promover transformações socioambientais utilizando a Educação Ambiental como ferramenta.

Nesse âmbito, coadunando com as ideias de Thiollent (2004, p. 25), a pesquisa-ação “[...] trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação.”

Essa metodologia caracteriza-se pela ação em relação às possibilidades de reflexão em torno da resolução de problemas em dada realidade social, como é o caso deste estudo. Mas, é necessário que haja bases teóricas, logo, precisaremos de conceitos, hipóteses e avaliações na situação investigativa.

Há uma relação entre conhecimento e ação, tanto no campo do agir (ação social, política, jurídica, moral etc.) quanto no campo do fazer (ação técnica). Entre as formas de raciocínio, existem analogias (e também diferenças) entre as estruturas do “conhecer para agir” e do “conhecer para fazer”. O problema da relação entre conhecimento e ação pode ser abordado no contexto das ciências sociais (THIOLLENT, 2004).

Com base nesta metodologia, a produção do conhecimento que caracteriza o processo da pesquisa-ação resulta de investigação coletiva acerca do problema, do qual os participantes estão mais próximos e têm a percepção e interpretação mais lapidada. Se propõe a uma ação deliberada visando uma mudança no mundo real, comprometida com um campo restrito, englobado em um projeto mais geral e submetendo-se a uma disciplina para alcançar os efeitos do conhecimento (CHIZOTTI, 2003).

Desta maneira, seguindo a análise da pesquisa qualitativa como prática social relevante esta traz consigo novas questões teórico-metodológicas, provocando novas epistemologias para soltar a voz dos silentes, o poder, a emancipação, a solidariedade e as transformações socioespaciais e ambientais, mas é necessário o compromisso, a pesquisa e a ação solidária, ativa e participativa na investigação.

4.1.4 O uso da Educação Ambiental como ferramenta na sócio-investigação

Nas últimas décadas do século XX, os debates referentes a questão ambiental ganharam destaque, principalmente no eixo das políticas públicas. Notou-se a pressão em relação ao desenvolvimento de propostas e ações para responder aos inúmeros problemas decorrentes do modelo acelerado de crescimento. Na visão de Loureiro (2003, p. 12):

[...] a educação sendo uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade.

A Educação Ambiental participativa aqui abordada, refere-se à criticidade e à transformação, construída através de um paradigma emancipador. Nesse sentido, a relação entre meio ambiente e educação ambiental crítica participativa assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para compreender processos sociais complexos e os riscos ambientais que se intensificam. Como a cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade, a EA é a forma de exercício dessa cidadania: é uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (JACOBI, 2003).

Para que haja mudança de algo é fundamental conhecer o fenômeno que se quer mudar. Acreditamos que a consciência que impede a qualidade de vida almejada pela comunidade que desenvolve seu processo de Educação Ambiental é favorecida pelo conhecimento da realidade global e local, sobre o contexto em que determinado problema situa-se, sendo este conhecimento produzido nos próprios caminhos teóricos e práticos seguidos para a solução do problema.

Com a urbanização como processo de transformação da sociedade, os problemas socioambientais promovidos são produtos do processo de transformação

da natureza e da sociedade, que se encontra organizada em classes sociais. Em relação a atividades práticas de Educação Ambiental, observa-se que para Oliveira (2000, p.16) “Ações e atividades de Educação para as questões ambientais, junto a comunidades, devem priorizar aquelas com organizações coletivas, frente a situações-problema ambientais de sua vivência e convivência”.

Desta forma, a Educação Ambiental é uma ferramenta fundamental para a sensibilização da comunidade atrelada as metodologias participativas como a pesquisa-ação e os Círculos de Diálogo com as lideranças para fortalecer a relação sociedade-natureza através da problematização da realidade, valores, atitudes e práticas dialógicas que provoquem reflexão e ação no movimento coletivo em direção ao conhecimento para a transformação.

4.1.5 O processo da Pesquisa-ação via Círculos de Diálogos

No alicerce da estrutura dos Círculos estão os valores que nutrem bons relacionamentos comuns a todas as pessoas. Agregados, esses valores e ensinamentos antigos criam um forte sistema radicular que ajuda a formar um continente para verdade, conflitos, visões de mundo diferentes, sentimentos intensos, silêncio, raiva, frustração, alegria e paradoxos. Nesse contexto, o círculo:

[...] é um processo estruturado para organizar a comunicação em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente. O processo cria um espaço à parte de nossos modos de estarmos juntos. O círculo incorpora e nutre uma filosofia de relacionamento e de interconectividade que pode nos guiar em todas as circunstâncias dentro do círculo e fora dele. (BOYES-WATSON, c2011, p. 35)

Para criar os valores fundamentais do Círculo, os participantes identificam valores que consideram importantes para um processo saudável que traga bons resultados para todos. Valores recorrentes são honestidade, respeito, abertura, cuidado, coragem, paciência e humildade. As palavras exatas variam de grupo para grupo, mas os princípios gerados pelos Círculos são essencialmente consistentes. Descrevem aquilo que queremos ser quando somos o melhor de nós mesmos. (PRANIS, 2011)

No Círculo, os valores não são presumidos, nem tampouco impostos pelo facilitador. Uma conversa consciente entre os participantes sobre os valores que desejam manter no espaço coletivo é parte crítica do processo circular. As raízes

indígenas do processo circular contribuem com conhecimentos chave para os fundamentos do Círculo. Esses conhecimentos estão ligados a imagem do círculo como metáfora para o modo como funciona o universo. Para muitos povos indígenas, o círculo enquanto símbolo traduz uma visão de mundo, uma forma de compreender o funcionamento desta realidade. Eles são parte integrante dessa visão de mundo e do próprio espaço do círculo: tudo está interligado; há partes distintas e é importante que essas partes estejam em equilíbrio; cada parte do universo contribui com o todo e é igualmente valiosa (PRANIS, 2011).

O Círculo de Diálogo lança mão de seis elementos estruturais para criar o espaço definido por esses valores e ensinamentos fundamentais. Esses elementos estruturais são as ferramentas usadas pelo facilitador para tornar os preceitos e ensinamentos funcionais em um processo concreto, passível de ser trabalhado e que cria condições para um diálogo honesto e respeitoso que preza cada voz e nutre relacionamentos. No Círculo, os participantes exploram uma questão ou tópico específico a partir de muitas perspectivas diferentes, não buscam consenso sobre a questão. Permitem que todas as vozes sejam ouvidas respeitosamente e oferecem aos participantes diversas visões para estimular sua reflexão.

4.1.6 Desenvolvimento do Processo de Pesquisa-ação por meio dos Círculos de Diálogos na Vila Luizão

A pesquisa teve início com o levantamento de dados primários junto as instâncias de liderança da comunidade, por meio de entrevistas de maneira a poder constituir uma visão ampliada sobre o histórico da ocupação da área, somadas a documentos e relatórios das atas de reuniões da União de Moradores da Vila Luizão, cedidos pelo atual presidente da entidade, o Sr. Murilo de Melo Oliveira. Por meio destes dados sistematizamos um breve histórico da área, ampliado com entrevistas com outras lideranças e moradores antigos.

Através desse vínculo, foram fortalecidos os laços para preparação do primeiro encontro com os atores envolvidos na pesquisa. O primeiro passo foi elaborar e entregar convites às instituições tais como Instituições Religiosas, Associação de moradores, Associação do Comércio (ACIMAVIL), Centro de Convivência, Conselho Tutelar, Unidade de Segurança Comunitária (USC), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Referência Social (CRAS), Unidades Básicas de Ensino e Creches.

No início da pesquisa-ação, observou-se que na Vila Luizão há um crescente e desordenado processo de ocupação, tendo como agravante a deficiente infraestrutura relacionada à rede de esgotos, pavimentação, problemas relacionados ao lixo e outros. No processo de desterritorialização extrema na Vila, surgem territórios de exclusão e de insegurança:

Incorporando à dominação política uma apropriação simbólico-cultural, desterritorialização não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto. A desterritorialização mais extrema, (também denominada de aglomerados de exclusão) é aquela em que “os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos sem-teto. (HAESBAERT, 2009, p. 168).

Por conseguinte, podemos afirmar que nesse espaço em escala temporal foram observadas novas áreas de ocupação mais recentes, dentre elas pode-se citar: Granja, Babado Novo, Palmerande, Residencial Ivan Sarney ocupadas a partir da década de 2010, e a mais recente, Recanto da Vila Luizão (Figura 4), ocupada em 2014, das quais se decorrem muitos dos conflitos referentes ao uso e ocupação do solo.

Figura 4 – Área mais recente de ocupação denominada Recanto da Vila Luizão



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Numa percepção inicial, seguindo nossas observações de campo na Vila Luizão, dentre os diversos problemas socioambientais vivenciados pela comunidade, podemos indicar como o principal a ausência de saneamento básico.

Partindo desse pressuposto, delimitamos como atividades da pesquisa-ação, primeiramente, o levantamento documental: leis, estudos feitos em instituições, planos diretores (1977, 1992 e 2006), além de sites relacionados ao assunto e levantamento de fontes secundárias com dados estatísticos a respeito da temática investigada junto aos órgãos e às instituições públicas, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto da Cidade (INCID); Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP); Secretaria de Segurança Pública (SSP); Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC); Unidade de Segurança Comunitária (USC) Divineia/Vila Luizão; Centro de Referência Social da Assistência Social (CRAS) Sol e Mar e Instituições da área (Associações de moradores; Igrejas; Associações Comerciais; Centro de Convivência) para obtenção de dados censitários, como número de domicílios, população, renda, saneamento ambiental, bem como dados cartográficos e sociais. Dentro desta perspectiva, já foram disponibilizadas informações que subsidiaram embasamento a pesquisa-ação, assim como favoreceram a produção cartográfica e interpretação da realidade do campo estudado.

A primeira ação foi o lançamento do projeto de pesquisa, realizado no Centro de Convivência, localizado na Avenida João Alberto, Vila Luizão. O local foi indicado por representantes das instituições da Vila Luizão, pois está em uma área central, além de proporcionar segurança e bem-estar. Em momento posterior, foram propostos junto as lideranças institucionais da área cinco Círculos de Diálogos com base nas principais problemáticas vivenciadas e relatadas pela comunidade no primeiro encontro, tais como impactos socioambientais, conflitos socioespaciais, violência e educação ambiental para o conhecimento da realidade e a execução de um futuro plano de ação coletivo.

Nesse viés, foram diversas idas e vindas ao território para a culminação do primeiro encontro, tendo em vista a necessidade de se estabelecer uma data disponível na agenda dos envolvidos em face das programações organizadas por estes atores na comunidade. A data foi definida após constantes diálogos com as lideranças, assim como o local a ser realizado o encontro, o qual objetivou-se ser em área central que fosse acessível à comunidade, além de criação de um serviço de

referência na Vila. Em seguida, foi necessária a elaboração de materiais de divulgação, o que se deu por meio da criação de convites direcionados ao meio digital (Figura 05), através de redes sociais, bem como convites impressos. Contamos, ainda, com o apoio de lideranças que atuam na localidade, que compartilharam o chamamento aos atores sociais através de uma rede territorial, mesmo que esta ainda se encontrasse em fase inicial.

Após essa etapa, realizou-se o mapeamento da área e as principais instituições (sociais, econômicas e religiosas) atuantes, visto que tais serviços são localizados nas áreas mais urbanizadas e bem localizadas. Cabe ressaltar que foram feitos os respectivos contatos com seus representantes para conhecer o problema investigado junto ao método da pesquisa-ação, sendo que estes participaram dos nossos seminários científicos no decorrer da análise. Seguindo essa linha de raciocínio, observou-se certa homogeneidade nas lideranças comunitárias, visto que existem alguns projetos sociais na área estudada, organizados pelas principais instituições da Vila, sendo alguns com vínculos políticos, e outros, religiosos.

Figura 5 – Convite para o lançamento do Projeto de Pesquisa

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Convite

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA),
 ATRAVÉS DO PROGRAMA DE PÓS EM GRADUAÇÃO EM
 GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO (PPGEO),
 TEM A HONRA DE CONVIDAR VOCÊ MORADOR E
 REPRESENTANTE DA COMUNIDADE VILA LUIZÃO
 PARA O LANÇAMENTO DO PROJETO:**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão"

**Venha trocar experiências, debater e contribuir
 de forma coletiva por uma Vila Luizão mais saudável!**

Data: 26/09/2018
 Horário: 18:00
 Local: Centro de Convivência da Vila Luizão
 Avenida João Alberto, nº 70, Vila Luizão

Maiores informações: (98) 988789070- Caroline Cunha
 Email: carolineanhuc@hotmail.com

**ENTRADA
 FRANCA E ABERTA
 AOS INTERESSADOS!**

*No local serão feitas as inscrições para
 o 1º Círculo de Diálogos "A vila que eu quero"!

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O espaço de realização dos Círculos, o Centro de Convivência da Vila Luizão localizado na Rua João Alberto, nº 71 (Figura 6), é um espaço que oferta atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual atende crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, e, idosos, com oficinas de música, dança, capoeira, artes e atividades socioeducativas que compreendem temas transversais como o combate às drogas, à violência sexual de crianças e adolescentes, violência contra a pessoa idosa e doméstica, além da sensibilização socioambiental, sendo todas as ações coordenadas pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS). O espaço foi pensado, solicitado (Apêndice A) e estritamente preparado para a aplicação da metodologia participativa com base nos autores referenciados e a programação (Apêndice B) amplamente discutida pelos pesquisadores para que os debates fossem executados objetivando a escuta da comunidade atrelada ao processo.

Figura 6 – Espaço dos Círculos de Diálogo- Centro de Convivência da Vila Luizão



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na data mencionada, foram realizadas inscrições para os Círculos temáticos intitulados “A vila que eu quero” (Apêndice C), além da continuação das

inscrições até a data do próximo encontro a fim de fortalecer o compromisso comunitário.

O primeiro Círculo de Diálogo na comunidade fora decidido coletivamente com a temática em pauta “Diagnóstico socioambiental”. A equipe mediou a discussão com o objetivo de esclarecer e buscar coletivamente possíveis encaminhamentos para o território.

Desta forma, foram realizados 05 (cinco) círculos de diálogos (Quadro 2) com as lideranças e moradores do decorrer da pesquisa, ressaltamos que se trata de um diagnóstico socioambiental por meio do processo de pesquisa-ação e educação ambiental na comunidade com a metodologia participativa circular.

Quadro 2 – Círculos de Diálogo realizados

| Círculos | Título | Data | Nº de Participantes |
|-----------------|--|-------------|----------------------------|
| I | Diagnóstico socioambiental | 26/09/2018 | 06 |
| II | Saneamento Básico | 01/02/2019 | 11 |
| III | Água e saúde | 28/03/2019 | 28 |
| IV | Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto | 02/05/2019 | 24 |
| V | Coleta seletiva do lixo e compostagem na Vila Luizão | 13/07/2019 | 24 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.1.6.1 Círculo I: “Diagnóstico Socioambiental”

O lançamento do projeto de pesquisa inicialmente com o título “Educação Ambiental como ferramenta de análise para as principais implicações socioambientais na Vila Luizão, São Luís - MA” foi realizado no dia 26 de setembro de 2018, no Centro de Convivência da Vila Luizão, tendo a participação de (07) sete lideranças da comunidade, entre elas, representantes de igrejas, comerciantes, funcionários públicos, professores e coordenadores de projetos (Figura 6). Assim, o encontro iniciou as 18h20min com a acolhida da avaliação escrita “Como estou chegando” (Apêndice D). O Círculo começou com a apresentação de cada participante, os quais citaram o nome e a instituição pertencente.

Figura 7 – 1º Círculo de Diálogo “Diagnóstico socioambiental” com as lideranças no dia 26/09/2018



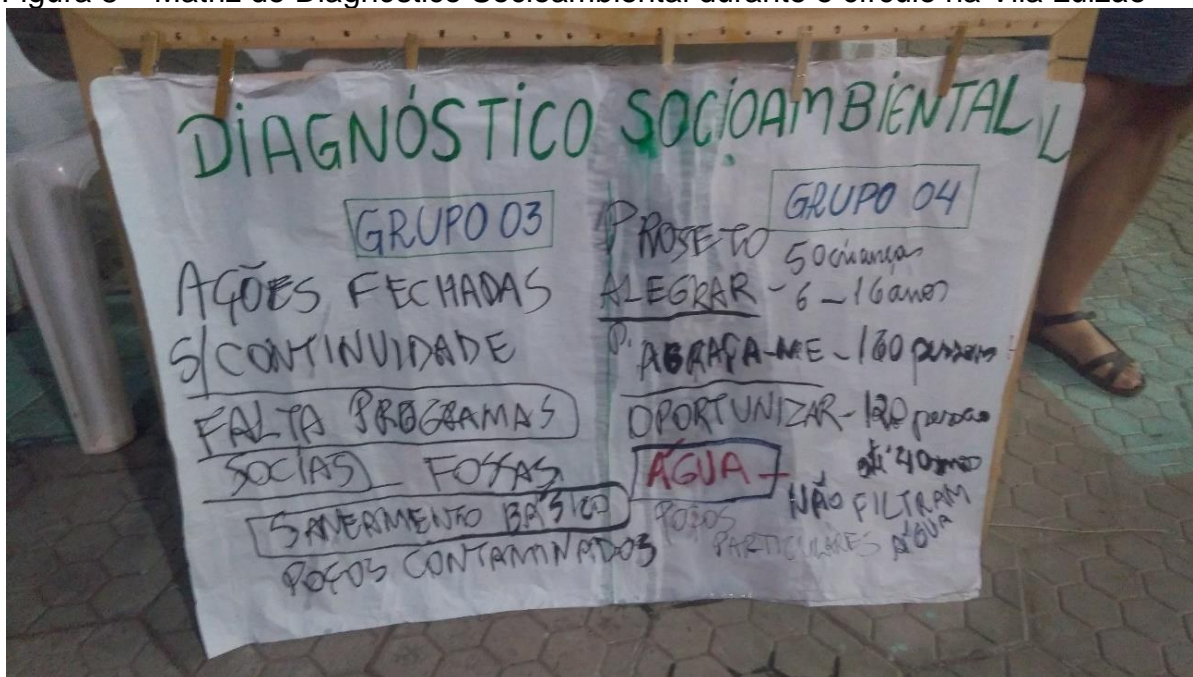
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No processo de acolhida, foi entregue o Termo de Autorização de Uso de Dados e Imagens (Apêndice E), Ficha de Frequência (Apêndice F). Tais fichas foram devidamente preenchidas e entregues à equipe da pesquisa que organizou as informações qualificadoras para análise do processo metodológico da pesquisa-ação.

Após esse momento, a pesquisadora apresentou os principais objetivos do projeto de forma dialogada, ressaltando sua importância para a comunidade no que corresponde ao diagnóstico socioambiental. Logo depois, aplicamos a matriz referente a dinâmica socioambiental (Figura 7), na qual provocamos a discussão referente às principais problemáticas socioambientais da Vila Luizão. Os participantes fizeram muitos relatos acerca da situação social e ambiental vivenciada por esses atores no território, dentre eles podemos destacar o que diz o Entrevistado 12 em relação ao saneamento básico enquanto prioridade na comunidade durante a realização do Círculo:

[...] Esgoto é uma das coisas mais sérias da Vila Luizão por muita contaminação de doenças, fezes de animais, mal cheiro. [...] Esgoto de chuveiro vai para a rua, fossas mal colocadas, perto de poços artesianos [sic.]. (Entrevista concedida em 26/09/2018)

Figura 8 – Matriz do Diagnóstico Socioambiental durante o círculo na Vila Luizão

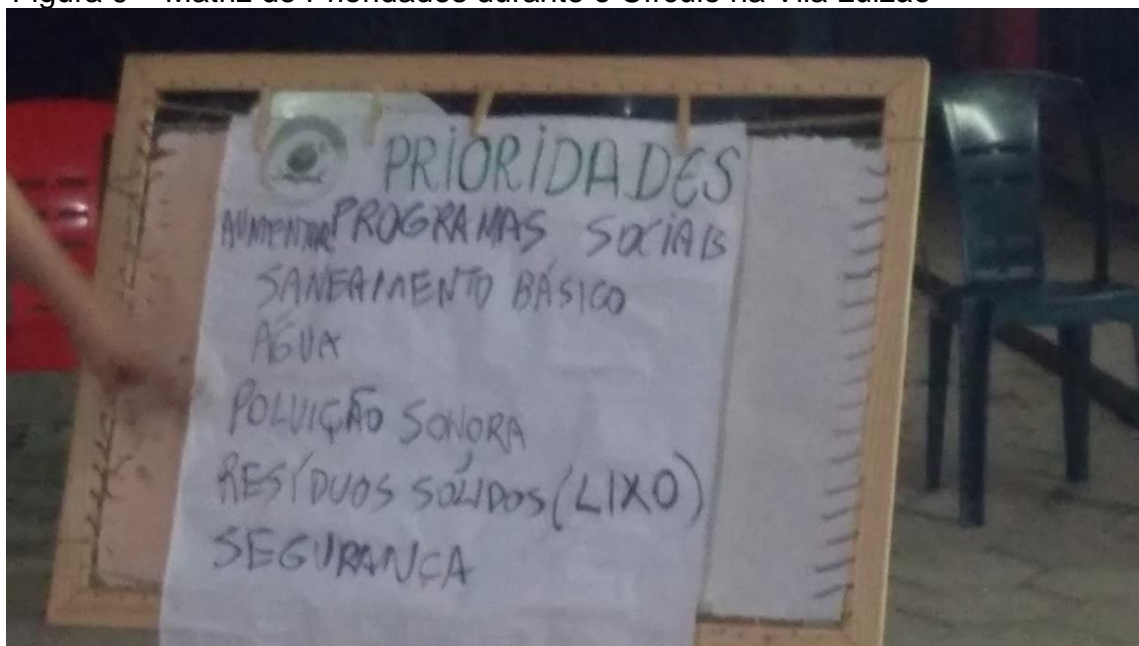


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foi descrita nesse momento, pelos atores sociais a ausência de programas sociais que atendam a comunidade, no sentido de ampliar/aumentar os projetos, assim como manter os moradores informados. Sugeriu-se projetos de “como produzir alimentos” e programas de “hortas comunitárias”, visto que existem espaços ociosos para realização de ações desejadas por este público.

O passo seguinte foi a Matriz de Prioridades (Figura 9), na qual foram elencados (em escala prioritária) cinco problemas socioambientais que mais afetavam a comunidade, dentre eles podemos relatar - em ordem crescente: a) saneamento básico; b) serviços sociais; c) segurança; d) saúde; e) resíduos sólidos e poluição sonora.

Figura 9 – Matriz de Prioridades durante o Círculo na Vila Luizão



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nesta perspectiva, através da avaliação “Como estou saindo?” observou-se como os participantes saíram do Círculo (Quadro 3) após a troca de saberes, o que nos leva a ressaltar a importância da pesquisa-ação ativa e participativa na comunidade, visto que conhecendo a si mesmo e às problemáticas da comunidade em um diálogo coletivo, pode-se desencadear encaminhamentos aos órgãos responsáveis de cada área citada para fins de possíveis respostas a tais inquietações discutidas conjuntamente.

Quadro 3 – Resumo do círculo “Diagnóstico socioambiental”

| Círculo I – Diagnóstico socioambiental | Data: 26/09/2018 | 06 participantes |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Foi o círculo inicial, denominado Diagnóstico socioambiental estiverem presentes 06 (seis) participantes. Os sujeitos da pesquisa foram lideranças comunitárias, de associação comercial, líderes religiosos, líderes sociais e moradores. No encontro foi realizada a matriz de Prioridades do Diagnóstico Socioambiental da Vila Luizão, o que correspondeu aos temas a serem trabalhados durante a pesquisa participante. Cabe ressaltar as dificuldades que encontramos quanto a reunir a comunidade, pois não faz parte do cotidiano deles este tipo de pesquisa. O próximo tema foi prioritário “Saneamento Básico”. | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.1.6.2 Círculo II: “Saneamento Básico na Vila Luizão”

Para a realização desse círculo, foram investidos esforços na mobilização da comunidade, como a elaboração do cartaz/convite, que foi enviado pelas redes sociais e entregues impressos nas principais entidades públicas e organizações

comunitárias para ampliar o número de participantes, abaixo do esperado no primeiro círculo. (Figura 10)

Figura 10 – Cartaz de divulgação do círculo de diálogo Saneamento Básico

DATA
01/02
FEV
Às 19:00

SANEAMENTO BÁSICO
NA
VILA LUIZÃO

CONVITE
PARA O CÍRCULO
DE DIÁLOGO

Esta ação faz parte do projeto de pesquisa
"Análise participativa dos principais
problemas socioambientais da Vila Luizão
São Luís MA"

PROF CONVIDADA :
Drª Edileia Dutra Pereira
da UFMA

LOCAL :
CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA VILA LUIZÃO
VOCÊ LIDERANÇA, É NOSSO CONVIDADO ESPECIAL!

ORGANIZAÇÃO:
CAROLINE SILVA CUNHA - MESTRANDA
em GEOGRAFIA/UEMA

CONTATOS:
(98) 988769070
carolineanhc@hotmail.com

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Deste modo, o segundo Círculo com as lideranças comunitárias foi realizado no dia 1 de fevereiro de 2019. O tema foi saneamento básico, uma das prioridades ressaltadas pela comunidade no primeiro encontro, o que nos motivou a contatar referências para discorrer sobre o assunto. As ações ocorreram no período noturno, tendo em vista o fato de que os representantes e moradores, em sua maioria, desenvolverem suas atividades na comunidade durante os períodos matutino e vespertino. Por conta disso, encontramos certa dificuldade em encontrar um profissional para mediar ao círculo. Para comprovação da presença foi entregue Ficha de Frequência aos participantes do círculo (Apêndice H).

O problema do saneamento básico foi relatado em todos os círculos, considerado prioridade da comunidade. A entrevistada 14 relatou ser inexistente o saneamento básico, quando afirmou "[...] os poços artesanais da comunidade podem estar contaminados porque não tem tratamento, e aqui tem muitas fossas, o esgoto corre direto nas ruas, e quando chove? [sic.] [...]". De acordo com o Entrevistado 10 "[...] a área possui de 12 a 13 poços artesanais exclusivos mantidos pela comunidade,

as taxas variam de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensalmente [...]”², tendo um morador que assume a função de coordenador, responsável pela cobrança e manutenção do poço da comunidade; os valores cobrados são principalmente para a quitação da energia elétrica. A equipe se responsabilizou por fazer os encaminhamentos necessários a contribuir na análise bacteriológica e química da água dos poços, que são particulares.

“O saneamento básico aqui nós não temos. [...] se tivesse saneamento básico, não tinham tantas doenças [sic.] [...]”, segundo o Entrevistado 6.³ Como podemos perceber, os moradores observaram e avaliaram a ausência do saneamento e elencaram as consequências graves que tais questões socioambientais podem desencadear a população (Apêndice I). Além disto, segundo Mota (2003, p. 58):

[...] o lançamento de lixo em terrenos baldios resulta na poluição do solo e pode ocasionar a poluição da água superficial ou subterrânea, por meio do escoamento ou infiltração da água da chuva percolada através dos resíduos. Por outro lado, é comum a queima do lixo exposto, resultando na poluição do ar.

Na Vila Luizão é perceptível a predominância de resíduos sólidos lançados em locais inadequados, principalmente no canal de escoamento de esgoto e ainda em terrenos desocupados, favorecendo a proliferação de doenças e a ocorrência de inundações sazonalmente. Neste contexto, apesar da coleta ser intensa na área, ainda é possível perceber resíduos sendo lançados em locais impróprios, o que compromete a saúde e o ambiente da comunidade.

No decorrer do processo de ocupação da área, de acordo com os depoimentos dos moradores, verificou-se a mudança de hábitos em relação ao tratamento dos resíduos sólidos: antes, a destinação final era realizada pelo próprio morador que efetuava a queima ou enterrava no quintal; atualmente, a coleta é efetuada pela prefeitura da cidade, que realiza o serviço três vezes por semana, mesmo que alguns pontos sejam inacessíveis. A inexistência de planejamento de planejamento da área, resulta em ruas estreitas que dificultam a passagem dos veículos de coleta. Esta situação acaba "incentivando" os moradores a descartar os resíduos em locais impróprios, como calçadas, terrenos baldios, ruas avenidas e no próprio canal de escoamento de efluentes (Figura 11).

² (Entrevista concedida em 01/02/2019).

³ (Entrevista concedida em 01/02/2019).

Figura 11 – Avenida Siqueira Campos da Vila Luizão interdita



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A ausência de saneamento básico foi um dos problemas mais citados pela comunidade (Quadro 4). A comunidade não possui rede pública de abastecimento de água e de coleta de esgoto, sendo abastecida por poços particulares, pelos quais os moradores são cobrados quanto ao fornecimento. é, ainda, perpassada por questões ligadas a drenagem das águas (pluviais)". Não sei se essa drenagem se refere às águas pluviais. Se for, incluir no trecho. Se não, coloque a que águas você está se referindo para que a informação fique completa.

Quadro 4 – Resumo do círculo “Saneamento básico”

| Círculo II – Saneamento Básico | Data:01.02.2018 | 11 participantes |
|--|------------------------|-------------------------|
| Este foi o segundo círculo, enfrentamos muitas dificuldades para realização desse momento, pois buscamos mediadores para conduzir o círculo em vários órgãos, incluindo Universidades, para falar sobre essa temática. Foram quatro meses de intensa mobilização na comunidade, levamos convites “ <i>in loco</i> ”, divulgamos na rádio da vila, redes sociais e instituições da área. Realizamos o círculo no dia 1º de fevereiro de 2019. O círculo foi bem aceito pelas lideranças, dentre elas participaram líderes de associações comerciais, lideranças religiosas e sociais. Foram ressaltadas questões socioambientais como drenagem da água, lançamento de resíduos sólidos de forma inadequada, qualidade da água, esgoto exposto, poços comunitários e saúde, calçamento e asfaltamento das ruas. Foi avaliado como motivador e de novos conhecimentos, bem como a busca de melhorias em relação ao saneamento básico na comunidade. | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.1.6.3 Círculo III: “Água e saúde na Vila Luizão”

Para a renovação do diálogo, o Círculo foi organizado previamente com divulgação e mobilização através de convite (Figura 12) nos diversos setores da comunidade (sociais, econômicos e religiosos). Foi realizado no dia 28 de março de 2019 com a temática “Água e saúde na Vila Luizão”. Nesse encontro foi convidada como facilitadora a Prof.^a Edilea Dutra Pereira (UFMA/DEGEO/UEMA/PPGEO).

Figura 12 – Convite do círculo Água e saúde



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O círculo contou com 28 participantes (Figura 13). O encontro ocorreu com lideranças comunitárias que detêm o uso de poços artesanais utilizados para fornecimento de água para a comunidade, o que enriqueceu o diálogo e o conhecimento da realidade estudada. Entregou-se ficha de frequência aos participantes envolvidos nesse círculo (Apêndice J). Além disso, foi relatado pelos participantes a situação dos poços da comunidade no que concerne a ausência de análise físico-química e microbiológica da água. A drenagem das águas foi outra situação relatada pela comunidade. Como resposta a esses questionamentos, a

equipe se responsabilizou pelos encaminhamentos para minimização destas problemáticas, pois o estudo se caracteriza por um processo.

Segundo o Entrevistado 3: “[...] aqui nós temos 12 a 13 poços particulares, todos. [...] tem projeto de tratamento de água e esgoto, mas nunca foi aprovado, [...] da Caema já teve projeto, mas nunca veio, [*sic.*] [...]”⁴

⁴ (Entrevista concedida em 21 de maio de 2019).

Figura 13 – Círculo “Água e saúde”



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Segundo as ideias de Razzolini e Günter (2008, p.28), as condições locais de saneamento podem contribuir para a qualidade da água de consumo. Nos lugares onde não existe ou é precário o esgotamento sanitário, observa-se disposição de resíduos sólidos a céu aberto, o que contribui a proliferação de insetos e roedores. Dessa maneira, vetores contaminantes podem ser disseminados e alcançar fontes de água e reservatórios de armazenamento. Nesse sentido, com base no que foi dialogado com os moradores e participantes do círculo (Quadro 5), a comunidade em Vila Luizão encontra-se exposta, podendo contrair doenças e prejudicar sua saúde geral

Quadro 5 – Resumo do círculo

| Círculo III - Água e saúde | Data: 28/03/2019 | 28 participantes |
|---|-------------------------|-------------------------|
| O terceiro círculo aconteceu dia 28 de março de 2019. Conseguimos motivar a comunidade na participação. Seguindo o processo, participaram 28 sujeitos, incluindo líderes comunitários, líderes religiosos e líderes sociais que tiveram maior participação nos encontros. A mediadora do círculo foi a Prof. ^a Dr. ^a Edilea Dutra Pereira (DEGEO/UFMA/PPGEO/UEMA). Os assuntos discutidos neste círculo foram: análise da qualidade da água dos poços, quantidade de poços comunitários e as taxas cobradas pelo fornecimento de água encanada. Foram caracterizados 16 poços na comunidade de acordo com as lideranças para 10.785 moradores (IBGE]Ç, 2010). | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para Castells (1983), quando o Estado não resolve de forma satisfatória a obtenção e a aquisição de moradias adequadas para a população de baixa renda, uma parcela da população busca a resposta para a falta de moradias através da

ocupação de terrenos. Nestes espaços segregados, a população de baixa renda busca alternativas, tenta se organizar, sem serviços básicos de água e saneamento para se inserir na cidade. Tal situação é enfrentada pela comunidade da vila, a qual os participantes puderam avaliar o círculo, demonstrando seus anseios em relação a água e saúde (Apêndice K).

Atualmente, de acordo com o Relatório da Promotoria Comunitária Itinerante (Anexo I) (Ministério Público – 12ª Promotoria de Justiça Especializada, 2019), uma equipe da promotoria foi a comunidade da Vila Luizão para prestar orientação jurídica, ouvir diretamente a comunidade acerca da ausência de políticas públicas fundamentais, em parceria com os líderes comunitários para minimização das demandas por meio do diálogo. Após o contato com as lideranças comunitárias, ocorreu a instalação de uma unidade da Promotoria na Vila Luizão, a reunião de preparação com os representantes da área aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2019, as áreas de abrangência foram *Vila Luizão, Sol e Mar, Divineia* e adjacências. Os envolvidos precisaram realizar levantamento das prioridades, além das visitas às comunidades para o conhecimento das problemáticas.

No dia 8 de abril de 2019 foi realizada audiência pública de instalação da unidade da Promotoria (Anexo I). O momento contou com lideranças comunitárias e moradores, os quais trouxeram reivindicações quanto a infraestrutura. Foram solicitados a pavimentação e drenagem, a recuperação da galeria na Rua Santo Antônio (Quadra com a Rua Siqueira Campos), além da construção/manutenção de galerias e meio fio na (Avenida Luizão, Travessa Santa Maria, ruas Siqueira Campos, Santo Antônio, Primavera, Boa Esperança, Gonçalves Dias, Liberdade, São Jorge, 25 de Dezembro e Sampaio. (RELATÓRIO DA PROMOTORIA ITINERANTE, 2019)

Segundo a SEMGOV (24/04/2019), as prioridades da Vila Luizão foram com serviços de pavimentação e drenagem profunda, sendo previstas para julho e agosto do corrente ano. Vale destacar que os problemas de infraestrutura das ruas relacionam-se a ausência de drenagem adequada. Os serviços de pavimentação da Travessa Eldorado ou final da Rua do Cajueiro, entre as ruas Rio Branco e São José na Vila Luizão, se referem a áreas de alagamentos, segundo os moradores, no período chuvoso.⁵

⁵ Tais informações estão descritas no (OFC – 12ª PJESLZ–872019) enviado a SEMOSP (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos) em 14 de maio de 2019.

Os pedidos de asfaltamento na Rua da Pedreira, área intrafegável cuja localização está em perímetro limítrofe entre São Luís e São José de Ribamar, sobre os quais o Ministério Público enviou ofícios para SEMOSP e SINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura), respectivamente, permanecem sem respostas para as demandas até 14 de junho de 2019. No dia 18 de junho de 2019, na reunião da Promotoria com a SEMGOV, referente a infraestrutura das ruas, relatou-se que algumas ruas da Vila Luizão, a exemplo a rua Santo Antônio, [...], cujo investimento será alto, sendo assim, está em avaliação. Foi enviado a SINFRA, novo ofício (OFC-12ª PJESLZ-1072019), em 25 de junho de 2019 acerca das áreas limítrofes dos municípios de São Luís e São José de Ribamar, tais como os graves problemas de drenagem da quadra que liga a Rua Siqueira Campos à Rua Santo Antônio, bem como a Rua Sampaio Corrêa; além da intersecção da Rua da Pedreira com a Rua Siqueira Campos (RELATÓRIO DA PROMOTORIA ITINERANTE, 2019).

4.1.6.4 Círculo IV: “Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto”

Esse círculo contou com 24 participantes (Figura 14; vide ficha de frequência - Apêndice L), sendo mediado pelo Engenheiro Agrônomo Osmar Vasconcelos (UFPR) e o Ambientalista Marco Aurélio (ONG Libertas). Foi destacado o cuidado que a comunidade precisa ter com seus resíduos sólidos no que tange a separação dos materiais, o descarte inadequado e a sugestão dos ecopontos, presentes na avaliação (Apêndice M), conforme relata o Entrevistado 4:

[...] a coleta de lixo é regular, não é malfeita, as pessoas que não têm o cuidado o descartar do lixo. Talvez se tivesse um local certo para o descarte de material, (ecoponto) talvez os problemas seriam mais amenizados [sic.]⁶

⁶ (Entrevista concedida em 02/05/2019).

Figura 14 – Convite do círculo sobre Resíduos sólidos

DATA
02
MAIO
2019
às 19:00

Lei 9.795/99 - Lei de Educação Ambiental
Lei 12.305/2010 - Lei Nacional de Resíduos Sólidos

CONVIDADOS
▶ **MARCO AURÉLIO**
AMBIENTALISTA E PRESIDENTE DA ONG LIBERTAS

ONG LIBERTAS

▶ **OSMAR VASCONCELOS**
ENGENHEIRO ESPECIALISTA EM PROJETOS SUSTENTÁVEIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MERCADO DO CARBONO (UFPR) E EM SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS (USP/ ESALQ).

LOCAL:
CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA VILA LUIZÃO
AVENIDA JOÃO ALBERTO Nº 71

AGRADECIMENTOS
FAPERJ PPGGeo UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ORGANIZAÇÃO:
CADOLINE SILVA CUNHA
MESTRANDA em GEOGRAFIA/UEMA
Orientadora: Ana Rosa Marques

contato:
(98) 988789070
carolineanhc@hotmail.com

Esta ação faz parte do projeto de pesquisa "Análise participativa dos principais problemas socioambientais da Vila Luizão, São Luís MA"

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nesse sentido, Resíduos sólidos são designados como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010, p. 10).

Nessa perspectiva, como é sabido por todos, os resíduos sólidos urbanos – se manuseados de forma inadequada – podem provocar impactos socioambientais, comprometendo o ambiente e a saúde pública. Para Philippi Jr e Pelicioni (2005, p. 278), “Os resíduos sólidos domiciliares são compostos principalmente por matéria orgânica, papel, plásticos, metais, vidros e outros materiais. Devido à presença de matéria orgânica, possuem grande capacidade de atrair vetores”.

Neste contexto, apesar da coleta ser intensa na área, todavia ainda é possível perceber resíduos sendo lançados em locais impróprios, o que compromete a saúde e o ambiente da comunidade. Como ressalta o Entrevistado 7: “Moro no

recanto da Vila Luizão, minha rua é estreita, não entra carro do lixo, tenho que caminhar bastante até a avenida levar, para que aqui não fique cheio de lixo.”⁷

Discutir com a comunidade um dos problemas prioritários no círculo sobre Resíduos sólidos (Figura 15) foi fundamental. Analisou-se o interesse dos moradores em descartar ecologicamente seus resíduos, como exemplo a ideia da compostagem, a qual foi tema do círculo seguinte, uma atitude simples mas que pode fazer uma grande diferença para a comunidade.

Figura 15 – Participantes do círculo sobre Resíduos sólidos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Saímos com a lição de que a comunidade gosta da pesquisa-ação. E, dessa maneira, encerramos o encontro tendo introduzido o tema do próximo círculo, relacionando, assim, teoria e prática. Decidido coletivamente, percebeu-se o interesse pela reutilização e reaproveitamento dos resíduos, a exemplo da compostagem.

Quadro 6 – Resumo do círculo IV

| Círculo IV- Resíduos sólidos: descarte ecologicamente correto | Data: 02/05/2019 | 24 participantes |
|--|-------------------------|-------------------------|
| O quarto Círculo, realizado no dia 02 de maio de 2019, contou com 24 participantes, dentre eles líderes eclesiásticos, estudantes universitários e lideranças sociais, em sua maioria líderes religiosos e universitários da comunidade. Foram mediadores deste círculo, o ambientalista Marco Aurélio (ONG Libertas) e o engenheiro agrônomo Osmar Vasconcelos (UFPR). No diálogo foram discutidos temas como produção do lixo e tempo de decomposição no ambiente e maneiras de reaproveitamento de resíduos como a produção de sabão a partir do óleo de cozinha e a compostagem. O Círculo foi | | |

⁷ (Entrevista concedida em 25 de maio de 2019).

| |
|--|
| avaliado pela comunidade como sensibilizador para o incentivo à separação dos resíduos de forma ecológica. |
|--|

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.1.6.5 Círculo V: “Coleta seletiva do lixo e Compostagem na Vila Luizão”

O 5º círculo ocorreu dia 13 de julho de 2019, tendo sua mobilização efetivada por meio do convite impresso (Figura 16), encerrando os cinco círculos de diálogos na comunidade pesquisada. O momento contou com 20 (vinte) participantes incluindo lideranças, idosos e adolescentes com idades entre 60 e 13 anos - de acordo com a ficha de frequência (Apêndice N). Os sujeitos da pesquisa tiveram três momentos de ações conforme a figura a seguir, sendo o 1º momento a Acolhida com o tema “Coleta seletiva do lixo” explanado pela Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques; o 2º momento, lanche coletivo e recolhimento dos restos de alimentos orgânicos; e o 3º momento sendo a confecção das 10 (dez) composteiras de baldes de margarina grandes. Nesta ocasião, priorizamos os adultos e interessados em realmente fazer o uso da composteira em sua residência. Após a prática, foram distribuídas as composteiras para o uso doméstico, devidamente rotuladas com a informação sobre quais restos de alimentos e materiais a usar. Foi escolhido o modelo mais simples da composteira, e todos os procedimentos foram descritos no *folder* informativo (Apêndice P).

Figura 16 – Convite para o círculo V

**COLETA SELETIVA DO LIXO
E COMPOSTAGEM NA VILA LUIZÃO**



**13 - JULHO - SÁBADO - 2019
9:00 CENTRO DE CONVIVÊNCIA
AV JOÃO ALBERTO Nº 71 - VILA LUIZÃO**

ESTA AÇÃO FAZ PARTE DO PROJETO DE PESQUISA "UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA VILA LUIZÃO - SÃO LUÍS MA"

ORGANIZAÇÃO:
CAROLINE SILVA CUNHA - MESTRANDA EM GEOGRAFIA
98 98878-9070 / carolineanhuc@hotmail.com
Orientadora: Prª Drª Ana Rosa Marques

AGRADECIMENTOS:







Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Durante a divulgação fomos questionados quanto ao conceito de compostagem, pois, as lideranças e moradores desconheciam o que seria a compostagem. Para que a ideia fosse melhor compreendida, formalizamos de maneira simples e com o uso de imagens, o conceito do Ministério do Meio Ambiente:

[...] a compostagem é a "reciclagem dos resíduos orgânicos": é uma técnica que permite a transformação de restos orgânicos (sobras de frutas e legumes e alimentos em geral, podas de jardim, trapos de tecido, serragem, etc) em adubo. É um processo biológico que acelera a decomposição do material orgânico, tendo como produto final o composto orgânico (BRASIL, c2019).

Nesse contexto, a equipe preferiu levar os baldes furados e rotulados para que o processo de aprendizagem fosse mais prático e dinâmico, devido ao tempo e ocupações dos participantes (Figura 17). Observou-se que a maioria dos envolvidos no processo já conheciam os princípios da compostagem e praticavam em suas residências o hábito de plantar e cuidar do ambiente domiciliar. Como estamos diante de um processo, sugeriu-se que o próximo tema a ser trabalhado fosse "Ecopontos de São Luís: como podemos ter um?".

Figura 17 – Círculo da Compostagem



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O processo da compostagem foi avaliado (Apêndice O) de acordo com o Entrevistada 11: “[...] como um dos poucos serviços que funcionam de verdade. [...]”. O círculo propiciou conhecimento e experiência, eu já praticava em casa, quis participar do círculo porque além de novas oportunidades e estímulo a reciclagem [sic.]”.

Quadro 7 – Resumo do círculo V

| Círculo V - Coleta seletiva do lixo e Compostagem na Vila Luizão | Data: 13/07/2019 | 24 participantes |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <p>O quinto Círculo ocorreu no dia 13 de julho de 2019, no turno matutino. Vale lembrar que os encontros foram realizados no Centro de Convivência no turno da noite, com exceção deste, em consenso com a comunidade. Esta roda de diálogo foi mediada pela Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques, que contou com dois momentos: I) Roda de conversa sobre os tipos de materiais que podem ser coletados nos ecopontos, reaproveitamento e reutilização, a diferença de cada uma; II) Realização da prática de Compostagem com os participantes. A equipe entregou 10 (dez) composteiras aos moradores, devidamente etiquetadas com “o que colocar e o que não colocar” e <i>folders</i> informativos. Os envolvidos foram lideranças sociais e comunidade. Cabe pontuar que o processo terá continuidade na vila com outros círculos.</p> | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ressaltamos, que a pesquisa-ação é um processo participativo, e tem-se a necessidade de continuação na comunidade, visto que o interesse partiu da própria comunidade em continuar os círculos pelo conhecimento e práticas para a

comunidade, bem como novas formas de organização para luta das demandas coletivas, principalmente de saneamento básico.

4.1.6.6 O olhar participativo como instrumento de transformação na Vila Luizão

O processo de realização dos Círculos de Diálogo foi contínuo, seguindo os princípios da Educação Ambiental transformadora descritos por Jacobi (2003) e em parte emancipatório, pois no percurso até aqui desenvolvido com os participantes envolvidos nas ações, percebeu-se que houve um aumento gradual de sensibilização para as questões socioambientais na Vila Luizão. Como exemplo, citamos o Sr. Raimundo Nonato (Entrevistado 4) que foi um dos participantes efetivos do processo e liderança local, que avaliou o que gostaria que tivesse na comunidade: “[...] um tratamento específico com a água, com mais cuidado para a comunidade” (Apêndice J).

Percebemos que existe um movimento de mobilização permanente e histórico na área, que se traduz pelo fato da existência de inúmeras associações, comércios informais, instituições religiosas que refletem um pouco do processo histórico de sua ocupação, “[...] pois é fruto de mobilização constante [...]”, o que foi relatado pelo Entrevistado 3.⁸

É uma área que congrega diversas territorialidades, uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2005), fruto de um processo de “desterritorialização”, que se expõe no território por meio do conjunto de forças que se expressam como poder, conforme nos diz Hanna Arendt (1983, p.212-213) “[...] o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”.

Como afirma o Entrevistado 15: “[...] nós temos o poder e não temos noção⁹”. Neste sentido, constatamos a existência de diversos poderes locais, como igrejas evangélicas, católicas, associações comunitárias e comerciais, empreendedores informais e formais, que têm produzido uma dinâmica territorial, singular, que nos revelou a forma como tem ocorrido o processo de “reterritorialização”.

⁸ (Entrevista concedida em 01/07/2019).

⁹ (Entrevista concedida em 01/02/2019).

É um processo em evolução, que traduz o momento de expansão no qual está inserido a dinâmica metropolitana da Ilha do Maranhão. Percebemos que o processo dos círculos acompanhou o trabalho da pesquisa e que temos um compromisso com as lideranças e moradores, visto que trata-se de um processo, pelo nosso envolvimento pelo compromisso com a comunidade em mediar esses espaços de escuta e de escrita, visão e vivência da comunidade em seu território, que continua em movimento.

O processo desencadeado por esta pesquisa-ação trouxe momentos de reflexões acerca do território, das condições do cotidiano da comunidade, sobre a importância do envolvimento e da troca de saberes entre a produção do conhecimento científico e do conhecimento espontâneo, que possibilitou ampliar a percepção sobre os principais impactos socioambientais da área de estudo.

Além disso, formamos um coletivo de pessoas da comunidade que tem interesse em continuar a mobilização para a melhoria das condições aqui expostas, como um movimento de base comunitária que poderá ter grandes desdobramentos positivos a partir do processo que foi construído no decorrer desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se relevante refletir que, dentro de um sistema econômico alicerçado em bases capitalistas, organizar o espaço urbano em relação à melhoria dos serviços públicos, tais como infraestrutura e saneamento, significa valorizar novas áreas, principalmente para interesses puramente capitalistas. Nesse sentido, a problemática ambiental atrela-se a questão social, todavia, tão avançada que atualmente apresenta dimensões quase incontroláveis, haja vista que as cidades cresceram, aliadas a um sistema excludente e segregador.

Propiciar espaços saudáveis e igualdade de serviços públicos urbanos para uso das futuras gerações em benefício da comunidade, em sua totalidade, parece desafiador para o Poder Público. Ao contrário do que poderia ser, as áreas de ocupação espontâneas em São Luís só aumentaram nas últimas décadas, apesar dos vários projetos imobiliários implantados na capital, os quais não foram a melhor medida para a solução da questão habitacional das camadas populares. Desta forma, intervenções urgentes precisam ser realizadas levando-se em conta o espaço em sua totalidade, no que se trata de serviços públicos de saneamento e saúde na metrópole, comumente contraditória e maquiada.

Assim, o meio ambiente é condição *sine qua non* para a existência do homem, torna-se necessário que tal ambiente seja saudável para sua adaptação segura e estratégica para atingir resiliência. Desta maneira, a presente pesquisa em fase final proporcionou conhecimentos reflexivos e práticos que fortaleceram a identificação das vulnerabilidades decorrentes da problemática socioambiental e conflitos do uso de solo. Pobreza e problemas socioambientais consideram-se ameaças ao homem, promover a qualidade ambiental é construir com o povo ideais baseados na cidadania e justiça social.

Em suma, a Vila Luizão reflete mais uma das áreas de descaso do sistema excludente aliado ao Estado, em que ambos reproduzem de maneira desigual e segregada, espaços para os ricos e não-espaços para os pobres. Diante da questão em alusão, São Luís retrata uma gama de bairros de ocupação espontânea, com exposições semelhantes no que tange a infraestrutura e saneamento básico. Neste sentido, a área estudada apresenta uma série de tensões socioambientais que podem comprometer a saúde da população e precisam ser analisadas. Para isto, cabe ao

Poder Público, junto a Associação de Moradores e a comunidade, buscar intervenções para melhorar a qualidade do meio e de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, W. F. de. História de vida como metodologia de pesquisa: o relato de vida de um menino de rua da Praça da República em Belém do Pará. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2849>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARENDT, H. **A condição humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **Da violência**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ATA da Assembleia Geral de Eleição e posse da nova Diretoria e do Conselho fiscal da União de Moradores da Vila Luizão. São Luís: 2009.

BADIE, B. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Madrid: Paidós, 1998.

BOYES-WATSON, C. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, c2011. 280 p.

BOZZANO, H. Inteligencia Territorial e os Processos de Cooperacao e Solidariedade na America Latina: o caso Red TAG Territorios Posibles en la INTI Network. *In*: SAQUET, M.; ALVES, A. (Coord.). **Processos de cooperacao e solidariedade na America Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Consequencia, 2017. p. 69-94.

_____. **Territorios posibles**: procesos, lugares y actores. 3. ed. Buenos Aires: Lumiere, 2017.

_____. Territorios: el método territorio. una mirada territorial a proyectos e investigaciones no siempre territoriales. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE OF TERRITORIAL INTELLIGENCE, 8., 2009, Salerno. **Anais...** Salerno: INTI, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Compostagem. c2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7594-compostagem>. Acesso em: 21 maio 2019.

CALIXTO, M. J. M. S. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, P. de A. *et al.* **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CASTELS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEAPOC. **Projeto de apoio ao movimento de defesa da moradia**. São Luís: Ceapoc, 1988.

CHIZZOTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Braga**: Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

DINIZ, J. S. **A Dinâmica do Processo de Segregação Socioespacial em São Luís (MA)**: o caso da Vila Cascavel. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

_____. As condições e contradições do espaço urbano de São Luís (MA): Traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista**, Núcleo de Humanidades, São Luís, v. 5, n. 1, p. 167-180, 2007.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. v. 1. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FEIJOO, A. M. L. C.; MATTAR, C. M. A fenomenologia como método de investigação nas filosofias da existência e na psicologia. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 30, n. 4, p.441-447, 2014.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERREIRA, A. J. de A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. **O estado e as políticas do urbano em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

GIRARDOT, J. J. Intelligence territoriale et participation. *In: REENCONTRES TIC E TERRITORIALIES: Quels développements*, 3., 2004. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2004. Disponível em: www.isdm.org. Acesso em: 5 nov. 2018.

GISTELINCK, F. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Gráfica Minerva Ltda, 1988.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In: CASTRO, I. et al. (Org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES*, 1, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004a.

_____. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, São Paulo, n. 7, p. 63-92, 1990.

_____. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA*, 5, 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994.

_____. Territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

_____. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schucack. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, p. 1-17, jun., 2014a.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014b.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Sobre o humanismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1995.

HUMANAS. CIETA. 2017. Disponível em: <http://www.humanas.unal.edu.co/cieta/>. Acesso em: 3 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 1950. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 1970. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 1940. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 1960. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 1980. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

INSTITUTO DA CIDADE, PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E RURAL. **Dados Socioeconômicos (2010)**: Fonte: IBGE/2010. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, 2013. 1 CD -ROM.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

_____. Meio Ambiente, participação e cidadania. *In*: SORRENTINO, M. (Org.). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1984.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropus, 1986.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Segurança Pública Maranhão. Polícia Militar do Maranhão. **1ª Unidade de Segurança Comunitária (USC)**: relatório de estatísticas para apuração de ocorrências. São Luís: Polícia Militar do Maranhão, 2013.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASULLO, Y. A. G. **Alterações ambientais na dinâmica da paisagem da franja costeira de São Marcos**: São Luís- MA. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

MENDONÇA, F. **Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas**: inovações na análise geográfica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, A. C. R. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In*: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 1., 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional/ Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. p. 43-47.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 2003.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Ed. Brasilienses, 1996.

OLIVEIRA, E. M. de. **Educação Ambiental**: uma possível abordagem. 2 ed. [S. l.]: IBAMA, 2000.

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2004.

PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. 2013. Disponível em: http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969_BrasilPlanoNacionalDeSaneamento. Acesso em: 25 jun. 2019.

PRANIS, K. **Círculos de justiça restaurativa e de construção de paz**: guia do facilitador. Porto Alegre: TJRS, Departamento de Artes Gráficas, 2011.

PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE. **Vila Luizão, Sol e mar, Divineia e adjacências**: Relatório de Atividades. São Luís: abr./jun. 2019.

RAZZOLINI, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. Impactos na saúde das deficiências de acesso à água. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.1, p. 21-32, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612- 1991. São Luís: Edições FUNC, 2004.

SACK, R. D. **Homo geographicus**: a framework for Action, Awareness, and Moral Concer. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1997.

_____. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, L. E. N. **Estratégias do Capital na produção do espaço urbano de São Luís**: sobre a verticalização e desigualdades socioespaciais (2000-2010). 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013. 192 p.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.; RIBAS, A. D. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. *In*: SAQUET, M. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SILVA, J. B. Estatuto da cidade versus Estatuto de cidade eis a questão. *In*: LEMOS; A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SOUSA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Cortez, 2004.

VALVERDE, R. R. H. F. As condições e contradições do espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista**, Núcleo de Humanidades, São Luís, v.5, n.1, p.167-180, 2007.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformações no conceito de Território: competição e mobilidade na cidade. **Revista GEOUSP**: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 119-120, 2004.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**: Parte 2. São Paulo: Cortês e Editora da UNICAMP, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Público-alvo: Recorte territorial - Lideranças de diversos seguimentos da Vila Luizão

Vila Luizão - Histórico (com moradores mais antigos)

1. Como surgiu a Vila Luizão? Como era no início da ocupação? Em que ano começou?
2. Por onde começou a ocupação? Havia moradores? Se sim, como eram as moradias?
3. Tinha água na área? De onde vinha a água?
4. O que vocês faziam com o lixo? Existia coleta? Você lembra a data em que começou a coleta/iluminação/asfaltamento?
5. Quem foram as primeiras lideranças? Depois do presidente Luizão, quem assumiu? Tinham encontros/reuniões para resolver as causas coletivas? Qual o espaço que vocês utilizavam? Como foi adquirida a associação?
6. Como era a vila no passado? Como está agora? O que lhe marcou aqui? Qual a sua lembrança? Você gosta de morar aqui? De qual cidade você veio?

Aspectos Socioambientais (com moradores recentes)

1. Como era o meio ambiente no início da ocupação? Como eram os rios, córregos, vegetação, tipos de animais?
2. Como eram os lotes, as medidas, como foram divididos? Qual a metragem?
3. Quais foram os equipamentos (comércios, escolas, posto de saúde, linhas de ônibus, iluminação pública, asfaltamento)?
4. Tem agente de saúde? Se sim, qual a frequência? Quais os tipos de serviços que eles executam?
5. Você se sente seguro? Você já teve medo daqui? Quantos momentos de medo? Tem algum tipo de ronda na comunidade? Você já precisou chamar a Polícia? Eles chegaram rápido?
6. Quando você chegou aqui tinha fossas? Se sim, por que agora têm valas?

7. Aqui passa a coleta do lixo? Qual a frequência? Você já separou o lixo e encaminhou a reciclagem?
8. Em sua casa, já entrou água no período chuvoso?
9. Como é o abastecimento de água (poço comunitário ou outro meio)? Como é a organização dos poços? Vocês pagam? Quanto? O serviço é satisfatório?
10. Tem iluminação? É satisfatória?
11. Há áreas de lazer? Há projetos sociais/ambientais na comunidade (com crianças, jovens, adultos e idosos)?
12. Há lideranças comunitárias? Desde quando? Qual o ano que foi instituída?
13. Quais são os pontos positivos e negativos da Vila Luizão?

APÊNDICE B – Programação do Círculo de Diálogo

1º encontro: Lançamento do Projeto de Pesquisa “*A Educação Ambiental como ferramenta de análise socioambiental na Vila Luizão*”

Local: Centro de Convivência, às 18h.

1º MOMENTO: DINÂMICA DE APRESENTAÇÃO

ACOLHIDA EM CÍRCULO: *CHECK-IN: COMO ESTOU CHEGANDO?*

Objetivo: Discutir as questões socioambientais da Vila Luizão

Materiais:

- Bonecos de papel;
- Pincéis coloridos;
- Giz de cera coloridos.

Procedimentos:

Desenhar no boneco sua imagem: 5 minutos.

1 minuto para apresentar: 40 minutos.

- Cada participante tirará um chocolate da bandeja e falará seu nome, a instituição que pertence e como está chegando; a dinâmica começará pelos mediadores que agradecerão e se apresentarão no início.

Tempo: 5 minutos.

2º MOMENTO: APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DO PROJETO DE PESQUISA.

Materiais:

- Notebook;
- Caixas de Som;
- Datashow.

Procedimentos: A equipe fará a apresentação dos integrantes, do projeto, dos objetivos e explicará metodologicamente como serão realizados os Círculos, enfatizando a participação ativa dos atores sociais do território. Anexar e elencar a ficha de inscrição do Círculo “A vila que eu quero”.

Nesse primeiro Círculo é um diagnóstico e daremos a declaração.

Tempo: 15 minutos.

Tempo para perguntas.

3º MOMENTO: DINÂMICA PARA CONHECER AS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO: BONECO INVESTIGADOR.

Procedimentos: A equipe fará um boneco no papel pardo, e junto a coletividade presente pergunta-se quais os principais problemas socioambientais dentro da comunidade, coloca-se os nomes na parte interna do desenho; logo depois, pergunta-se quais os problemas socioambientais nos bairros vizinhos e coloca-se na parte externa do boneco. Enfatize para falar um de cada vez através do objeto da fala.

Tempo: 10 minutos.

Avaliação: Nesse momento, se escolherá qual temática será ressaltada e quando será o próximo encontro de acordo com a opinião e disponibilidade da maioria.

MATRIZ PARTICIPATIVA: Diagnóstico sobre os impactos socioambientais da Vila Luizão (2 C MESMO TÍTULO) 1 HORA

MATRIZ COM OS TEMAS PRIORITÁRIOS

Divisão de grupos, 10 participantes no mínimo e o grupo escolhe um relator.

4º MOMENTO: VÍDEO COLCHA DE RETALHOS DE CORA CAROLINA

Tempo: 5 minutos.

5º MOMENTO: *CHECK-OUT:* COMO ESTOU SAINDO?

Procedimentos: Com o objeto da fala cada participante elenca como está saindo do Círculo.

Tempo: 5 minutos.

6º MOMENTO: INSCRIÇÃO PARA O 1º CÍRCULO “A VILA QUE EU QUERO”

Procedimentos: A equipe da organização passará com as fichas para serem preenchidas no Círculo e entregues a organização.

Tempo: 10 minutos.

7º MOMENTO: *COFFEE BREAK* E ENCERRAMENTO

Material: Bandeja com frutas (melancia, bananas, uvas, maçãs);

Procedimentos: A mesa ficará livre para os participantes se servirem e socializar.

Tempo: 10 minutos.

APÊNDICE C – Ficha de Inscrição “A vila que eu quero”



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



FICHA DE INSCRIÇÃO

CÍRCULOS DE DIÁLOGOS: “A vila que eu quero!” 26/09/2018

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA ANÁLISE DAS
PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO

Nome: Valdecy dos Santos
 Sexo F () M (X)
 Nascimento: 09.10.41.78
 Endereço: Rua 02 casa 00
 Número: 40
 Bairro: Vila Luizão Cidade: São Luís CEP: ..
 .. Tel. Residencial: () 98818-0335 Cel. () ..
 E-mail: ..
 Escolaridade: Médio Completo
 Instituição/Entidade ..
 Profissão: UPA Vila Luizão Igarapé
Técnico em Segurança
 Assinatura: [Assinatura]

Coelho ma

[Assinatura]

Caroline Silva da Cunha
(Mestranda em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-UEMA)

APÊNDICE D – Ficha de avaliação escrita “como estou chegando”

UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



LANÇAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA “EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO FERRAMENTA PARA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO”
LOCAL: CENTRO DE CONVIVÊNCIA ÀS 18:00
FICHA DE AVALIAÇÃO

COMO ESTOU CHEGANDO?



Estou com medo

Mestranda: Caroline Silva da Cunha

Data: 26/09/2018

APÊNDICE F – Termo de autorização de uso de imagem



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Termo de autorização de uso de dados e imagens

Eu, M^{te} Aparecida de A. Silva

RG. 017073752001-5 Endereço

Rua Estan Zena Vila União

Venho por meio deste autorizar o uso de dados da entrevista e imagens,
para fins de divulgação didático pedagógico inseridos no Projeto

Educação Ambiental como ferramenta para
análise das principais implicações socioambientais na Vila União

do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do
Maranhão.

Sem mais a declarar

Data: 26/09/19

Local Vila União

M^{te} Aparecida de Azeite Silva

APÊNDICE G – Ficha de Frequência- Círculo Diagnóstico Socioambiental



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



**LISTA DE PRESENÇA: LANÇAMENTO DO PROJETO EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO FERRAMENTA PARA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO**

Instituição: Uema - Programa de Pós-Graduação em Geografia
Data: 26/09/2018 Turno: NOTURNO

| # | Nome completo | Instituição/Entidade | Assinatura |
|----|--|----------------------|--------------|
| 1 | Raimundo de Athayde | Projeto Alisson | [Assinatura] |
| 2 | ANTONIO SOUSA PEREIRA | AZIMAVIL | [Assinatura] |
| 3 | M ^{te} Aparecida de A ^{te} Silva | Unidade de Ensino | [Assinatura] |
| 4 | João Pinheiro Nunes | Santa Lúcia | [Assinatura] |
| 5 | Valdey dos Santos | UPA | [Assinatura] |
| 6 | JOSÉ KEOR LIMA SOUSA | IGREJA QUADRANGULAR | |
| 7 | | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |
| 16 | | | |
| 17 | | | |
| 18 | | | |
| 19 | | | |
| 20 | | | |
| 21 | | | |
| 22 | | | |
| 23 | | | |
| 24 | | | |
| 25 | | | |
| 26 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |
| 31 | | | |
| 32 | | | |
| 33 | | | |
| 34 | | | |
| 35 | | | |
| 36 | | | |
| 37 | | | |
| 38 | | | |
| 39 | | | |
| 40 | | | |
| 41 | | | |
| 42 | | | |
| 43 | | | |
| 44 | | | |
| 45 | | | |

APÊNDICE H – Ficha de Frequência- Círculo Saneamento Básico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

LISTA DE PRESENÇA: CÍRCULO DE DIÁLOGO SOBRE "SANEAMENTO BÁSICO"
 PESQUISA DE MESTRADO: ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS PRINCIPAIS
 PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA

Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 Data: 01/02/2019 Turno: NOTURNO

| # | Nome completo | Instituição/Entidade | Assinatura |
|----|-----------------------------|----------------------|------------|
| 1 | SAUL ISRAEL Rocha Pereira | ACIMAVIL | |
| 2 | Maria Rosa Marques | UEMA | |
| 3 | Maria Cleusa Lopes de matos | maria clara | |
| 4 | maria apoluciana de Jesus | maria clara | |
| 5 | Paula gorgulho | maria clara | |
| 6 | Kimberly Nonato S. Campa | PINDSSA SÃO FÁTIMA | |
| 7 | Terezinha S. Vasconcelos | UEPR | |
| 8 | neione da silva Jesus | MEXAROLA | |
| 9 | Maria Da Tereza P. da Silva | monadora | |
| 10 | Carla Rodrigues dos Santos | luzia | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |
| 16 | | | |
| 17 | | | |
| 18 | | | |
| 19 | | | |
| 20 | | | |
| 21 | | | |
| 22 | | | |
| 23 | | | |
| 24 | | | |
| 25 | | | |
| 26 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |
| 31 | | | |
| 32 | | | |
| 33 | | | |
| 34 | | | |
| 35 | | | |
| 36 | | | |
| 37 | | | |
| 38 | | | |
| 39 | | | |
| 40 | | | |
| 41 | | | |
| 42 | | | |
| 43 | | | |
| 44 | | | |
| 45 | | | |

APÊNDICE I – Ficha de Avaliação- Círculo Saneamento Básico



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS
SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA
CÍRCULO DE DIÁLOGO- SANEAMENTO BÁSICO- 01/02/2019

FICHA DE AVALIAÇÃO

Nome: _____

Luiz Garbaga Moraes da Serra

O que estou levando desse círculo de diálogo sobre Saneamento Básico na Vila Luizão?

*Uma poluição sobre saneamento;
Má hora de acontecer*

Quais os principais problemas socioambientais relacionados ao saneamento básico na minha comunidade?

Água esgoto direto.

Quais os serviços relacionados ao saneamento básico que eu gostaria que tivesse na minha comunidade?

*drenagem de água, calçamento
feito; qualidade de água*

APÊNDICE J – Ficha de Frequência- Círculo Água e saúde



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



LISTA DE PRESENÇA: CÍRCULO DE DIÁLOGO SOBRE "ÁGUA E SAÚDE"
PESQUISA DE MESTRADO: ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS PRINCIPAIS
PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUIS-MA

Instituição: UEMA

Data: 26/03/19 Turno: NOTURNO

| # | Nome completo | Instituição/Entidade | Assinatura |
|----|-----------------------------------|----------------------|--------------|
| 1 | Robinaldo Santana dos Santos | Instituto Maranhão | [Assinatura] |
| 2 | Amanda Regina P. Reis | | |
| 3 | Alma Costa Souza | | [Assinatura] |
| 4 | Roberta Cavellin Soares Rodrigues | | |
| 5 | Francielle Silva | | |
| 6 | Maria do Socorro de Viana Moura | | |
| 7 | Cleber de S. Moraes | | |
| 8 | Roberta Costa | | |
| 9 | Roberta Silva | | |
| 10 | Juliana de Jesus Gomes | | |
| 11 | José de Castro Souza | | |
| 12 | Luiz Felipe dos Santos | | |
| 13 | Guilherme de Jesus Sousa | | |
| 14 | Rita Costa | | |
| 15 | Maria Aparecida de A. | | |
| 16 | Alana Eduarda Silva | | |
| 17 | Tatiana Camila Viana de Holanda | | |
| 18 | Paulina Soares | | |
| 19 | Jose Barbosa de A. Almeida | | |
| 20 | Roberta Viana | | |
| 21 | Roberta Costa | | |
| 22 | Jose Roberto Pereira da Silva | | |
| 23 | Priscila Viana | | |
| 24 | Caroline Franerese Sampaio | | |
| 25 | Antônio Pereira da Silva | | |
| 26 | Maria Helena | | |
| 27 | Ana Rita de S. Pereira | | |
| 28 | Ana Carla de S. Figueiredo | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |
| 31 | | | |
| 32 | | | |
| 33 | | | |
| 34 | | | |
| 35 | | | |
| 36 | | | |
| 37 | | | |
| 38 | | | |
| 39 | | | |
| 40 | | | |
| 41 | | | |
| 42 | | | |
| 43 | | | |
| 44 | | | |
| 45 | | | |

APÊNDICE K – Avaliação do Círculo Água e saúde



PESQUISA: “UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA”

CÍRCULO DE DIÁLOGO- “ÁGUA E SAÚDE”

MESTRANDA: CAROLINE SILVA DA CUNHA/PPGEO/UEMA
ORIENTADORA: PROFª DRª ANA ROSA MARQUES

FICHA DE AVALIAÇÃO

Nome: RAIMUNDO NUNATO SOUZA Campos

O que estou levando desse círculo de diálogo sobre “ÁGUA E SAÚDE”?

COMO DEVEMOS ECONOMIZAR A ÁGUA COM CUIDADO E A NOSSA SAÚDE DE MAL A PÍOR

Quais os principais problemas socioambientais relacionados a água e saúde na Vila Luizão?

COM A PERDURAÇÃO DE MUITOS POÇOS ARTESIANOS E NÃO TENDO CUIDADOS, NÃO É FEITO EXAMES NISSAS ÁGUAS

QUANTO A SAÚDE OS NOSSOS HOSPITAIS SEM MÉDICOS NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS

Quais os serviços relacionados a água e saúde que eu gostaria que tivesse na minha comunidade?

QUE A TIVESSE UM TRATAMENTO ESPECÍFICO COM A ÁGUA, COM MAIS CUIDADO PARA A COMUNIDADE

COM HOSPITAIS, AINDA QUANDO RUAS AFETADAS COM SANEAMENTO BÁSICO, SEM ESGOTOS CORRENDO À CÉU ABERTO, LIXO E PALHAÇOS NAS ESQUINHAS.

APÊNDICE L – Ficha de Frequência- Círculo Resíduos Sólidos: descarte ecologicamente correto



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



**LISTA DE PRESENÇA: CÍRCULO DE DIÁLOGO SOBRE “RESÍDUOS SÓLIDOS: DESCARTE ECOLÓGICAMENTE CORRETO”
PESQUISA DE MESTRADO: ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA**

Instituição: UEMA
Data: 02 / 05 / 2019 Turno: noturno

| # | Nome completo | Instituição/Entidade | Assinatura |
|----|---------------------------------|----------------------|---------------------------------|
| 1 | Osman Luis Silva Vasconcelos | UFPR | Osman Vasconcelos |
| 2 | RAMUNDO NUNATO | INSF | Ramundo Nunato |
| 3 | FRANISE MENDES LOPES | UEMA | Fransise Mendes Lopes |
| 4 | Valdeci Pereira Gomes | Luizão | Valdeci Pereira Gomes |
| 5 | Jenny Garcia Costa | Luizão | Jenny Garcia Costa |
| 6 | Valdineide Silva Franco | Luizão | Valdineide Silva Franco |
| 7 | Filipe dos Santos Vieira | Luizão | Filipe dos Santos Vieira |
| 8 | Paula Victor Sousa Baland | Luizão | Paula Victor Sousa Baland |
| 9 | Edson Costa Rodado | Luizão | Edson Costa Rodado |
| 10 | maria de araujo silv | Luizão | Maria de Araujo Silva |
| 11 | maria Aparecida de A. Silva | Luizão | Maria Aparecida de A. Silva |
| 12 | M. Pastora Pereira | Luizão | M. Pastora Pereira |
| 13 | Lucila Camila Silva de Holanda | Luizão | Lucila Camila Silva de Holanda |
| 14 | Alanna Cora da Silva de Holanda | Luizão | Alanna Cora da Silva de Holanda |
| 15 | Gezuzinha Souza Frequento | Luizão | Gezuzinha Souza Frequento |
| 16 | Roseli Maria Aguiar dos Santos | Luizão | Roseli Maria Aguiar dos Santos |
| 17 | Raimunda Azeite | Luizão | Raimunda Azeite |
| 18 | Stella Corina Miranda | Luizão | Stella Corina Miranda |
| 19 | Jorgene Dias Almeida | UFMA | Jorgene Dias Almeida |
| 20 | Rafael Victor Cmarino Santos | UFMA | Rafael Victor Cmarino Santos |
| 21 | Domingos Gomes do | UFMA | Domingos Gomes do |
| 22 | Luiz Costa Marques | UFMA | Luiz Costa Marques |
| 23 | Miliane S. Araujo | UFMA | Miliane S. Araujo |
| 24 | Luiz | UFMA | Luiz |
| 25 | | | |
| 26 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |
| 31 | | | |
| 32 | | | |
| 33 | | | |
| 34 | | | |
| 35 | | | |
| 36 | | | |
| 37 | | | |
| 38 | | | |
| 39 | | | |
| 40 | | | |
| 41 | | | |
| 42 | | | |
| 43 | | | |
| 44 | | | |
| 45 | | | |

**APÊNDICE M – Avaliação do Círculo Resíduos Sólidos: descarte
ecologicamente correto**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PESQUISA: "UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES
SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA"

CÍRCULO DE DIÁLOGO- "RESÍDUOS SÓLIDOS: descarte ecologicamente
correto"

MESTRANDA: CAROLINE SILVA DA CUNHA/PPGEO/UEMA
ORIENTADORA: PROFª DRª ANA ROSA MARQUES

FICHA DE AVALIAÇÃO

Nome: RAIMUNDO EDUARDO SOUZA CAMPOS

O que estou levando desse círculo de diálogo sobre "RESÍDUOS
SÓLIDOS: descarte ecologicamente correto"?

Que a comunidade pudesse ter o cuidado de
saber separar um produto um do outro

Quais os principais problemas socioambientais relacionados ao descarte
do lixo na minha comunidade?

As pessoas não tem a preocupação quanto a isso
jogam o lixo se qual quer forma jogam,
em todo lugar se tem a preocupação
com as ~~as~~ doenças que isso traz.

Quais os serviços relacionados à coleta do lixo e reaproveitamento que
eu gostaria que tivesse na minha comunidade?

A coleta de lixo é regular não é mal feita
as pessoas que não tem o cuidado o descartar
do lixo.

Talvez se tivesse um local certo para
descarte de materiais, (ecoponto) talvez
as problemas seriam mais amenizados

APÊNDICE N – Ficha de Frequência do Círculo de Diálogo “Coleta seletiva do lixo e Compostagem



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



LISTA DE PRESENÇA: CÍRCULO DE DIÁLOGO SOBRE “COLETA SELETIVA DO LIXO E COMPOSTAGEM”

PESQUISA DE Mestrado: “UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO, SÃO LUÍS-MA”.

MESTRANDA: CAROLINE SILVA DA CUNHA/PPGEO/UEMA

ORIENTADORA: PROFª DRª ANA ROSA MARQUES

Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Data: 13/07/2019

Turno: MATUTINO

| # | Nome completo | Instituição/Entidade | Assinatura |
|----|-----------------------------|---------------------------|---------------------|
| 1 | maria reis | Serviço de Água | |
| 2 | Edna Maria | | |
| 3 | Maria Santa | | |
| 4 | Valdemar dos Santos | | |
| 5 | Raimundo de Belém Assunção | | |
| 6 | Maria Santa Souza | SCV | <i>[Assinatura]</i> |
| 7 | Elaine de Souza Oliveira | SCV | <i>[Assinatura]</i> |
| 8 | Geiziane S. | SCV | <i>[Assinatura]</i> |
| 9 | Ingrid Bianca Vieira Corria | | |
| 10 | Marcia B. Amari | | <i>[Assinatura]</i> |
| 11 | | | |
| 12 | Milenay Mikaelly da Silva | Combrade | |
| 13 | | | |
| 14 | Letícia Moura Soares | | |
| 15 | | | |
| 16 | | | |
| 17 | Kayenne Cristina de Sousa | | <i>[Assinatura]</i> |
| 18 | Andriana Regina P. Reis | | |
| 19 | Maria Raimunda Barros | Comunidade | |
| 20 | Domingas Garrido | Centro de Criação de Docu | |
| 21 | Maria das Dores D. Bapt | Comunidade | |
| 22 | Katiany Azevedo | | |
| 23 | Geiziane S. | | |
| 24 | Raimundo de Salome Silva | | |
| 25 | | | |
| 26 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |

98831
4686

APÊNDICE O – Ficha de avaliação do Círculo de Diálogo “Coleta seletiva do lixo e Compostagem



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PESQUISA: “UM OLHAR PARTICIPATIVO SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA LUIZÃO/SÃO LUÍS-MA”

CÍRCULO DE DIÁLOGO- COLETA SELETIVA DO LIXO E COMPOSTAGEM NA VILA LUIZÃO- 13/07/2019

**MESTRANDA: CAROLINE SILVA DA CUNHA/PPGEO/UEMA
ORIENTADORA: PROFª DRª ANA ROSA MARQUES**

FICHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Maria Raimunda Barros dos Santos

O que estou levando desse círculo de diálogo sobre “Coleta Seletiva do Lixo e Compostagem na Vila Luizão”?

Conhecimento e experiência. Para mim, os parabéns, pois é um dos poucos serviços que funcionam na verdade

Quais os principais problemas socioambientais relacionados à coleta do lixo na minha comunidade?

Alguns inconvenientes como lixo em local inadequado e odor.

Quais os serviços relacionados à coleta do lixo e reaproveitamento que eu gostaria que tivesse na minha comunidade?

Projetos para conscientizar as comunidades e como objetivo de estimular as reciclagens como ecopontos no bairro.

APÊNDICE P – Folder distribuído no 5º Círculo sobre Compostagem



COMPOSTAGEM

Doméstica em Resíduos orgânicos urbanos na Vila Luizão, São Luís-Ma



Mas o que é COMPOSTAGEM?



É o processo de decomposição controlada de resíduos orgânicos utilizada há mais de 2000 anos.

Método simples, seguro, que garante um produto uniforme, pronto para ser utilizado nos cultivos de plantas e que pode ser realizado tanto em escala doméstica quanto comunitária, institucional ou municipal e indústria (MMA).

Diminui o lixo doméstico em cerca de 60% com aproveitamento total desta quantidade em adubo líquido e sólido.



O que vou precisar para fazer minha Composteira Doméstica?



- 1 Dois baldes de Margarina;
- 2 Furadeira;
- 3 Restos alimentares de vegetais;
- 4 Folhas secas ou serragem; e
- 5 Tesoura e tesoura de poda ou faca.



***Esta ação faz parte do Projeto de Pesquisa "Um olhar participativo sobre as questões socioambientais na Vila Luizão, São Luís-MA"



Passo a passo para montar minha composteira doméstica

- ✓ Fazer um corte circular de 21 cm nas tampas dos baldes 1 e 2;
- ✓ Perfurar a base lateral do balde 1, inserir a torneira e vedar com durepoxi;
- ✓ Colocar a malha de nylon entre os baldes 1 e 2;
- ✓ Realizar furos de 6 mm com 2 cm de distância entre si nos fundos e nas laterais dos baldes 1 e 2.



Como devo utilizar minha composteira?

- ✓ Colocar material seco (folhas ou serragem) no fundo do balde 1;
- ✓ Intercalar uma camada seca com uma camada úmida até encher o balde (a última camada deverá ser seca);
- ✓ Revolver o material da composteira semanalmente para entrada de ar e aguardar o composto ficar pronto durante 90 dias.

O que faço com o composto líquido/sólido?

- ✓ Usar o Biochorume (LL) diluído em água (20 L) para regar as plantas e/ou pulverizar nas folhas uma vez por semana com intervalo de 3 dias após a aplicação para colheita.
- ✓ Fazer uso do composto sólido misturando 1 parte do composto para três ou duas partes de solo.





EQUIPE DO PROJETO

Caroline Silva da Cunha
Bacharel, Licenciada e Mestranda em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGEO/UEMA, Especialista em Geoprocessamento.

Ana Rosa Marques
Proª Drª do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

Osmar Vasconcelos
Engenheiro Agrônomo e especialista em Projetos sustentáveis, mudanças climáticas e mercado do carbono.

Laiza Moraes
Engenheira Agrônoma e Técnica Ambiental.

Georgiana Marques
Engenheira Agrônoma e Drª em Biotecnologia e Biodiversidade

CONTATOS: carolineanhuc@hotmail.com
ou (98) 988789070

ANEXOS

ANEXO A – Ofício encaminhado ao Centro de Referência Social (CRAS/Turu)



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

Ofício nº 01/2018 –PPGeo

São Luís(MA), 18 de janeiro 2018

De: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGeo
E-mail: ppgeo.ucma@gmail.com

Para: Centro de Referência da Assistência Social do Bairro Sol e Mar

Ilma.

Sra. Deury Cléa de Moura Leitão
Coordenadora do CRAS

Assunto: Solicitação de dados

Venho, através deste ofício, solicitar de Vossa Senhoria, acesso a documentos, e ao banco de dados referentes às principais instituições que atuam na área da Vila Luizão, números de famílias atendidas e aos serviços desse órgão na comunidade, tendo em vista contribuir para a pesquisa da mestranda Caroline Silva da Cunha, cuja dissertação é intitulada “Educação Ambiental como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão” sob a orientação da Professora Dra. Ana Rosa Marques do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.



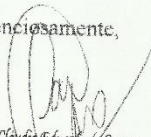
Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Claudy Eduardo de Castro
Coordenador do PPGGeo
Matrícula: 158923

Recebido em 23
01
18

**ANEXO C – Ofício encaminhado ao Instituto da Cidade, Pesquisa e
Planejamento Urbano (INCID)**

| | | |
|--|---|---|
|  | <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO</p> |  |
| <p align="center">UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO</p> | | |
| <p>Ofício nº. 07/2018 –PPGeo</p> | <p align="right">São Luís(MA), 18 de janeiro 2018</p> | |
| <p>De: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGeo E-mail: ppgeo.uema@gmail.com</p> | | |
| <p>Para: Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID)</p> | | |
| <p>Assunto: Solicitação de dados</p> | | |
| <p>Venho, através deste ofício, solicitar de Vossa Senhoria, dados referentes ao planejamento urbano de São Luís e informações sobre domicílios e número de moradores da Vila Luizão, tendo em vista contribuir para a pesquisa da mestranda Caroline Silva da Cunha, cuja dissertação é intitulada “Educação Ambiental como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão” sob a orientação da Professora Dra. Ana Rosa Marques do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.</p> | | |
| <p>Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.</p> | | |
| <p><i>RECEBIDO Em 22-01-2018 Ass. 17:52 Ricardo dos S. S.</i></p> | <p>Atenciosamente,</p> |  <p>Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro Coordenador do PPGGeo Matrícula: 158923</p> |
| <p align="center">Cidade Universitária Paulo VI s/n - Tirirical - C.P. 09 - CEP. 65055-310 - São Luís/MA - Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882 C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei nº. 4.400 de 30/12/1981</p> | | |

ANEXO D – Ofício encaminhado à Unidade de Segurança Cidadã (USC)



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

Ofício nº. 02/2018 –PPGeo

São Luís(MA), 18 de janeiro 2018

De: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGeo
E-mail: ppgeo.uema@gmail.com

Para: Unidade de Segurança Cidadã (USC)

Ilmo.

Major Holanda – Comandante da 1ª USC

Assunto: Solicitação de dados e informações

Venho, através deste ofício, solicitar de Vossa Senhoria, dados referentes às ações de combate a criminalidade e projetos sociais da comunidade Vila Luizão, tendo em vista contribuir para a pesquisa da mestranda Caroline Silva da Cunha, cuja dissertação é intitulada “Educação Ambiental como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão” sob a orientação da Professora Dra. Ana Rosa Marques do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.

RECEBI EM: 23/01/2018

Major QOPM João Holanda Santos
Comandante da 1ª USC
ID nº 418631

Atenciosamente,

Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
Coordenador do PPGeo
Matrícula: 158923

ANEXO E – Ofício encaminhado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

Ofício nº. 03/2018 –PPGeo

São Luís(MA), 18 de janeiro 2018

De: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGeo
E-mail: ppgeo.uema@gmail.com

Para: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

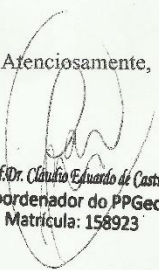
UE/MA/GAB/SECRETARIA
Recebido 23/1/18 às _____ h
Assinatura / BIAPR

Assunto: Solicitação de dados


Venho, através deste ofício, solicitar de Vossa Senhoria, dados referentes ao número de domicílios e moradores do bairro Vila Luizão, informações do Censo 2010 e mapas setoriais, tendo em vista contribuir para a pesquisa da mestranda Caroline Silva da Cunha, cuja dissertação é intitulada “Educação Ambiental como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão” sob a orientação da Professora Dra. Ana Rosa Marques do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.


Atenciosamente,


Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
Coordenador do PPGeo
Matrícula: 156923

ANEXO F – Ofício encaminhado ao Centro de Convivência para solicitação de espaço para os círculos de diálogo



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



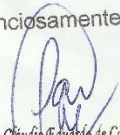
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ofício nº 32/2017 – PPGeo São Luís (MA), 15 de dezembro de 2018.

Ao Centro de Convivência da Vila Luizão

Venho através desta requerer de Vossa Senhoria a permissão para utilização do espaço físico do referido Centro para realizar Ciclo de diálogos que tem como intuito colaborar com o projeto intitulado **Educação ambiental:** análise das principais implicações socioambientais no bairro Vila Luizão da aluna **Caroline Silva da Cunha**, CPF – 032.904.993-32, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão, com a orientação da Profª. Drª. Ana Rosa Marques. A atividade seria realizada em 27 de janeiro de 2018.



Atenciosamente,



Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
Coordenador do PPGeo
Matrícula: 158923

Cidade Universitária Paulo VI s/n -Tirirical -C.P. 09 - CEP. 65055-310 - São Luís/MA - Fone: (98 3245-5461 /Fax: (98) 3245-5882
C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei nº. 4.400 de 30/12/1981

ANEXO G – Ofício encaminhado ao Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

Ofício nº. 05/2018 - PPGeo São Luís(MA), 18 de janeiro 2018

De: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço-PPGeo
 E-mail: ppgeo.uema@gmail.com

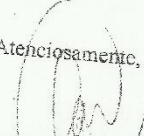
Para: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)

Ao
 Ilmo.
 Sr. Felipe Holanda

Assunto: Solicitação de dados

Venho, através deste ofício, solicitar de Vossa Senhoria, informações sobre planejamento urbano de São Luís, mapas da mancha urbana e dados referentes à população da área da Vila Luizão, tendo em vista contribuir para a pesquisa da mestrande Caroline Silva da Cunha, cuja dissertação é intitulada "Educação Ambiental como ferramenta para análise das principais implicações socioambientais na Vila Luizão" sob a orientação da Professora Dra. Ana Rosa Marques do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

 Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
 Coordenador do PPGeo
 Matrícula: 158923

Caroline Silva da Cunha
18/01/2018
Vila Luizão

Rua Paulo VI, s/n - Tirirical - C.P. 09 - CEP. 65055-310 - São Luís/MA - Fone: (98) 3245-5481 / Fax: (98) 3245-5882
 C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei nº. 4.400 de 30/12/1981

ANEXO H – Primeira Ata de Eleição da União dos Moradores da Vila Luizão

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 23798

7 891027 120603

Ata de Eleição e por nomeação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da União dos Moradores da Vila Luizão, realizada no dia 23/04/2004 para um período de 03 (três) anos, a contar de 23/04/2004 a 23/04/2007. Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro; as 08 (oito) horas, de acordo com o edital de convocação assinado pelo Presidente da Entidade em 17/03/2004 e publicado no jornal Diário da manhã do dia 19 de março de 2004. Compareceram os associados em sua sede própria, situada na rua Luiz Eduardo nº 15, Vila Luizão nesta cidade; para elegerem a nova diretoria e Conselho Fiscal da referida Entidade. Os trabalhos foram realizados pela Federação das Uniões de moradores de Bairros e Entidades Similares do Maranhão Sumbesma, representada por vários membros que se fizeram a apresentar através da portaria nº 050/2004 do dia 19 de abril de 2004 assinada pelo Presidente sr. José Gabriel Santos Barata, designando, Aldey Ribeiro Dantanhede presidente, José Aurelio Pereira, José Antonio Ribeiro dos Santos, Euzébio dos Anjos Oliveira Coimbra e Rosineia Moraes Castro, secretário, mesario e Executivos respectivamente. A sr. Presidente determinou que o sr. José Antonio Ribeiro dos Santos secretariasse os trabalhos de acordo com artigo 2º da portaria supra citada. Assim composta a mesa receptora de votos, a presidente após evocar o nome de Deus, fez abertura dos trabalhos e determinou ao secretário que fizesse a leitura do Edital de convocação, portaria que designou os membros da mesa e a composição da única chapa concorrente denominada Vila Luizão Decente, candidato a pre-

GANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
56186

Ridine Contanhede.

Errata repetida, onde está escrito para Sr. Luis Eduardo está errado o correto é: Ruyon Luis Eduardo.

São Luis, 27 de Outubro de 2016. *Ridine Contanhede*

GANTUARIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
BDO - ATUALIZA. 51 CENTRO FOM. (88) 3211.7000
O presente documento encontra-se AVERBADO no
em microfilme nº 11198/56186
deste cartório.

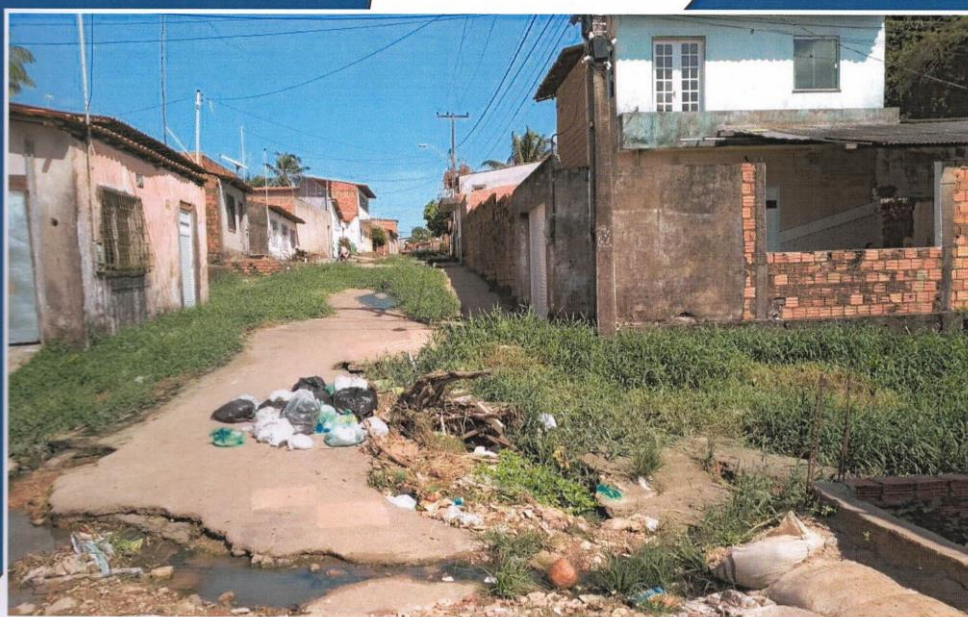


20 JAN 2017
Dr. José Tadeu Diretor
Najla Milla Acular de Azevedo Oficial
José Tadeu Carteira de Assessor Filipe
Maria Dalva Fortes Cordeiro Substituto
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZACAO

ANEXO I – Relatório de atividades – Promotoria Comunitária itinerante

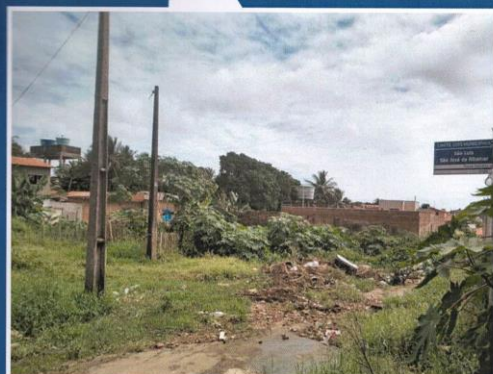


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE**
Vila Luizão, Sol e Mar, Divinéia e adjacências

Abril a Junho de 2019





ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|----|
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 03 |
| 2. DEMANDAS COLETIVAS..... | 04 |
| 2.1 Infraestrutura de ruas..... | 05 |
| 2.2 Educação..... | 08 |
| 2.3 Trânsito e Transporte..... | 11 |
| 2.4 Urbanismo..... | 15 |
| 2.5 Feiras e Mercados Municipais..... | 16 |
| 2.6 Saúde..... | 18 |
| 2.7 Segurança Pública..... | 20 |
| 2.8 Saneamento básico..... | 21 |
| 3. ATENDIMENTO INDIVIDUAL..... | 22 |
| 4. CONCLUSÕES..... | 22 |
| • QUADRO DE DEMANDAS | |
| • REGISTROS FOTOGRÁFICOS | |

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Av. Prof. Carlos Cunha, N° 3391, Calhau – São Luís/MA - CEP 65076-820
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br/Telefones: (98) 3219 1648 e 99144 4945



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Promotoria Comunitária Itinerante teve sua origem em 1998 e desde o início vem se constituindo num efetivo canal de aproximação com os moradores, pelo qual o Ministério Público Estadual vai até as comunidades para prestar orientação jurídica, ouvir diretamente a população sobre a falta de políticas públicas essenciais e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias na busca de solução para os problemas, de forma mais célere, através do diálogo com os responsáveis pelos serviços demandados.

A instalação da Promotoria na Vila Luizão ocorreu após contato com lideranças comunitárias da região. A reunião preparatória com representantes comunitários aconteceu em 26/02/19, na União de Moradores da Vila Luizão, quando foi definido o período dos trabalhos, o local de atendimento e a área de abrangência (*Vila Luizão, Sol e Mar, Brisa do Mar, Divinéia* e adjacências). Também foi explicado aos participantes que deveriam fazer um levantamento das prioridades dentre as demandas coletivas, para que iniciássemos as tratativas com os responsáveis pelos serviços solicitados. Para conhecer a infraestrutura da região e a extensão dos principais problemas vivenciados pelos moradores, fizemos visitas às comunidades da região, com os devidos registros fotográficos.

A *audiência pública de instalação* foi realizada na União de Moradores da Vila Luizão (Rua Luís Eduardo), dia 08/04/19, com a participação dos moradores, de lideranças comunitárias, do *Marco Antônio Santos Amorim*, Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça, representando o Procurador-Geral, *Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho*, e do Secretário Municipal de Governo, *Pablo Zarthur Caffê da Cunha Rebouças*, representando o Prefeito *Edivaldo de Holanda Braga Júnior*.

O *atendimento ao público* foi realizado na unidade móvel instalada na *Praça da União*, entre 15/04 e 19/06/19, de 2ª a 5ª-feira, no período da manhã. A *audiência pública de prestação de contas dos trabalhos* aconteceu dia 27/06/19, na Igreja Comunidade Bíblica da Paz (Rua do Cajueiro, Vila Luizão).

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Esta foi a 32ª instalação¹ e as atividades foram desenvolvidos pela seguinte equipe de trabalho:

Bruno Rafael Fernandes Teixeira – Motorista;

Jusélia Quadros de Abreu – Técnica Ministerial;

Marços André Santos Martins – Assessor de Promotor de Justiça; e

Vicente de Paulo Silva Martins – Promotor de Justiça.

Através deste relatório prestamos contas às comunidades atendidas, à Administração Superior do Ministério Público Estadual e à sociedade em geral.

2. DEMANDAS COLETIVAS

Após a audiência pública de instalação nos reunimos com o Secretário Municipal de Governo, dia 24/04/19, para tratar das reivindicações apresentadas na referida audiência, assim como dos pedidos formulados por lideranças comunitárias até o início dos nossos trabalhos, sendo então entregue o *OFC-12ªPJESLZ-782019* com as demandas coletivas até então coletadas, para o devido direcionamento aos órgãos responsáveis pelos serviços solicitados.

Conforme entendimento firmado com o Prefeito de São Luís, o Secretário de Governo é o interlocutor da administração municipal junto a essa Promotoria.

Naquela ocasião foi estipulado o prazo de 30 dias para a SEMGOV² coletar as informações dos órgãos demandados e enviá-las a esta Promotoria. Devido a falta de respostas, este prazo foi prorrogado por mais 10 dias (*OFC-12ªPJESLZ-912019*), porém a maioria dos órgãos não se manifestou, apesar do Secretário de Governo ter informado que as reivindicações enviadas por esta Promotoria foram encaminhadas às secretarias municipais

¹ 01. Anjo da Guarda (set-out/98); 02. Vila Embratel (nov/98-fev/99); 03. Jardim América (fev-abr/98); 04. Bequimão (jul-dez/99); 05. Jardim São Cristóvão (jan-mai/00); 06. Recanto dos Pássaros (jul/00-fev/01); 07. Vicente Fialho (mai-ago/01); 08. Ilhinha (nov/01-fev/02); 09. Pão de Açúcar (abr-jul/02); 10. Vila Luizão (ago/03-jan/04); 11. Recanto dos Pássaros (mar-nov/05), pela 2ª vez; 12. João de Deus (fev-set/06); 13. Coroadinho (dez/07-jul/08); 14. Sol e Mar (ago/09-fev/10); 15. Angelim (set/10-jan/11); 16. Vila Nova (jan-abr/11); 17. Vila Esperança (abr-out/11); 18. Vila Bacanga (out/11-fev/12); 19. Outeiro da Cruz (mar-jun/12); 20. Vila Cruzado (nov/12-mar/13); 21. Santa Efigênia (mar-jul/13); 22. Ilhinha (ago-nov/13), pela 2ª vez; 23. Parque dos Nobres (mar-jun/14); 24. Santo Antônio (nov/14-fev/15); 25. Vila Palmeira (mar-jul/15); 26. Anjo da Guarda (ago-nov/15), pela 2ª vez; 27. Aurora (mar-jun/16); 28. Vila Embratel (dez/16-mar/17), pela 2ª vez; 29. Liberdade (ago-nov/17); 30. Forquilha/São Bernardo (fev-jun/18); e 31. Cohatrac (out./18-fev/19).

² Secretaria Municipal de Governo

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P.S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

para adoção de providências (OE nº 0146/2019, de 22/05/19). Expedimos então novo expediente solicitando uma reunião, inclusive com os representantes dos órgãos que ainda não tinham enviado resposta (OFC-12ªPJESLZ-992019).

Assim, em 18/06/19 nos reunimos na SEMGOV com o titular dessa pasta, com o Secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento e com representantes da SEMUS³ e da SMTT⁴ para tratar das reivindicações até então não respondidas.

As demandas de responsabilidade do Governo do Estado foram enviadas diretamente aos respectivos órgãos, assim como aquelas que podem ser realizadas em parceria com o Município.

2.1 Infraestrutura de ruas

2.1.1 – Infraestrutura viária e Drenagem

Dentre as reivindicações elencadas no OFC-12ªPJESLZ-782019, entregue na SEMGOV, constaram os seguintes pedidos sobre pavimentação e drenagem de ruas: **recuperação de galeria** na Rua Santo Antônio (quadra c/ a Rua Siqueira Campos), *Vila Luizão*; **construção/manutenção de galerias, passagem molhada, sarjeta e meio-fio** na *Divineia* (ruas Jaú, Itajubá, Colômbia, Equador, Colômbia, Chile e Venezuela, avenidas Maria Alice, Brasil, Argentina e Peru, e Travessas São José e Taubaté); *na comunidade Brisa do Mar* (Av. Argentina); e *na Vila Luizão* (Av. Luizão, Travessa Santa Maria, ruas Siqueira Campos, Santo Antônio, Primavera, Boa Esperança, Gonçalves Dias, Liberdade, São Jorge, 25 de Dezembro e Sampaio Corrêa).

Também constou o pedido de **recuperação asfáltica** da Av. Luizão, das ruas Santo Antônio, Siqueira Campos, Primavera, Boa Esperança, Gonçalves Dias, Liberdade, São Jorge, Sampaio Corrêa, 25 de Dezembro e Travessa Santa Maria, *na Vila Luizão*; da Rua Airton Sena e Avenidas Maria Alice, Argentina e Brasil (inclusive na área da Feira do Mangueirão) *na Divineia*; e da Av. Argentina, *na Brisa do Mar*.

3 Secretaria Municipal de Saúde

4 Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Constaram ainda os pedidos de **conclusão da ponte da Av. Argentina, de pavimentação da Rua da Vala e de interligação da Rua São José (ou da Barragem) com a Rua Itajubá, na Divinéia.**

Durante a primeira reunião na SEMGOV (24/04/19) para entrega das demandas, o Secretário de Governo informou que a Prefeitura obteve a aprovação de empréstimos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 230 milhões, para execução de obras, com prioridade para os serviços de *pavimentação e drenagem profunda* em regiões que estavam sendo mapeados por empresas contratadas para elaboração dos projetos, e que dentre essas áreas estão a Vila Luizão e a Divinéia, assim como outras já atendidas pela Promotoria Itinerante e com pedidos de serviços dessa natureza. Segundo ele, os serviços deverão ter início entre os meses de julho e agosto do corrente ano, devendo ser colocado asfalto nas vias somente após as obras de drenagem.

Em resposta, a SEMOSP⁵ informou que aguardava a aprovação e liberação de recursos do Ministério das Cidades para iniciar as obras de pavimentação e asfaltamento de ruas, bem como de drenagem. Esclareceu que a obra na Av. Argentina é uma galeria e não uma ponte, e que aguardava o fim do período chuvoso para finalizar ali os serviços de terraplanagem (*Ofício nº 417/2019-GAB/SEMOSP, e OE Nº 0146/2019, de 22/05/2019, da SEMGOV*).

Face as informações prestadas pelo Secretário de Governo na reunião dia 24/04/19, enviamos o *OFC-12ªPJESLZ-912019 (27/05)* questionando-lhe se os serviços de infraestrutura de ruas, solicitados à SEMOSP, serão atendidos com os recursos dos empréstimos bancários (já aprovados), ou se de fato dependem do Ministério das Cidades.

Enviamos diretamente para a SEMOSP o *OFC-12ªPJESLZ-872019 (14/05)* com o pedido de pavimentação da *Travessa Eldorado ou final da Rua do Cajueiro*, entre as Ruas Rio Branco e São José, na Vila Luizão, onde segundo a reclamante a via fica alagada no período chuvoso, impossibilitando a saída dos moradores de suas residências. Foi anexada uma cópia do quadro geral de demandas entregue à SEMGOV. Remetemos ainda os pedidos

⁵ Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

de *complementação asfáltica* na Rua Canavial e de *asfaltamento* nas Ruas 22 de Junho e 23 de Junho, todas na Vila Luizão (OFC-12ªPJESLZ-972019, em 07/06/19).

Também recebemos pedido de *asfaltamento* no final da Rua da Pedreira, no citado bairro. Nossa equipe esteve no local e constatou que o problema está localizado na última quadra daquela via, na junção com a Rua Siqueira Campos, *divisa de São Luís com São José de Ribamar*, área tomada completamente pelo mato e com crateras abertas pelas águas pluviais, intrafegável até mesmo para pedestres. Por se tratar de área limítrofe entre dois Municípios expedimos ofícios para os correspondentes órgãos municipal e estadual (OFC's-12ªPJESLZ-104 e 1052019, para a SEMOSP e para a SINFRA⁶, *respectivamente*).

Não obtivemos respostas sobre as demandas remetidas diretamente à SEMOSP, mesmo depois de reenviadas via whatsapp dia 14/06/19, após contato com a Chefia de Gabinete. Também a SINFRA não se manifestou.

Em nova reunião na SEMGOV (18/06/19) abordamos os problemas de drenagem na região que comprometem a *infraestrutura das ruas*, principalmente na Divinéia e nas ruas que servem de divisas entre São Luís e São José de Ribamar, na Vila Luizão. Também questionamos sobre quais projetos contemplam a região. O Secretário esclareceu que as obras de infraestrutura estão previstas nos projetos que serão executados com recursos dos empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, assim como nos que tramitam no Ministério das Cidades. Ponderou, porém, que existem locais na Vila Luizão com nível muito baixo, como na Rua Santo Antônio, onde será necessário construir uma estação para bombear as águas das chuvas, um investimento alto, cuja viabilidade está sendo analisada.

Pelo OFC-12ªPJESLZ-1072019, de 25/06/19, relatamos para a SINFRA os graves problemas de drenagem na quadra que liga a Rua Siqueira Campos à Rua Santo Antônio, assim como na junção desta com a Rua Sampaio Corrêa, além do já citado na interseção da Rua da Pedreira com a Rua Siqueira Campos, todas na divisa dos Municípios de São Luís e de São José de Ribamar, e solicitamos que fosse analisada a possibilidade de execução das obras, inclusive em parceria com os Municípios, recuperando não só a

⁶ Secretaria de Estado de Infraestrutura

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

trafegabilidade para veículos, mas principalmente condições dignas de acesso para os moradores.

Vale destacar que os problemas de infraestrutura das ruas de toda a região decorrem basicamente da falta de drenagem adequada, sendo mais acentuados na Vila Luizão e Divinéia.

2.1.2 – Iluminação pública

Lideranças comunitárias do bairro da Vila Luizão solicitaram melhoria na iluminação das ruas do bairro, principalmente na Rua Santo Antônio. A reivindicação foi entregue ao Secretário de Governo através do *OFC-12ªPJESLZ-782019*, para o devido direcionamento.

Como a SEMOSP não se manifestou sobre o pedido no seu expediente de resposta, entramos em contato direto com a Chefia de Gabinete do Secretário, através de mensagem via whatsapp (12/06/19), mas não obtivemos informações.

Na reunião do dia 18/06/19 na SEMGOV o Secretário Pablo Rebouças disse que tratou diretamente com a empresa Citelum, responsável pela iluminação pública, e esta informou que já tinha feito o levantamento para substituição das lâmpadas na Rua São Antônio, na Vila Luizão, para execução em breve.

2.2 Educação

Na reunião com o Secretário Municipal de Governo (24/04) foram repassados os pedidos *de conclusão da reforma da Escola Terceiro Milênio*, Anexo do Ronald Carvalho; *de abertura da creche da Chácara Brasil*; *de mais vagas de ensino fundamental*; *de construção de mais escolas na região* para eliminar os Anexos com estruturas inadequadas; *de reforma da Escola Criança Esperança*, Anexo da Escola João de Sousa Guimarães; e *de reforma da quadra poliesportiva da U.E.B. Governador Leonel Brizola*, para que fossem direcionadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme ajustado entre esta Promotoria e a

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N. Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

trafegabilidade para veículos, mas principalmente condições dignas de acesso para os moradores.

Vale destacar que os problemas de infraestrutura das ruas de toda a região decorrem basicamente da falta de drenagem adequada, sendo mais acentuados na Vila Luizão e Divinéia.

2.1.2 – Iluminação pública

Lideranças comunitárias do bairro da Vila Luizão solicitaram melhoria na iluminação das ruas do bairro, principalmente na Rua Santo Antônio. A reivindicação foi entregue ao Secretário de Governo através do *OFC-12ªPJESLZ-782019*, para o devido direcionamento.

Como a SEMOSP não se manifestou sobre o pedido no seu expediente de resposta, entramos em contato direto com a Chefia de Gabinete do Secretário, através de mensagem via whatsapp (12/06/19), mas não obtivemos informações.

Na reunião do dia 18/06/19 na SEMGOV o Secretário Pablo Rebouças disse que tratou diretamente com a empresa Citelum, responsável pela iluminação pública, e esta informou que já tinha feito o levantamento para substituição das lâmpadas na Rua São Antônio, na Vila Luizão, para execução em breve.

2.2 Educação

Na reunião com o Secretário Municipal de Governo (24/04) foram repassados os pedidos *de conclusão da reforma da Escola Terceiro Milênio*, Anexo do Ronald Carvalho; *de abertura da creche da Chácara Brasil*; *de mais vagas de ensino fundamental*; *de construção de mais escolas na região* para eliminar os Anexos com estruturas inadequadas; *de reforma da Escola Criança Esperança*, Anexo da Escola João de Sousa Guimarães; e *de reforma da quadra poliesportiva da U.E.B. Governador Leonel Brizola*, para que fossem direcionadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme ajustado entre esta Promotoria e a

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N. Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

União de Moradores), mas esta não aconteceu até o momento. Os participantes se manifestaram contrário à transferência dos alunos para outra escola do bairro. As técnicas das Promotorias da Educação ajustaram a realização de vistoria nas instalações atuais da escola e de buscar informações junto à SEMED para repassá-las aos interessados e a esta Promotoria.

No dia 26/06/19 participamos de uma audiência na 1ª Promotoria de Defesa da Educação no procedimento instaurado sobre a reforma da Escola Criança Esperança (Notícia de Fato nº 35/2019), com representantes da SEMED (Dr. Frederico Augusto S. Moreira, assessor jurídico, e Dr. Rafael Batista Pereira, superintendente da área de engenharia) e da comunidade Sol e Mar (Maria Luzia Lago Lima, presidente da União de Moradores, e Soraia de Alencar Rodrigues, mãe de aluno). Na oportunidade, após a leitura do relatório sobre a situação da escola, apresentamos a resposta do Secretário Moacir Feitosa informando que a citada reforma está na programação da Secretaria, sem contudo indicar datas. Ao final, foi deliberado pela concessão do prazo de 15 dias para o Secretário se manifestar sobre a efetiva realização da reforma.

Pelo *OFC-12ªPJSZ-792019 (23/04/19)* enviamos para a 1ª Promotoria de Defesa da Educação o pedido de transferência de turno de dois alunos do Colégio Cintra, um do 7º ano do ensino fundamental e outro do 1º ano do ensino médio, do vespertino para o matutino. Segundo o responsável pelos estudantes, estes saem da escola no início da noite e já foram vítimas de assaltos no ponto de ônibus, razão pela qual requereu à direção da escola a transferência dos alunos para o turno matutino, o que lhe foi negado sob a justificativa de falta de vagas, porém ela alegou que alguns vizinhos seus fizeram pedido idêntico e foram atendidos. A Direção da escola respondeu à Promotoria da Educação que não seria possível atender o pedido, apresentando suas justificativas pedagógicas (*Ofício nº 60/2019 DG-CINTRA/IEMA e OFC-4ªPJSZ-2482019*).

Recebemos ainda pedido de melhoria na infraestrutura do Anexo da UEB Ciranda do Aprender (Rua da Glória, Qd. 06, Casa 02, Sol e Mar). O interessado relatou que a escola funciona em uma residência adaptada, com estrutura inadequada, sem saída de emergência, com frequente suspensão das aulas devido a falta d'água, constantes curtos na parte elétrica e falta de ventilação. Nossa equipe esteve no local e encontrou a escola

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

funcionando normalmente, com parte das salas climatizadas e as demais com ventiladores. A direção da escola informou que foi feita uma revisão nas instalações elétricas e que quando ocorre falta de água a Prefeitura faz o abastecimento com carro-pipa. Inobstante, a reclamação foi distribuída para a 2ª Promotoria de Defesa da Educação (OFC-12ªPJESLZ-982019), sugerindo uma inspeção no local para verificação de outros aspectos, como salubridade.

2.3 Trânsito e Transporte

2.3.1 – Trânsito

Dentre as demandas apresentadas pelas lideranças comunitárias da Vila Luizão e adjacências foi solicitada a *implantação de faixas de pedestres* próximo às escolas da região: **a)** na Vila Luizão, *Av. Luizão*, escolas Criança Esperança (próximo à Igreja Católica) e Luís Gonzaga Ferreira (próximo ao Viva Luizão); **b)** no Sol e Mar, *Av. Sol Nascente*, escolas Emésio Dario de Araújo e Alegria do Saber (Rua 7, próximo ao Rest. Popular); **c)** na Divinéia, *Rua São José* (Creche Ideal) e *Rua Jauú* (escolas Caiane Mateus e Orlando Araújo); **d)** no Habitacional Turu, *Avenida 8* (Escola João Paulo II); *Avenida 6* (Escola Paulo Freire); *Rua 18* (Escola Estefânia Rosa Silva); e *Av. Acre c/ Av. Brasil* (Escola Ronald Carvalho),

Também foram pedidos o *disciplinamento do trânsito* na área da Feira do Mangueirão (Av. Brasil) e a *identificação das paradas de ônibus* da Vila Luizão, Sol e Mar e Divinéia, com *implantação de abrigos* nas mesmas. Todos esses pedidos constaram no rol do OFC-12ªPJESLZ-782019, entregue ao Secretário de Governo, em reunião na SEMGOV.

Transcorrido o prazo inicial de 30 dias para envio de resposta, foi enviado novo expediente para o Secretário de Governo (OFC-12ªPJESLZ-912019 de 27/05/19), concedendo mais 10 dias para as informações. Expirada a prorrogação de prazo, sem resposta da SMTT⁸ e de outros órgãos, expedimos o OFC-12ªPJESLZ-992019 (07/06/19) relatando a situação ao Secretário e solicitando uma reunião com a presença de representantes dos órgãos que não prestaram informações.

⁸ Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Na reunião realizada na SEMGOV dia 18/06/19 o Coordenador de Trânsito da SMTT, Rodrigo Fonseca, disse que os projetos referentes às melhorias no trânsito na área da Vila Luizão já tinham sido remetidos. Ao ser informado que ainda não tínhamos recebido resposta, ele entrou em contato por telefone com a Secretaria e foi informado que os documentos ainda não tinham sido enviados, ficando então de verificar o que ocorreu e agilizar a entrega da resposta. Solicitamos que também verificasse o envio de resposta relativa ao transporte público.

Pelo *OE N° 0196/2019* (24/06/19) a SEMGOV informou que a SMTT elaborou projetos contemplando faixas de pedestres próximo às escolas dos bairros da região, bem como abrigos de ônibus, e que a sinalização de trânsito no entorno da Feira do Mangueirão depende de ações da SEMAPA⁹ e da Blitz Urbana para organizar o comércio informal na área. Foram anexadas as plantas dos respectivos projetos.

Na audiência pública para prestação de contas dos trabalhos, o representante da SMTT, *Marlus Melo*, confirmou que a implantação das faixas de pedestres na área da Vila Luizão já está no cronograma de execução.

2.3.2 – Transporte Público

Contaram também no *OFC-12ªPJESLZ-782019* os pedidos de: a) redução dos intervalos das viagens nas linhas *711-Luizão/Terminal Cohama*, *720-Vila Luizão/Holandeses* e *893-Luizão/Terminal Cohab*, principalmente fora dos horários de pico; b) reativação da linha *Vila Luizão/Rodoviária*; c) reestabelecimento do itinerário da linha *Olho D' água Corujão* pela Vila Luizão; e d) substituição dos ônibus velhos da linha Vila Luizão/Terminal Cohama (empresa *Ratrans*), por veículos novos e climatizados.

Por ocasião da entrega do citado expediente, o Secretário de Governo disse que já tinha conversado com o Secretário Canindé Barros, de Transportes, sobre os problemas apontados na audiência pública de instalação (08/04/19), tendo este informado que de acordo com o contrato assinado com as empresas de transporte público os carros que atingem 10 anos

⁹ Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente P. S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

de uso estão sendo substituídos por ônibus novos e que a área da Vila Luizão dispõe da frota mais nova do transporte urbano na Capital, com limite de espera de 10 a 15 minutos entre as viagens, ou de 20 minutos quando há congestionamentos.

Na segunda reunião realizada na SEMGOV (19/06/19) para tratar da entrega de respostas foi informada para o representante da SMTT a falta de informações sobre os problemas relacionados ao transporte público.

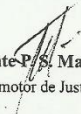
Através do OE Nº 0197/2019 (25/06/19) a SEMGOV informou que de acordo com o levantamento realizado pela SMTT estava em análise técnica o comportamento da demanda das linhas em operação, inclusive com incremento de frota nas linhas T-720 Vila Luizão/Holandeses e A-893 Vila Luizão/Terminal Cohab, durante 60 dias, visando reduzir o intervalo entre as viagens. Sobre a linha Vila Luizão/Rodoviária, informou que foi substituída pela linha Luizão/Terminal Cohab, “em conformidade com a comunidade”, permitindo o acesso a todo o sistema de transporte urbano e semiurbano da Ilha de São Luís. Explicou que o itinerário do Corujão Olho D'água passou da Av. Luizão para a Av. Sol Nascente para atender a demanda também dos bairros Santa Rosa e Divinéia. Por fim, registrou que os 02 veículos da empresa *Ratrans* que operam a linha Luizão/Terminal Cohama estão de acordo com os padrões, com menos de 10 anos de uso, inclusive um deles é climatizado.

Na audiência pública de encerramento das atividades na Vila Luizão o superintendente de transportes da SMTT, *Marlus Melo*, disse que os intervalos entre as viagens estava sendo averiguado pelo CCO (centro de controle operacional) para analisar o que pode ser melhorado.

Em reunião com o Presidente da *Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos-MOB* (26/04/19) entregamos as reclamações de moradores da Vila Luizão sobre os ônibus das linhas semiurbanas (714-Parque Araçagi/Alonso Costa, 719-Luizão/João Paulo e 895-Alonso Costa/Terminal Cohab). Segundo eles, os veículos são velhos, malconservados e sujos, sendo o problema mais grave na linha 719-Luizão/João Paulo, com os ônibus da empresa *Ratrans*, os quais além de sujos e malconservados costumam “quebrar” com frequência, deixando os usuários sem transporte por longos períodos. Também reivindicaram viagens com intervalos menores, substituição dos ônibus velhos e limpeza nos

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945


 Vicente P. S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

ônibus em circulação, bem como a identificação das paradas, com implantação de abrigos (OFC-12ªPJESLZ-832019).

No citado expediente solicitamos que fosse verificada a real situação e adotadas as providências necessárias para garantir um transporte público de qualidade, bem como, que nos fosse informado sobre eventual procedimento para licitação do transporte semiurbano.


O Presidente da MOB informou que a atual configuração do transporte semiurbano na Vila Luizão é decorrente de um acordo celebrado com a Promotoria do Consumidor (Drª Lítia Cavalcante), inclusive com o deslocamento do ponto final da linha *Alonso Costa* para melhor atender a região. Disse que será atualizado o estudo técnico necessário para realizar a licitação do sistema de transporte semiurbano da Ilha de São Luís, com prazo para as empresas vencedoras modernizarem suas frotas, o que consequentemente melhorará o serviço, com a entrada de ônibus novos e climatizados. Ressaltou que já está sendo observado o prazo de 10 anos de vida útil da frota em circulação. Por fim, disse que serão analisados os pedidos constantes do expediente e prestadas as informações a esta Promotoria.

Naquela reunião ficou ajustado o prazo de 30 dias para o envio de resposta, o qual expirou sem manifestação da MOB, ensejando assim a expedição do OFC-12ªPJESLZ-932019 (31/05/19) com reiteração do pedido de informações, o que foi reforçado por mensagem via whatsapp na mesma data e reiterado dia 25/06/19, ante a falta de resposta. O presidente da MOB informou que enviaria ofício no mesmo dia e que a Agência estaria representada na audiência pública do dia 27/06 pelo Sr. Nilson.

Na audiência pública para prestação de contas dos trabalhos (27/06/19), o Sr. Nilson Brasiliano, coordenador do transporte semiurbano da MOB, disse que a Agência constatou ônibus sucateados, com mais de 10 anos e de 02 portas, e que as empresas foram notificadas para substituí-los. Falou ainda que será realizada a licitação para o transporte semiurbano, com a interligação do sistema através da construção de 02 terminais de integração, 01 próximo à rotatória das MA's 203 e 204, no Araçagi, e outro no Calhau,

"2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas"

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945


 Vicente P. S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

próximo ao Quartel da PM. Na ocasião ele entregou cópia do *Ofício n° 737-GAB/MOB*, daquele dia (27/06), que seria enviado por protocolo.

No citado expediente consta que as empresas que operam na região da Vila Luizão foram notificadas para manter a frota de veículos com idade média de 05 anos e idade individual de 10 anos. Consta ainda que tramita naquela Agência a construção de um Termo de Referência para realização de estudo técnico que possibilitará a licitação do transporte semiurbano na Ilha de São Luís, com publicação do respectivo edital prevista para o primeiro semestre de 2020.

2.4 Urbanismo

Constou do rol de demandas do *OFC-12ªPJESLZ-782019*, entregue ao Secretaria de Governo na reunião do dia 24/04/19, os pedidos de desobstrução das calçadas ocupadas por comerciantes e aplicação da Lei de Muros e Calçadas na Av. Luizão, bem como a reorganização do espaço urbano na área da Feira do Mangueirão.

Escoado o prazo inicial de 30 dias para coleta e envio de resposta, foi reiterado pelo *OFC-12ªPJESLZ-912019* (27/05/19) o pedido de envio de informações, agora em 10 dias, e mais uma vez não obtivemos resposta.

Ao final do prazo prorrogado, entramos em contato por whatsapp com o diretor da Blitz Urbana, Samuel Dória, e este informou que uma equipe esteve no bairro e notificou o responsável por um Lava Jato que ocupava o passeio público na Av. Luizão, sendo-lhe reiterado o pedido de atuação em toda aquela via, conforme constou no ofício entregue ao Secretário de Governo, ao que ele respondeu que ia programar a ação.

Foi expedido o *OFC-12ªPJESLZ-992019* (07/06/19) relatando ao Secretário de Governo, interlocutor da Prefeitura com esta Promotoria, a falta de respostas por parte de vários órgãos, no qual solicitamos o agendamento de reunião com a presença de representantes dos órgãos que não se manifestaram. A reunião aconteceu dia 18/06/19, na SEMGOV, sem a participação de representantes da SEMURH ou da Blitz Urbana.

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Presente na audiência pública de encerramento das atividades na Vila Luizão (27/06/19), o Diretor da Blitz Urbana disse que já tinham sido realizadas notificações na Av. Luizão para que ocorressem as adequações necessárias.

2.5 Feiras e Mercados Municipais

Os pedidos de melhorias na Feira do Mangueirão (reorganização dos feirantes, limpeza e reordenamento do espaço) foram entregues ao Secretário de Governo na reunião do dia 24/04/19, no rol de demandas do *OFC-12ªPJESLZ-782019 (23/04)*.

Naquela ocasião, o Secretário informou que vários mercados em São Luís como o do São Francisco, Coroado, Anjo da Guarda, João Paulo e Cohab, receberiam melhorias com recursos dos empréstimos firmados com bancos oficiais. Questionado sobre os problemas da Feira do Mangueirão, disse que esta era administrada pelo Governo do Estado, através da sua Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), mas que apesar disso conversou que a Presidente do Comitê Gestor de Limpeza Pública no dia seguinte à audiência pública de instalação desta Promotoria (da qual participou e fez anotações) e a limpeza na feira já foi executada.


Expedimos então o *OFC-12ªPJESLZ-842019 (26/04/19)* para a *Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca*. Em resposta, através do seu Departamento de Mercado Agrícola, a SAGRIMA negou ser responsável por aquele equipamento, informando que como a Feira do Mangueirão é realizada em via pública cabe à Prefeitura sua administração (*Ofício nº 261/2019/GAB/SAGRIMA, de 30/04/19*).

Pelo *OFC-12ªPJESLZ-912019 (27/05/19)* comunicamos ao Secretário de Governo a resposta da SAGRIMA, diversa da que ele havia nos fornecido, e solicitamos o posicionamento da SEMAPA, no prazo de 10 dias. Diante da falta de resposta, expedimos o *OFC-12ªPJESLZ-992019 (07/06/19)* solicitando o agendamento de reunião com a presença de representantes da SEMAPA e dos outros órgãos que não tinham prestado informações.

Na reunião realizada dia 18/06/19 o Secretário Ivaldo Rodrigues, da SEMAPA, disse que a Feira do Mangueirão não é administrada pelo Município, funciona sem

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945


 Vicente S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

licença e não se enquadra nos parâmetros de feiras livres administrada pela Secretaria. Disse também que devido a ocupação desordenada da via pública necessitaria do apoio das demais Secretarias para organizar o espaço.

Ressaltamos que mesmo não sendo uma feira oficial cabe ao poder público disciplinar e organizar o seu funcionamento, pois ocorre em área pública, e que mesmo nas feiras oficiais, como a do São Bernardo, os comerciantes e os feirantes ocupam as vias públicas com suas mercadorias, sem que haja uma ação conjunta e permanente entre as Secretarias, num trabalho educativo para o disciplinamento da ocupação desses espaços públicos e dos horários de funcionamento, como já vem sendo proposto por esta Promotoria há algum tempo.

O Secretário Ivaldo Rodrigues disse que na sua gestão anterior na SEMAPA organizou o Mercado do João Paulo através de ações articuladas com a SMTT, Blitz Urbana, Polícia Militar e Ministério Público. Essas mesmas providências poderiam ser tomadas na Feira do Mangueirão, desde que o Prefeito autorizasse o procedimento e que seria necessário fazer um cadastramento dos feirantes.

O Secretário de Governo, Pablo Rebouças, ressaltou que o contingente da Blitz Urbana é pequeno e está sendo direcionado para a Praça Deodoro e a Rua Grande com a missão de coibir a ação de vândalos nesses locais. Entretanto, o Secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento, presente na ocasião, ficou autorizado a articular com os outros órgãos a atuação conjunta com os demais órgãos no espaço ocupado pela Feira do Mangueirão.

Por nós foi mais uma vez registrado que o diálogo entre as Secretarias é fundamental para que ocorra uma ação articulada, inclusive com a Vigilância Sanitária. Por fim, solicitamos a junção de esforços para que haja organização do espaço, dos feirantes e das atividades na feira.

Na audiência pública para prestação de contas dos trabalhos relatamos as tratativas que estavam sendo feitas. O Diretor da Blitz Urbana, Samuel Dória, esclareceu que o trabalho feito na feira do Mangueirão foi o de notificação dos feirantes para desobstruírem a via pública e que essa ação foi o primeiro passo para início dos estudos pelos órgãos envolvidos na ordenação da feira. Por sua vez, o superintendente de abastecimento e pesca da

“2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas”

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente F.S. Martins
 Promotor de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

SEMAPA, *Marcelo Braga*, disse que a feira não é de responsabilidade da SEMAPA, mas a Secretaria ia fazer o cadastramento dos feirantes a partir do início do mês de julho para o posterior disciplinamento deles no local e assim incluí-la na lista de feiras do Município. Informou ainda que a SEMAPA, juntamente com o Fórum em Defesa da Feira do Mangueirão, realizou a limpeza termostática na área onde os feirantes trabalham.

2.6 Saúde

Na audiência pública de instalação desta Promotoria no bairro da Vila Luizão (08/04/19) foram apresentados os seguintes pedidos: a) melhoria no atendimento das UPA's Araçagi e Vila Luizão, pois segundo os reclamantes há poucos funcionários e falta de medicamentos e de insumos; b) melhoria na estrutura física dessas unidades (equipamentos sem manutenção e prédios com infiltrações e vazamentos); c) efficientização do serviço de marcação de consultas (*call center*), vez que o usuário tem dificuldade para conseguir o atendimento; e d) inspeção da vigilância sanitária no Supermercado Mix Pinheiro, que estaria despejando água do degelo de balcões frigoríficos na via pública.

Essas reivindicações foram entregues ao Secretário Municipal de Governo na reunião do dia 24/04/19, dentre as demandas constantes do rol do *OFC-12PJESLZ-782019* (23/04), com prazo de 30 dias para prestação de informações. Naquela ocasião o Secretário disse que já tinha tratado sobre a fiscalização da Vigilância Sanitária no Supermercado Mix Pinheiro com o Secretário Municipal de Saúde, Lula Filho, e este determinou o envio de uma equipe ao local.

A Secretaria Municipal de Saúde não prestou informações sobre a inspeção no Supermercado Mix Pinheiro, apesar das reiteraões feitas à Secretaria de Governo pelos *OFC's-12°PJESLZ-91 e 992019* sobre a falta de resposta dos diversos órgãos municipais. Neste último, foi solicitada uma reunião, com a participação dos representantes desses órgãos.

A reunião ocorreu na SEMGOV dia 18/06/19 para tratar das demandas não respondidas e a SEMUS¹⁰ foi representada pelas servidoras Zilmar Rodrigues e Terezinha de Jesus Lobo, da Vigilância Sanitária, sendo reiterado a elas o pedido de inspeção.

¹⁰ Secretaria Municipal de Saúde



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Na primeira reunião na SEMGOV (24/06), o Secretário de Governo esclareceu que a administração das UPA's é realizada pelo Governo do Estado. Assim, remetemos o *OFC-12ªPJESLZ-852019 (26/04)* para a respectiva Secretaria de Saúde com os pedidos de **melhoria no atendimento das UPA's Araçagi e Vila Luizão**, com mais profissionais para reduzir o tempo de espera na emergência e nas consultas agendadas, bem como eliminando a frequente falta de medicamentos e de insumos; **melhoria na estrutura física** (equipamentos inoperantes; prédios com infiltrações e vazamentos); e **eficientização do serviço de marcação de consultas (call center)**, face a demora para ser atendido. Transcorridos 30 dias, sem resposta, expedimos o *OFC-12ªPJESLZ-922019 (30/05/19)* reiterando o pedido de informações.

Pelo *Ofício nº 1730/2019-AJC/VC/SES (31/05)* a Secretaria de Estado da Saúde informou, sobre o pedido de melhorias no atendimento, que as unidades seguem o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, da Portaria nº 2048/GM/MST, utilizando o protocolo de Manchester, adaptado localmente, com classificação de risco nos serviços de urgência/emergência e estratificação de risco dos pacientes, de forma coerente e responsável por profissional capacitado, priorizando o atendimento de acordo com a gravidade do paciente, sendo realizada ainda previsão contínua de insumos hospitalares para reposição nas instituições.

Com relação à estrutura física, relatou que são realizadas manutenções e vistorias periódicas nas unidades de saúde, e que melhorias na estrutura física estavam sendo providenciadas de acordo com o plano operacional da unidade e solicitação dos gestores.

Sobre o serviço de marcação de consultas pelo "call center", destacou a importância do sistema para evitar "o *degaste, o descontrole e o atendimento não humanizado através da venda de senhas por terceiros e formação de filas desnecessárias.*" Relatou que o *DISQUE SAÚDE (3190-9091)* funciona de 2ª à 6ª-feira, com capacidade de 80 pontos de atendimento, operado por 02 equipes de 40 operadores (07h00 às 13h00 e 13h00 às 19h00), mas devido ao aumento considerável de ligações, principalmente em horários de pico (início da manhã e da tarde) o número de canais de atendimento se torna insuficiente, exigindo que o usuário persista, faça tentativas em horários alternados, inclusive nos de menor fluxo, e que

"2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas"

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente S. Martins



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Na primeira reunião na SEMGOV (24/06), o Secretário de Governo esclareceu que a administração das UPA's é realizada pelo Governo do Estado. Assim, remetemos o *OFC-12ªPJESLZ-852019 (26/04)* para a respectiva Secretaria de Saúde com os pedidos de **melhoria no atendimento das UPA's Araçagi e Vila Luizão**, com mais profissionais para reduzir o tempo de espera na emergência e nas consultas agendadas, bem como eliminando a frequente falta de medicamentos e de insumos; **melhoria na estrutura física** (equipamentos inoperantes; prédios com infiltrações e vazamentos); e **eficientização do serviço de marcação de consultas (call center)**, face a demora para ser atendido. Transcorridos 30 dias, sem resposta, expedimos o *OFC-12ªPJESLZ-922019 (30/05/19)* reiterando o pedido de informações.

Pelo *Ofício nº 1730/2019-AJC/VC/SES (31/05)* a Secretaria de Estado da Saúde informou, sobre o pedido de melhorias no atendimento, que as unidades seguem o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, da Portaria nº 2048/GM/MST, utilizando o protocolo de Manchester, adaptado localmente, com classificação de risco nos serviços de urgência/emergência e estratificação de risco dos pacientes, de forma coerente e responsável por profissional capacitado, priorizando o atendimento de acordo com a gravidade do paciente, sendo realizada ainda previsão contínua de insumos hospitalares para reposição nas instituições.

Com relação à estrutura física, relatou que são realizadas manutenções e vistorias periódicas nas unidades de saúde, e que melhorias na estrutura física estavam sendo providenciadas de acordo com o plano operacional da unidade e solicitação dos gestores.

Sobre o serviço de marcação de consultas pelo "call center", destacou a importância do sistema para evitar "o degaste, o descontrole e o atendimento não humanizado através da venda de senhas por terceiros e formação de filas desnecessárias." Relatou que o *DISQUE SAÚDE (3190-9091)* funciona de 2ª à 6ª-feira, com capacidade de 80 pontos de atendimento, operado por 02 equipes de 40 operadores (07h00 às 13h00 e 13h00 às 19h00), mas devido ao aumento considerável de ligações, principalmente em horários de pico (início da manhã e da tarde) o número de canais de atendimento se torna insuficiente, exigindo que o usuário persista, faça tentativas em horários alternados, inclusive nos de menor fluxo, e que

"2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas"

Avenida Professor Carlos Cunha, S/N, Calhau – São Luís/MA – CEP 65076-82
 e-mail: itinerante1@mpma.mp.br / Telefones: (98) 3219 1846 e 99144-4945

Vicente S. Martins

Início dos Trabalhos

08/04

Reunião com Lideranças Comunitárias
26/02/19



Audiência Pública de Instalação 08/04/19

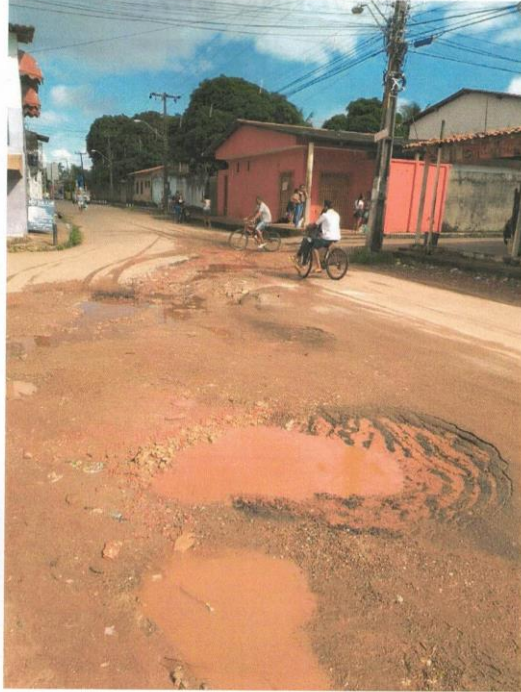


VISTORIAS

Divinéia
Av. Argentina



Av. Peru c/ Argentina



Vila Luizão
Rua Canavial



Rua da Pedreira



Ruas Siqueira Campos c/ Pedreira



Ruas da União c/ Sampaio Corrêa



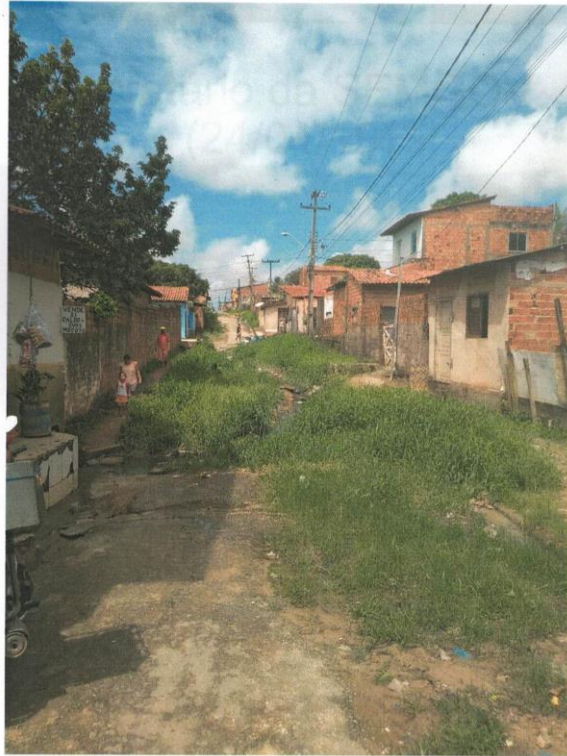
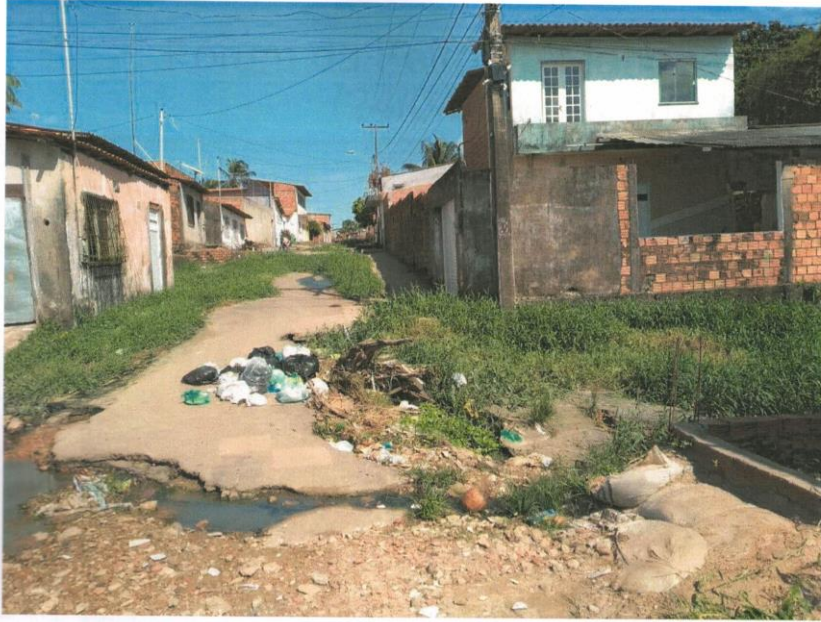
Rua Sampaio Corrêa



Travessa Martins



Ruas Santo Antônio c/ Siqueira Campos

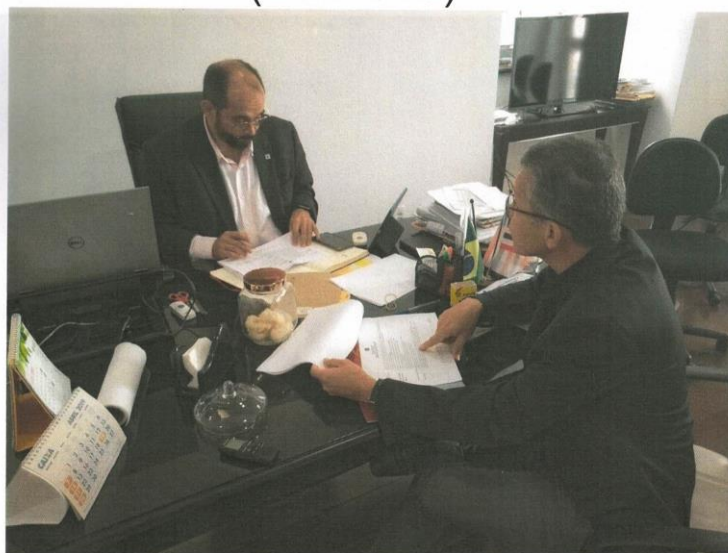


REUNIÕES

Fórum da Feira do Manguairão
(24/04/19)



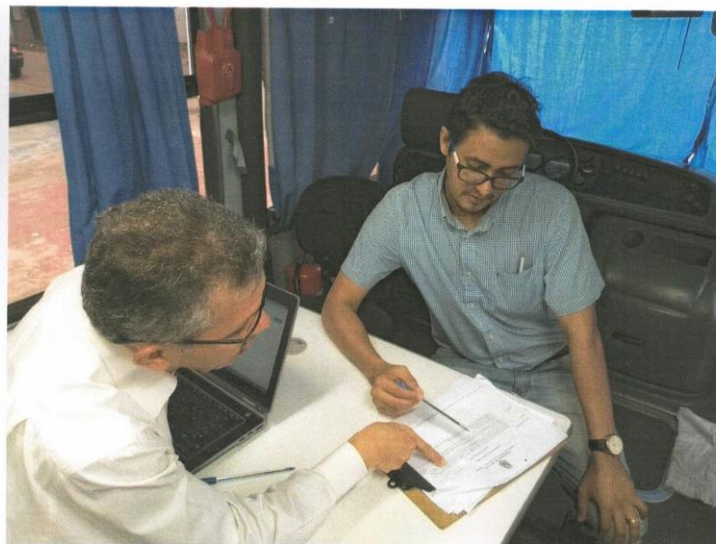
Secretário da SEMGOV
(24/04/19)



Presidente da MOB
(26/04/19)



Representante da SMTT
(07/05/19)



Promotorias de Educação (23/05/19)



Representantes de Secretarias (18/06/19)



Audiência Pública de prestação de contas 27/06/19



Audiência Pública de prestação de contas 27/06/19

